



VANESSA DA ROSA

**A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM JOINVILLE: FORMAÇÃO E
INSERÇÃO OCUPACIONAL**

FLORIANÓPOLIS

2006

VANESSA DA ROSA

**A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM JOINVILLE: FORMAÇÃO E
INSERÇÃO OCUPACIONAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós
Graduação em Educação da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Educação.
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Célia Regina Vendramini

FLORIANÓPOLIS

2006

TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA DA ROSA

A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM JOINVILLE: FORMAÇÃO E INSERÇÃO OCUPACIONAL

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do grau de Mestre em Educação, ao Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Profª Drª Célia Regina Vendramini
Orientadora

Profª Drª Vânia Beatriz Monteiro
Co-Orientadora

Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão
Examinador

Drª Joana Maria Pedro
Examinador

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	4
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	6
RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	9
1. TRABALHO, EMPREGO E INSERÇÃO OCUPACIONAL.....	17
1.1 O trabalho e sua dimensão histórica	17
1.2 Inserção ocupacional e emprego.....	19
1.3 Metamorfoses do mundo do trabalho e formas precárias de realização do trabalho.....	21
1.4 A força de trabalho feminina	27
1.5 Mercado de trabalho e discriminação racial	34
1.6 Inserção ocupacional de mulheres negras	39
1.7 Inserção ocupacional, escolaridade, discriminação racial e de gênero.....	42
2. NEGROS EM SANTA CATARINA: UMA HISTÓRIA MARCADA PELA INVISIBILIDADE.....	56
2.1 Imigrantes europeus e negros	56
2.2 Educação para os negros.....	64
2.3 A participação dos negros na força de trabalho.....	66
2.4 Joinville: retrato do “esquecimento” de negros e negras no maior pólo industrial do Estado	76

3. TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DE MULHERES NEGRAS EM JOINVILLE	88
3.1 O campo de pesquisa	91
3.2 As categorias de análise.....	98
3.3 Apresentando as trajetórias.....	104
3.4 Aspectos comuns entre as entrevistadas	118
3.5 As estratégias	125
3.5.1 O concurso.....	126
3.5.2 Aumento da escolaridade	128
3.5.3 O ingresso no magistério e na saúde	130
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXO.....	14149

LISTA DE SIGLAS

ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ACT- Admissão em Caráter Temporário
APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcional
CEI – Centro de Educação Infantil
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
CNE/CP- Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF
DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Sócio-Econômicos
FACINTER- Faculdade Internacional de Joinville
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FESC – Fundação Educacional de Santa Catarina
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IELUSC – Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/Ielusc
IESVILLE- Instituto de Ensino Superior de Joinville
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSPIR – Instituto Interamericano Sindical pela Igualdade Racial
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LPP/UERJ – Laboratório de Políticas Públicas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NEN – Núcleo de Estudos Negros
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
PENESB/UFF- Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira/ Universidade

Federal Fluminense

PIA – População em Idade Ativa

PIB- Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (ligada ao governo do Estado de São Paulo)

SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINE – Sistema Nacional de Emprego

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Proporção de ocupados negros e não-negros em situações de trabalho vulneráveis (1), segundo sexo Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 1998-2004 (em %)....	36
Tabela 2 - Taxa de participação, por sexo e cor Regiões Metropolitanas e Distrito Federal Biênio 2001-2002 (Em %).....	40
Gráfico 1 – Número médio de anos de estudo – evolução por coorte.....	45
Tabela 3 - Características Educacionais da População Jovem segundo Cor do Indivíduo (Em %).....	47
Tabela 4 - Distribuição dos ocupados segundo cor, sexo e escolaridade Regiões Metropolitanas e Distrito Federal Biênio 2001-2002 (Em %)	50
Gráfico 2 – Mapa de Santa Catarina – destaque Joinville	76
Gráfico 3 – Joinville Divisão por bairros	93
Tabela 5 - Taxa de participação no mercado de trabalho da população negra e não-negra por sexo e cor Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 2004-2005 (em %)	119
Tabela 6 - Distribuição das mulheres negras e não-negras segundo posição na ocupação Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 2003-2004.....	122
Tabela 7 - Distribuição das mulheres negras e não-negras segundo posição na ocupação Regiões Metropolitanas – Biênio 2003-2004	122

RESUMO

O presente trabalho visa analisar as trajetórias e estratégias de inserção ocupacional de mulheres negras que atuam em centros de educação infantil da rede pública de Joinville e em setores da área da saúde, identificando fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que influenciam na inserção. A intenção é diagnosticar aspectos preponderantes na inserção em determinadas ocupações da saúde e da educação, articulando questões referentes à gênero, raça, emprego e escolarização, em uma cidade que cultiva tradições germânicas. O trabalho envolveu pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, sendo que os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa são de cunho qualitativo. Na análise das trajetórias e estratégias de inserção ocupacional, estabelecemos como categorias de análise, além da própria inserção ocupacional/emprego, questões referentes à raça/etnia, gênero e escolarização. Quanto às estratégias, observamos que o concurso público, o aumento da escolaridade e a inserção na área da saúde e da educação, são elementos centrais. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com sete mulheres negras que atuam em centros de educação infantil do município de Joinville, postos municipais de saúde e uma maternidade estadual. Tanto os centros de educação infantil, quanto os postos de saúde localizam-se em bairros de periferia (Floresta, Itaum, Profipo), com exceção da maternidade, cujo bairro (Bucarein) é próximo ao centro da cidade. Desta forma, pudemos observar que praticamente todas as entrevistadas são de origem pobre, com dificuldades de prosseguirem com sua escolarização por conta de questões econômicas e sociais o que as leva muitas vezes a inserirem-se em cursos de graduação de pouca qualidade, mas com mensalidades mais acessíveis. Das mulheres que não são concursadas, todas anseiam pela oportunidade de ingressar no serviço público via concurso, vendo neste a esperança de estabilidade no emprego. A pesquisa evidenciou que a inserção na educação e na saúde necessariamente não se dá por opção e sim como uma forma de fugir do serviço doméstico e do serviço fabril, além de indicar que todas em algum momento de suas trajetórias foram vítimas de discriminação racial

Palavras-chave: mulheres negras, inserção ocupacional/emprego, raça, gênero e escolaridade.

ABSTRACT

The present study is focused on exposing and analyzing the strategies and paths to insertion employment used by African Brazilian women who work in children's schools and at healthcare centers of the public service in Joinville. This study investigates the social, cultural, political and economical features which influenced this job market insertion process. The study aims at the diagnoses of some important aspects of the employment insertion in some educational and health areas of a city that cultivates German cultural background. The chosen methodological approach was bibliographic and field research with qualitative results. For the comprehension of the strategies and the paths of employment insertion, besides the opportunity of insertion itself, issues due to race/ethnic group, gender and formal education were taken into consideration. Concerning to the analysis of strategies, the public examinations, the raise in educational level rates and the insertion in educational and healthcare are focused and considered central aspects. Semi-structured interviews with seven Afro Brazilian women who work in children educational centers in Joinville as well as in healthcare Centers and a state Maternity Hospital. All these institutions are located in suburbs away from downtown (Floresta, Itaum, Profipo) except the maternity hospital (Bucarein) which is located near downtown. So, we can observe that all the women who were interviewed are of poor origin with difficulties to go on with their studies because of economic and social situation. Most of the time, this reality leads them to attend low quality college courses, but with lower tuition. The women who participated of the interview and are not government workers seek eagerly for becoming public service workers applying for a position through public examinations, so that they can assure their stability in their jobs. This research pointed out that the insertion in education or healthcare employment is not necessarily a choice, but as a way to escape form domestic jobs and from positions at industries as blue collar workers. Besides it points out the prejudice all of them have suffered in one time or another in their lives.

Key words: African Brazilian women, employment/job market insertion, race, gender and education.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é dar visibilidade à história do negro em Joinville, mais especificamente às mulheres negras, com base em trajetórias de inserção ocupacional destas e nas condições sociais, culturais, políticas e econômicas nas quais estas inserções se deram, além de historicizar ao menos uma parte da vida dos excluídos da história, como diria Michele Perrot.

A participação social do negro em Joinville, nos seus 155 anos de colonização, não vem sendo abordada pela história oficial, assim como a de outros grupos sociais, a exemplo dos indígenas e os povos sambaquianos.

Silva vem referendar esta idéia, expondo que:

É recorrente encontrarmos nos escritos sobre a história local uma íntima relação com os fatos que registram o início – o nascimento – da colonização, não levando em consideração os povos sambaquianos e indígenas que aqui viveram, nem mesmo os brasileiros que já se encontravam nas proximidades. Há uma espécie de mito fundador que valoriza os registros a época, acerca dos primeiros imigrantes e seu pioneirismo, contando e recontando a história a partir de 1851 (2004, p. 22).

Entende-se a importância dos mitos para o processo de construção da identidade de um povo, porém, nesta perspectiva, como fica a identidade daqueles que não foram e continuam não sendo citados na história? No caso de Joinville, estes mitos estão carregados de ideologias. Estas ideologias não estão desvinculadas de um projeto maior referente ao processo de colonização do país. Juntamente com os movimentos abolicionistas e republicanos, havia a tentativa de tornar o Brasil uma nação industrializada, com vistas ao progresso e, sobretudo, uma nação “branca”, tendo como base os discursos sobre a superioridade dos brancos, em detrimento à dos negros, muito constantes neste período. Assim, uma das alternativas encontradas para o sucesso deste projeto era a imigração européia, que traria além da força de trabalho qualificada, a possibilidade de miscigenação.

De acordo com Silva (2004), em Joinville, os escritos da cidade referentes à colonização citam constantemente a presença dos alemães, pois esses constituíam um grupo

numeroso, presente em todas as atividades durante o processo de formação da colônia.

Esta situação contribuiu para que os mesmos fossem aos poucos “suprimindo as diferenças com outros grupos germânicos, (re) produzindo uma ideologia calcada na etnicidade. Sem falar ainda dos brasileiros, tratados costumeiramente pelos “de origem” como “lusos” ou “caboclos” (SILVA, 2004, p. 26).

Silva (2004) nos conta que a expressão “de origem” era utilizada pelos imigrantes para diferenciarem-se de outros grupos étnicos e, principalmente, para reforçar sua etnia, reafirmando a sua identidade e negando a outra.

No período de colonização, os valores positivistas se enraizaram com muita força em Joinville, assim como em todo o Brasil. Os ideais de ordem e progresso, trabalho e harmonia, sem uma interpretação mais profunda das diferenças sociais, estão presentes até hoje na cidade.

Neste sentido, todo o sucesso da construção da colônia é atribuído ao imigrante, que agrega simbolicamente as idéias de disciplina, organização e qualificação para o trabalho. A cidade é vista como produto de um dos projetos mais bem sucedidos das companhias de colonização, como indica Seyferth, ao falar sobre o movimento imigratório no Brasil.

A intensificação da imigração só vai acontecer após 1850, quando a colonização passa para a responsabilidade dos governos provinciais e se abrem as oportunidades para a iniciativa privada. Assim, ao lado da colonização oficial, estimulou-se também a atuação das companhias de colonização. Um dos exemplos mais bem-sucedidos de “colonização particular” é o da colônia D. Francisca, hoje cidade de Joinville (SC), fundada em 1851 pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo (...) (1990, p. 10).

A autora, quando fala em colonização oficial, refere-se a um decreto instituído por D. João VI em 1808, que regulamentava a entrada de estrangeiros no Brasil e o acesso dos mesmos à propriedade da terra, visando atrair para o país europeus que procuravam por novas oportunidades na América.

É importante esclarecermos que não há intenção de minimizar a participação do imigrante no processo de formação da cidade. O que se pretende, no momento, é fazer um “recorte” na história de Joinville e analisar a presença de um dos grupos excluídos da história oficial, neste caso, as mulheres negras.

Para tanto, nos propomos a fazer um estudo da inserção ocupacional de mulheres negras no mercado de trabalho da cidade, tendo como universo de pesquisa duas escolas de educação infantil da rede pública de Joinville (CEI's), bem como dois postos de saúde e uma

maternidade estadual localizados em bairros de periferia da zona sul. A escolha deste universo deve-se ao fato de se observar na cidade uma grande concentração de mulheres negras atuando nas áreas da educação e da saúde, concentração esta que se dá, na maioria das vezes, por conta da possibilidade de acesso via concurso público e pela estabilidade que este representa. Assim, acreditamos ser relevante observarmos sob que condições sociais, culturais, políticas e econômicas essas escolhas se deram, como as mulheres entrevistadas construíram suas trajetórias de trabalho e como as características da cidade influenciaram na busca por determinadas ocupações.

Nesta pesquisa, nos referimos a mulheres negras que vivem em Joinville e que atuam na área da educação e da saúde. Entretanto, não deixamos de considerar a totalidade social em que vivem estas e outras mulheres e homens, brancas e negras e, especialmente, as relações sociais que impõem diferenças e oposições de classe, de cor e de gênero.

Os objetivos da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as trajetórias e estratégias de inserção ocupacional utilizadas por mulheres negras que atuam em centros de educação infantil da rede pública e em setores da área da saúde de Joinville, identificando fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que influenciam na inserção.

Constituem-se em objetivos específicos os que seguem:

- Analisar as trajetórias percorridas por mulheres negras em busca de inserção ocupacional e os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos relevantes neste processo.
- Diagnosticar fatores preponderantes na inserção em determinadas ocupações na área da saúde e da educação, articulando questões referentes ao gênero, inserção ocupacional/emprego e raça.
- Identificar o grau de escolaridade das mulheres selecionadas, estabelecendo relações com a inserção ocupacional e questões de gênero e raça.
- Identificar as estratégias de inserção ocupacional utilizadas por mulheres negras que atuam em três centros de educação infantil da rede pública de Joinville, dois postos de saúde municipais e uma maternidade estadual.

Procedimentos da pesquisa

Este trabalho envolveu pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, tendo como base as seguintes questões norteadoras:

Porque os negros/negras foram invisibilizados na história de Joinville e quais as influências deste processo na inserção ocupacional das negras que atuam na educação infantil e na saúde nos dias atuais? Como acontece a inserção ocupacional de mulheres negras nos setores da educação e da saúde, em uma cidade tipicamente “alemã”? Qual a diferença entre ocupação e emprego? Como se articulam as questões referentes à raça, gênero e escolarização na perspectiva de inserção ocupacional de mulheres negras em Joinville? Quais as estratégias utilizadas pelas mulheres negras para inserir-se no trabalho? Quais os indicadores referentes às diferenças nacionais e regionais em relação à inserção ocupacional de negros e brancos e quais fatores permeiam essas diferenças?

No sentido de responder a estes questionamentos, optamos pela pesquisa qualitativa. Esta, de acordo com Zago (2003), pode possibilitar a compreensão da realidade a ser estudada, entendendo-a como heterogênea, sem correr o risco de cair nos ditos determinismos “sociologizantes” ou “psicologizantes”.

Para Triviños:

O processo de pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica, retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a Coleta de Dados num instante deixa de ser tal e é Análise de Dados, e esta em seguida, é veículo para nova busca de informações. As idéias expressas por um sujeito numa entrevista, *verbi gratia*, imediatamente analisadas ou interpretadas, podem recomendar novos encontros com outras pessoas ou a mesma, para explorar aprofundadamente o mesmo assunto ou outros tópicos que se considerem importantes para o esclarecimento do problema inicial que originou o estudo (1987, p.137).

Nesta direção, nos apoiamos também em Minayo (1994), quando afirma que a pesquisa qualitativa responde a questões bem particulares, com realidades que não podem ser quantificadas. A pesquisa qualitativa trabalha com um universo amplo de significados, motivos, valores, aspirações, entre outros, o que veio colaborar amplamente com o processo de entrevistas, bem como na análise dos dados coletados.

Na pesquisa empírica, privilegiamos a entrevista como instrumento de coleta de dados, entendendo, de acordo com Zago (2003), que esta proporciona uma “melhor aproximação da realidade estudada”. Entrevistamos sete mulheres negras, que atuam em

duas escolas de educação infantil da rede pública da cidade de Joinville, dois postos municipais de saúde e uma maternidade estadual, de acordo com um roteiro previamente estabelecido.

Estrutura da dissertação

No capítulo I, Trabalho, Emprego e Inserção Ocupacional, chamamos atenção para a precarização do trabalho, muito presente na história das sociedades capitalistas. Atenta-se para o subemprego, a terceirização do trabalho, a flexibilização, processos estes dos quais a mulher vem sendo vítima, assim como os demais trabalhadores. De acordo com Mészáros (2003), em 1994, as mulheres representavam 70% dos pobres do mundo. Antunes (1999-2000) indica que em países de capitalismo avançado, 40% do total da força de trabalho, atuando em condições precárias, é representada por mulheres. Para fundamentar melhor estas questões, buscamos apoio nos estudos feitos por Hirata (1986) e suas reflexões sobre a categoria trabalho e as relações de gênero na constituição da *classe- que- vive- do- trabalho*, parafraseando Ricardo Antunes.

Ainda no capítulo I procuramos fazer uma análise sobre o trabalho em sua dimensão histórica, a diferença entre inserção ocupacional e emprego, as metamorfoses do mundo do trabalho, assim como as relações entre mercado de trabalho, discriminação racial e gênero, além de elucidações sobre o que vem a ser raça e etnia e sua dimensão social. Para tanto, foi expressiva a contribuição de Gonçalves e Silva (1995) com seus estudos sobre a constituição da mulher negra na sociedade, os postos de trabalho ocupados pelas mesmas, níveis de escolaridade e a atuação do Movimento Negro. Contamos também com as pesquisas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - Dieese, sobre a população negra do Brasil, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Pnad e as análises de Ricardo Henriques.¹

Neste sentido, a pesquisa realizada por Gomes (1995), presente em seu livro *A mulher negra que vi de perto*, focada na construção da identidade da mulher negra e professora, nos trouxe dados significativos, mostrando, como afirma Munanga, como é difícil canalizar os conteúdos dessa identidade em processo, pois a mesma é construída com bases nas relações conflituosas e dialéticas entre raças e classes, entre homens e mulheres no contexto das relações de gênero.

¹ Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto 807.

Arroyo, no prefácio da 1ª edição do livro de Gomes acrescenta:

Nilma mulher negra, professora, pesquisadora se aproxima do complexo tecido social e cultural em que outras mulheres negras e professoras constroem suas identidades e se tornam humanas. Se educam. Esse olhar guiado por essa concepção radical dos processos educativos, confere tonalidades novas à reconstrução das trajetórias de vida, às vivências tensas na família, na rua, no trabalho, na infância e na escola. É relevante termos pesquisadas como esta sobre os tortuosos processos na formação humana, sobretudo quando as trajetórias pesquisadas são narradas por mulheres negras (1995, p. 14).

No capítulo II, *Negros em Santa Catarina: uma história marcada pela invisibilidade*, fazemos uma reflexão sobre elementos referentes à história dos negros em Santa Catarina e em Joinville, a colonização da cidade e o quanto esses processos colaboraram para a invisibilização da participação do negro (a), tanto no período referido quanto nos dias atuais.

No capítulo III, *Trajetórias e estratégias de mulheres negras em Joinville*, apresentamos a análise das entrevistas realizadas, as relações feitas entre a situação das mulheres negras em Joinville com o contexto mais amplo. Apresentamos e refletimos sobre as singulares trajetórias de trabalho de mulheres, constituídas em contextos sociais, culturais, econômicos e educacionais, que (im) possibilitam a busca por diferentes estratégias para a inserção ocupacional.

Os estudos presentes na *Coleção Políticas da Cor*, frutos de uma iniciativa do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, do Laboratório de Políticas Públicas – (LPP/UERJ), complementaram o trabalho com dados significativos a respeito da situação do negro nas grandes regiões do país.

Com base neste cenário, buscamos tecer considerações sobre relações raciais em Joinville, bem como a influência dessas relações na ocupação de postos de trabalho. Há também a tentativa de exteriorizar uma parte da história de mulheres negras, pois sobre as não-negras e descendentes de europeus há várias publicações² na região, o que reforça a ideologia de que em Joinville não há negros.

Foi uma iniciativa tímida, mas entendemos ser importante retratar a história de

² COLIN, Regina. *Mulheres em Joinville*. Joinville, SC: Letradágua, 2002.

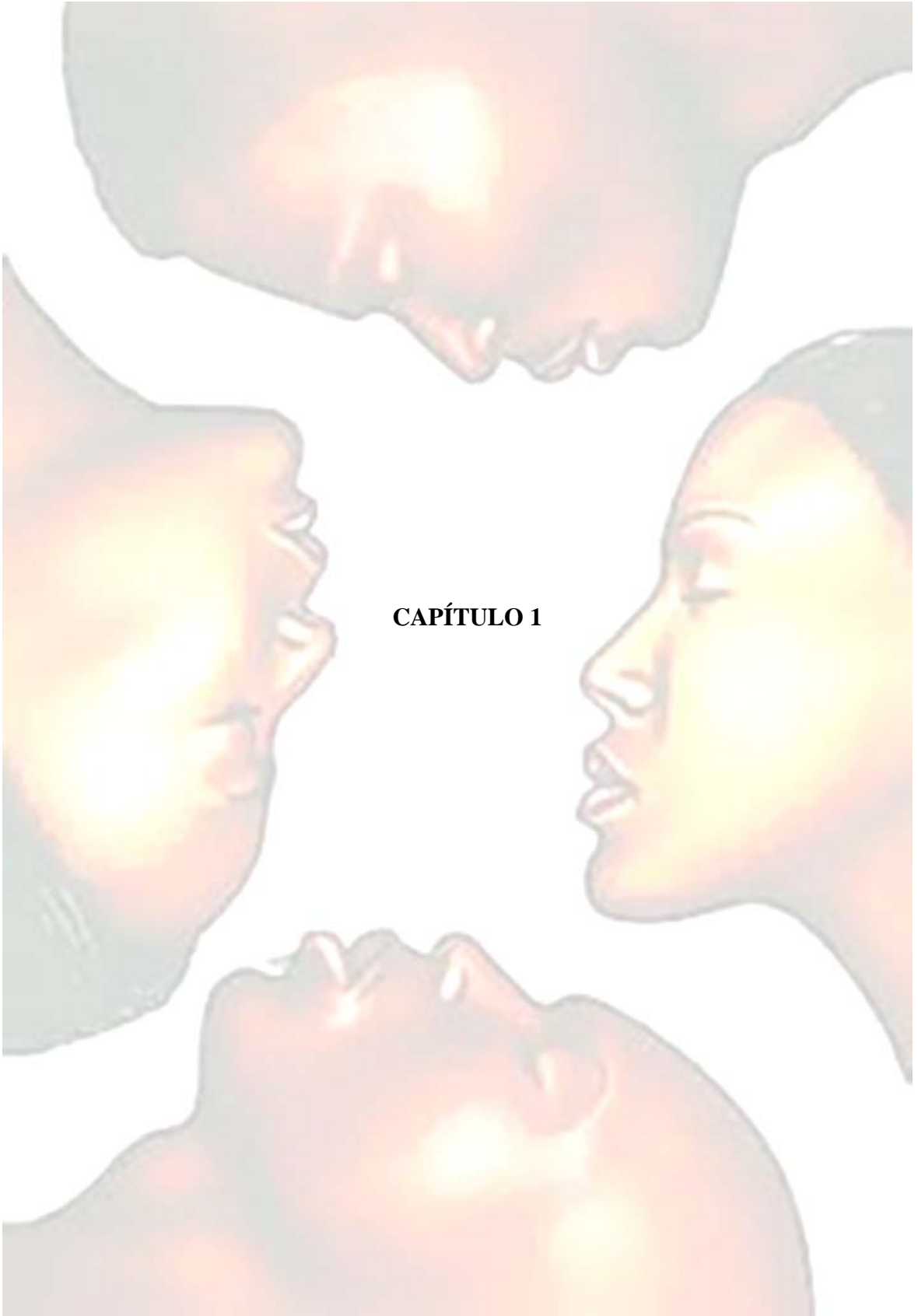
SILVA, Janine Gomes da. *Vivências de Mulheres em Joinville no Século XIX*. In GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. *Histórias de (I) Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville, SC: UNIVILLE, 1998.

SILVA, Janine Gomes da. *Recôndito, espaços de sociabilidade: história das mulheres imigrantes de Joinville*. In. MORGA, Antônio. *História das Mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. Chapecó, SC: Argos, 2001.

SILVA, Janine Gomes da. *Tensões, trabalhos e sociabilidades. História de mulheres em Joinville no séc. XIX*, Joinville, SC: UNIVILLE, 2004.

sujeitos que fazem parte da sociedade joinvilense, que são consumidoras, mães, chefes de família, profissionais, que não aparecem na história oficial da cidade.

Como afirma Gomes (1995, p. 44), o resgate da cultura, a defesa da igualdade social, econômica e educacional, com respeito às diferenças, só pode ser realizada se acompanhada da devida contextualização histórica desse grupo étnico/racial e da construção da memória.



CAPÍTULO 1

1. TRABALHO, EMPREGO E INSERÇÃO OCUPACIONAL

1.1 O trabalho e sua dimensão histórica

Pensar a categoria trabalho em nosso século e sua centralidade, ou não, implica analisar as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, bem como as estratégias que os diversos sujeitos sociais vêm buscando para produzir sua existência, além da análise de sua dimensão histórica e social.

De acordo com Aued (1999), o trabalho é um dos principais assuntos das sociedades industrializadas, sendo peça principal da organização social. Por mais que reconheçamos que esta característica é essencial em nossas vidas, a autora acentua que o trabalho nos moldes que conhecemos hoje, remunerado e como principal meio de sobrevivência individual, é algo relativamente recente, com cerca de dois séculos de existência.

Considerando o caráter histórico do trabalho, retomamos inicialmente a concepção ontológica do trabalho na perspectiva de Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa, modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (1984, p. 202).

Marx entende o trabalho como uma atividade exclusivamente humana, intencional, pensada e planejada mentalmente antes de sua execução.

Porém, o trabalho nessa dimensão, no sentido de edificar e libertar o homem, praticamente extinguiu-se a partir da égide do capitalismo, do trabalho assalariado e da

divisão do trabalho, transformando a força de trabalho em mercadoria. O que percebemos hoje é o trabalho que aliena o próprio homem, o trabalho que está somente a serviço do capital e da produção de mais valia.

Marx salienta que:

A força de trabalho nem sempre foi uma *mercadoria*. O trabalho nem sempre foi assalariado, isto é, *trabalho livre*. O *escravo* não vendia sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto de seu trabalho ao camponês. O *escravo* é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. *Ele mesmo* é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é *sua* mercadoria. O *servo* não vende senão uma parte de sua força de trabalho. Não é ele que recebe salário do proprietário da terra; antes, é o proprietário da terra que dele recebe tributo. O *servo* pertence à terra e entrega aos proprietários frutos da terra. O *operário livre*, pelo contrário, vende a si mesmo, pedaço a pedaço (2004, p. 27).

O trabalho no decorrer da história sofre diversas transformações, passando de forma de produção de subsistência ao trabalho assalariado. Este se torna imprescindível para o capital, que só pode multiplicar-se quando trocado pela força de trabalho, criando, conseqüentemente, o trabalho assalariado. Assim, cria-se o emprego e transforma-se a força de trabalho em mercadoria.

Marx (1982), no *Manifesto Comunista*, afirma que para que a classe burguesa possa dominar é necessário a acumulação de riqueza nas mãos de particulares, além da formação e multiplicação do capital. A condição do capital é o trabalho assalariado, que assenta na concorrência entre os operários.

De acordo com Aued (1999), há uma grande confusão entre trabalho³ e emprego. Os termos têm sido utilizados como se fossem sinônimos, além do que, estamos inseridos em uma sociedade paradoxal, ou seja, que “produz mais, com menor emprego de trabalhadores, isto é, com menor emprego de trabalho vivo” (p.15).

Não estar ocupado, na atual sociedade, é motivo de grande preocupação. “É cada vez mais visível o tormento de quem está desocupado, pois os anos 90 do século XX rima com estar desempregado. Estar nesta condição não é ter o tempo livre para o lazer, é tensão

³ De acordo com Aued (1999), atualmente há uma preferência pelo termo trabalho, ao invés de emprego, termo que predominou durante todo o período após a Segunda Guerra Mundial. A mesma ressalta que esta mudança não é apenas uma alteração léxica, mas sim resultado de um esforço em sintetizar o trabalho como algo além do emprego, porque o mesmo é uma categoria natural (antropológica). “Está em todo tempo e em todo lugar, assegura a realização pessoal e é o centro de todo vínculo social. O emprego assalariado confunde-se com o trabalho. Trabalho é tudo, é vida, assim como o ar que respiramos” (p.16).

diante de um futuro incerto, é medo, sentimento de fracasso e sensação de ser descartável” (Idem, p.16).

1.2 Inserção ocupacional e emprego

É comum, atualmente, uma grande confusão entre ocupação e emprego, sendo estes dois conceitos utilizados, na maioria das vezes, como sinônimos. De acordo com Singer (2003), emprego implica em assalariamento. É uma relação que só existe quando alguém ou uma empresa “dá” emprego a uma pessoa. Na verdade o que ocorre não é uma relação de doação. Não se trata de dar ou não emprego, mas sim de uma relação de compra e venda, em que o emprego resulta de um contrato onde o empregador compra a força de trabalho do empregado, ou seja, compra sua capacidade de produzir.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie. (...) Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado, enquanto for e por ser oferecida como mercadoria pelo próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. (...) Ele e o possuidor do dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e o outro o comprador, sendo ambos juridicamente pessoas iguais (MARX, 1984, p.187-188).

Uma das maiores características do capitalismo é o fato da força de trabalho ter assumido a forma de mercadoria, passando o trabalho a ser assalariado. Assim, toda pessoa que esteja empregada possui salário. Singer (2003) enfatiza que ocupação é toda a atividade que proporciona sustento a quem exerce. O emprego assalariado seria uma forma de ocupação, mas não a única. Todavia, como a falta de ocupação é chamada de desemprego, “pressupõe-se implicitamente que a única maneira de alguém ganhar a vida é vender sua capacidade de produção ao capital” (p.14).

No entanto, percebe-se que devido à falta de emprego, a população tem buscado cada vez mais ocupações alternativas. Singer (2003) compara o mercado de trabalho

capitalista com os demais mercados, onde o cliente sempre tem razão. Neste caso, o cliente é o empregador e a concorrência é sempre mais intensa entre os vendedores (empregados) do que entre os compradores (empregadores). O cliente quer ser bajulado, porque o vendedor depende dele. Isso acontece porque a oferta tende a ser maior do que a demanda, ou seja, há mais pessoas querendo vender sua força de trabalho, do que emprego propriamente dito.

Assim, os desempregados⁴ funcionam como reguladores do mercado, desempenhando o mesmo papel das mercadorias que sobram na prateleira, ou seja, evitando que os salários subam. São os chamados “exércitos industriais de reserva”, noção desenvolvida por Marx (1984). Para o autor, a acumulação capitalista produz uma gama trabalhadora supérflua que ultrapassa as necessidades de expansão do capital e por isso se torna excedente.

Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez alavanca da acumulação capitalista. (...) Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro incremento da população. Com a acumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, cresce a força de expansão súbita do capital. (...) Nesses casos, grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as. (...) As alternativas do ciclo industrial recrutam a população excedente e se tornam os mais poderosos agentes de sua reprodução (MARX, 1984, p. 733-734).

Singer afirma que:

É melhor falar em exército industrial de reserva do que em “desempregados”, em primeiro lugar para que fique claro o importante papel estabilizador que desempenham. Depois, porque o exército de reserva (hoje mais terciário do que industrial) não se compõe apenas dos que são vítimas do desemprego aberto, ou seja, dos que estão ativamente procurando e solicitando emprego. (...) Ao lado dos desempregados ativos, há um outro componente do exército de reserva. São os “pobres”, os

⁴ Por desempregados compreendemos aqueles indivíduos que por forças aleatórias à sua vontade, encontram-se em situação de não trabalho. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE, o desemprego pode ser aberto ou oculto. No desemprego aberto, encontram-se as pessoas que procuram emprego nos trinta dias anteriores à pesquisa realizada pelo DIEESE. No desemprego oculto encontram-se as pessoas que buscam por estratégias de sobrevivência em atividades irregulares. No desemprego oculto por trabalho precário, estão as pessoas que realizam trabalho precário não remunerado e que procuram mudar de trabalho nos trinta dias anteriores ao da pesquisa, ou que não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás (DIEESE). No desemprego oculto por desalento estão as pessoas que não possuem trabalho nem o procuraram nos últimos trinta dias antes da entrevista, por motivos diversos, mas apresentaram procura efetiva nos últimos 12 meses.

socialmente excluídos, que se sustentam por meio de ocupações precárias. Estes pobres são candidatos potenciais a emprego no setor formal da economia, tão logo este expanda suas compras de capacidade de produzir (SINGER, 2003, p. 13-14).

Historicamente, a população que vem formando o “exército industrial de reserva” tem sido formada por negros, mulheres e pobres de forma geral, atuando geralmente nos setores mais precarizados da economia.

1.3 Metamorfoses do mundo do trabalho e formas precárias de realização do trabalho

Vivemos um momento em que cada vez mais as condições precárias de trabalho se expandem, crescendo o subemprego em todas as suas formas. Isso nos remete à análise mais profunda sobre quem compõe a classe trabalhadora hoje e a atual divisão social e sexual do trabalho, os modos de produção capitalista e seus impactos sociais.

De acordo com Antunes (2000), a década de 80 vivenciou diversas modificações no mundo do trabalho, em sua estrutura, nas estratégias de inserção e nas formas de representação sindical e política.

Algumas dessas mudanças ocorridas nos anos 80 dizem respeito ao avanço tecnológico, à automação, à inserção da robótica e da microeletrônica que passam a ocupar o espaço fabril, fazendo parte das relações de trabalho e produção do capital.

Neste contexto, o fordismo e o taylorismo perdem sua centralidade e passam a dividir o espaço com novos processos produtivos, entre eles o neofordismo⁵, o neotaylorismo e o pós-fordismo. Assim, a produção em massa é substituída pela flexibilização da produção e pela especialização flexível, visando novas formas de produtividade.

Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscando-se novos padrões de gestão da força de trabalho dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países do

⁵ De acordo com Antunes (2000), os processos conhecidos como neofordismo, neotaylorismo e pós-fordismo são decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado “kalmarianismo”), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras.

capitalismo avançado do Terceiro Mundo industrializado (ANTUNES, 2000, p.24).

O toyotismo vai aos poucos substituindo o fordismo e as mudanças ocorrem também em relação aos direitos do trabalho que são desregulamentados e flexibilizados dotando o capital da munção necessária para atuar neste novo período. Desta forma, as conquistas históricas dos trabalhadores, seus direitos, são ‘eliminados do mundo da produção’.

Apesar das radicais mudanças aqui mencionadas, é importante ressaltar que tanto o fordismo quanto o taylorismo foram processos de trabalho que predominaram na indústria durante praticamente todo o século XX.

Antunes explica que:

Entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela experiência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. (...) Compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século (2000, p.25).

Porém, Antunes (2000) deixa claro que o toyotismo ou modelo japonês é o movimento que tem causado maior impacto nos modos de produção capitalista, pela revolução técnica que operou na indústria japonesa e pela potencialidade demonstrada na propagação de alguns pontos básicos que atingem uma escala mundial.

A crise vivida pelo capital, já nos anos 70, fez com que o mesmo buscasse alternativas de recuperar o ciclo produtivo, bem como repor seu projeto de dominação da sociedade. No toyotismo, a produção acontece de acordo com a demanda, sendo sua produção variada e pronta pra atender ao consumo, que determina o que será produzido, ao contrário do fordismo que se pautava na produção em série e em massa. O toyotismo se estrutura com base no estoque mínimo e após a venda é que o estoque é repostado.

Desta forma, para atender às exigências do mercado, em tempo adequado e com mais “qualidade”, faz-se necessário que a produção aconteça num processo flexível, possibilitando ao operário operar várias máquinas, acabando com a relação estabelecida no preceito de um homem para uma máquina, relação esta, típica do fordismo. “É a chamada

“polivalência” do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando “várias tarefas simples” (ANTUNES, 2000, p.34)”.

Assim, o trabalho passa a ser realizado em equipe, com trabalhadores operando máquinas automatizadas. Ocorre a flexibilização do trabalho produtivo e da organização do trabalho. A ‘horizontalização’ do toyotismo diminui a produção da empresa e a estende às terceirizadas. “Desse modo, Kanban, just in time⁶, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente” (Idem, p. 35).

O toyotismo implica não só na flexibilização da produção, mas também na flexibilização do trabalhador. Os direitos são flexíveis, seguindo a tendência do mercado em função das “necessidades” do consumidor. Estrutura-se com um número reduzido de trabalhadores, multiplicando-os por meio de horas extras, contrato temporário, subempregos, etc., partindo sempre de um número reduzido de trabalhadores.

De fato trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo (ANTUNES, 2005, p.53).

Os efeitos do toyotismo evidenciam-se no mundo do trabalho por meio de situações como a falta de regulamentação nos direitos dos trabalhadores, a fragmentação no interior da classe trabalhadora, terceirização, precarização dos trabalhadores e enfraquecimento dos sindicatos que chegam a ser aliados das empresas.

Essas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho trazem conseqüências que se apresentam mais em grupos socialmente desfavorecidos tais como mulheres, negros e pobres. Todos esses compõe a atual classe trabalhadora, atuando nos serviços precarizados, nos subempregos, na terceirização, entre outros.

Antunes (2005) utiliza a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* para conferir

⁶ De acordo com Shiroma (1996), o sistema just in time, ou Kanban, cria diversas dependências. “Por um lado, os operadores têm maior capacidade de interferir no fluxo da produção, podem parar a linha, sendo trabalhadores polivalentes, flexíveis, deixam de ser tão facilmente substituíveis. Por outro lado, aumenta o controle da gerência porque torna o processo de trabalho e o comportamento dos trabalhadores mais transparente, na medida em que os erros são mais rapidamente identificados e os operários mais diretamente responsabilizados”.

contemporaneidade ao conceito marxiano de classe trabalhadora, enfatizando-a no sentido atual. A classe trabalhadora tem como núcleo central os trabalhadores produtivos (que produzem mais valia), mas abrange também os trabalhadores improdutivos, que não produzem mais valia, mas servem aos interesses do capital, possuindo assim um papel central no interior da classe trabalhadora, sendo o proletariado industrial seu núcleo central.

A expressão ‘proletariado industrial’ é usada pelo autor para designar aqueles que produzem mais-valia e a expressão ‘classe-que-vive-do-trabalho’ para englobar todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, entre eles os assalariados do setor de serviços, o proletariado rural, o precarizado, part-time, os terceirizados, ou seja, os trabalhadores da economia informal. Também inclui os desempregados, “expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural” (ANTUNES, 2005, p.103-104).

Compreender a classe-que-vive-do-trabalho de forma contemporânea possibilita compreender que o mundo do trabalho vem sofrendo modificações importantes, entre essas, o aumento considerável da inserção feminina no trabalho assalariado, fato este que de acordo com Antunes (2005), atinge cerca de 40% da força de trabalho em países avançados, atuando principalmente no trabalho temporário, precarizado e desregulamentado.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras (e muito freqüentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (Idem, p.105-106).

Para reiterar essa questão, o autor cita a pesquisa de Anna Pollert sobre o trabalho no Reino Unido, indicando que são visíveis as desigualdades entre homens e mulheres. Lá, os homens se atêm ao trabalho onde a presença de capital intensivo é maior, ou seja, em máquinas mais avançadas. Já as mulheres atuam em áreas mais rotinizadas, onde a necessidade de trabalho intensivo é maior.

Pochmann (1999) alerta que a atuação das mulheres em atividades menos valorizadas que a dos homens também está relacionada à internacionalização da economia, que é uma das grandes responsáveis pela exclusão social. O mesmo acentua que, embora a internacionalização da economia leve a uma maior circulação de capital e mobilidade da força de trabalho, este mesmo processo também reduz a possibilidade de mobilidade de

grande parcela da população, além de reduzir a solidariedade e comprometimento nacional, colaborando para o desequilíbrio na repartição dos benefícios do processo econômico.

Pochmann ressalta que atualmente, “assiste-se à conformação de um padrão de sociedade dual, entre aqueles que se encontram plenamente incluídos, por meio de uma ocupação regular e de boa qualidade, e os demais, os precariamente incluídos (subemprego, ocupações atípicas, parciais) e os excluídos (sem emprego por longa duração)” (1999, p.22).

Este dado revela a incapacidade de determinadas instituições como os sindicatos, os partidos e o Estado, frente ao capitalismo. Imobilizados, são incapazes de fornecer amparo aos que se encontram marginalizados, o que nos faz refletir sobre o funcionamento falho não só do mercado, mas também das instituições sociais que são diretamente atingidas pela situação econômica.

Tratou-se na verdade de intensas transformações da ordem econômica mundial, das formas organizadas e das estruturas que sustentaram o capitalismo do pós-guerra, com as economias nacionais articuladas em torno de um Estado regulador e voltado ao bem-estar social ou de um Estado desenvolvimentista. Ao capitalismo organizado do pós-guerra, sobreveio sua desarticulação e ruptura. A acentuada concorrência internacional, a débil capacidade de decisão dos Estados e a intensa desregulamentação do capitalismo neste fim de século XX têm levado a economia mundial em direção a uma crescente desordem (POCHMANN, 1999, p.27).

Pochmann indica que este movimento de modernização da economia é fruto de mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais e aconteceram em meio a uma crise da ordem econômica internacional das instituições dos Estados e interesses nacionais. Assim, as transformações sofridas pelo capitalismo favoreceram a instabilidade econômica e o aumento das inseguranças no mundo do trabalho e do setor financeiro, devido à dependência de fluxos internacionais de capitais. A globalização financeira, junto da concorrência desregulada, favoreceu o abandono da ação pública no que diz respeito às normas econômicas individuais, nacionais ou internacionais.

Segundo o autor, podemos observar mudanças na ordem internacional resultantes do avanço tecnológico e mudanças organizacionais. “A reestruturação do capital realizada em um quadro geral de globalização financeira, instabilidade econômica e de surgimento de uma nova onda de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais rompeu com o padrão da concorrência e com os instrumentos e mecanismos nacionais e internacionais que antes o regulavam” (POCHMANN, 1999, p. 28).

Mantendo-se a concorrência e a competitividade, sendo essas atributos das empresas,

o que se vê é uma tendência a uma concorrência ‘predatória’, retirando dos Estados nacionais a capacidade de elaboração de políticas públicas voltadas ao campo do emprego, bem como políticas sociais que favoreçam a distribuição de renda. Porém, é justamente nos Estados nacionais que se refletem os efeitos da competitividade empresarial. Assim, o aumento do desemprego, da heterogeneidade do mercado de trabalho e da desigualdade, impedem o crescimento sustentado e durável, ressaltando “outras formas de insegurança em sociedades cuja sociabilidade esteve baseada no trabalho e ressurgem posições xenófobas e nacionalistas a cujo potencial de barbárie já se assistiu no século XX” (Ibidem).

Antunes (2005) reforça que quanto mais aumentam a competição intercapitalista, a concorrência tecnológica entre alguns países e a expansão de mercados financeiros dos países tidos como imperialistas, maiores são o impacto e a desestruturação dos países que estão subordinados ou excluídos desse processo, ou mesmo impossibilitados de competir por falta de bases sólidas internas. Desta forma, cresce cada vez mais o número de países excluídos do movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros, bem como do padrão tecnológico necessário, repercutindo principalmente na questão do desemprego e na precarização do trabalho. A divisão internacional do sistema do capital ocasiona a desmontagem de regiões inteiras que vão aos poucos, sendo excluídas do cenário industrial produtivo.

Toda essa destruição das forças produtivas e, conseqüentemente, do ambiente, fato este que vem acontecendo em escala mundial, leva também a uma destruição da força humana de trabalho, havendo cada vez mais pessoas atuando no trabalho precarizado e muitas vezes à margem do processo produtivo. O avanço tecnológico, que poderia ocasionar uma redução na jornada de trabalho, tem nos mostrado o contrário. Segundo Antunes (2005), em países como a Inglaterra e o Japão, o avanço tecnológico tem propiciado o aumento da jornada de trabalho, como forma de superação da crise⁷.

⁷ Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitalistas, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. (...) Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase de reestruturação produtiva do capital (Antunes, 2005, p.34).

1.4 A força de trabalho feminina

É certo que desde os tempos mais remotos a mulher exerce uma série de atividades. Trabalhar, ela sempre trabalhou. Porém, sua inserção no mundo do trabalho como assalariada começa a se dar de forma mais significativa a partir da Revolução Industrial e desde então, a mulher vem buscando formas de inserção ocupacional, lutando para sobreviver em uma sociedade patriarcal que, em muitos casos, ainda menospreza a força de trabalho feminina das mais diversas formas. De acordo com Engels (1980), apud Nogueira (2004, p.13), “a família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca e dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais”.

Sabe-se que o desenvolvimento industrial propiciou grandes questionamentos sobre a atuação das mulheres no espaço fabril, tentando mostrar a inviabilidade da conciliação entre fábrica e lar, fazendo com que neste período a mulher tivesse sua atuação profissional limitada ao tempo que antecede ao casamento e a maternidade, e que posteriormente a esse espaço de tempo, qualquer atividade profissional que tentasse exercer tornar-se-ia impraticável, a não ser em casos que o marido estivesse impossibilitado de trabalhar.

Este fato acabou justificando a ocupação das mulheres trabalhadoras em empregos de baixos salários e de pouca especialização, ao representar o artífice especializado masculino como “trabalhador” exemplar.

Marx, ao analisar a presença da mulher no sistema fabril, afirma que:

Tornando-se supérflua a fôrça muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem fôrça muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir o trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes.

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário a sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros

da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de 4 forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe de família, mas em compensação se obtêm 4 jornadas de trabalho em lugar de 1, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro tem de fornecer ao capital não só o trabalho mas também o trabalho excedente a fim de que uma família possa viver. Desse modo, a máquina ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo o grau de exploração. (...) Antes, vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos. A procura de trabalho infantil lembra, às vezes, a procura de escravos através de anúncios que costumávamos ler nos jornais americanos. (1984, p. 449 a 452).

Neste sentido, para Marx, a entrada da mulher na grande indústria e a conseqüente divisão da força de trabalho por toda a família, fez com que o valor da força de trabalho masculina fosse diminuído. Além disso, a maquinaria permite que todos, homens, mulheres e crianças estejam a serviço do capital, pois este, em seu constante processo de autovalorização, explora a força de trabalho de todos.

Parafraseando Nogueira (2004), a classe trabalhadora, formada por mulheres, jovens, crianças e homens, reduziu-se à condição de mera força de trabalho vivo, em outras palavras, objeto de exploração do capital, incentivando a competição, aumentando o ciclo produtivo.

Marx ainda nos mostra que a maquinaria fez com que aumentasse de forma considerável o número de trabalhadores, porque homens são substituídos por mulheres e, de forma geral, adultos são substituídos por crianças. No entanto, as funções familiares desempenhadas pelas mulheres, como cozinhar, costurar, etc., não podem ser totalmente suprimidas. Isto faz com que estas tenham que buscar por mercadorias fabricadas, aumentando consideravelmente o custo para a manutenção da família.

Thompson (1987) analisa a situação na Inglaterra, questionando que a afirmação que a Revolução Industrial tenha colaborado para valorizar as mulheres como trabalhadoras desaparece, quando verificamos as longas e exaustivas jornadas de trabalho a que as mulheres eram submetidas, as moradias precárias, o número elevado de partos e a grande taxa de mortalidade infantil. Em contrapartida, a oferta de empregos para mulheres lhes conferia certa estabilidade financeira, proporcionando a independência feminina de parentes e da assistência da igreja. Porém:

O status da mulher dependia de seu desempenho como dona de casa na economia familiar, na administração e nas providências domésticas, na preparação da cerveja e do pão, na limpeza e na criação dos filhos. A nova independência, fruto do trabalho da indústria ou da dedicação integral ao tear, que viabilizou as novas reivindicações era sentida ao mesmo tempo como uma perda de status e de independência pessoal. As mulheres tornaram-se mais dependentes dos patrões ou do mercado de trabalho, e passaram a se recordar de um passado “dourado”, quando os ganhos domésticos com a fiação, as aves e outras ocupações não exigiam o afastamento de casa. (...) Todos os estágios do processo de especialização e diferenciação industrial atingiram a economia familiar, afetando as relações habituais entre marido e mulher, pais e filhos, e aumentando a distinção entre “trabalho” e “vida”. Foi necessário esperar cem anos antes que esta diferenciação trouxesse algum benefício para as trabalhadoras, na forma de aparelhos que auxiliassem no trabalho doméstico. Enquanto isso, a família era brutalmente separada todas as manhãs pelo sino da fábrica, com a particularidade de que a mãe assalariada se sentia vivendo no pior lado dos dois mundos, o doméstico e o industrial (THOMPSON, 1987, p. 307-308).

De acordo com Mészáros :

Seria um milagre se o “microcosmo” do sistema do capital fosse ordenado segundo o princípio da igualdade real. Em seu conjunto, este sistema não pode se manter sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as relações de poder historicamente específicas pelas quais a função de controle se encontra radicalmente separada da, e de maneira autoritária imposta sobre a, força de trabalho pelas personificações do capital, mesmo nas variedades pós-capitalistas do sistema (2002, p. 268-269).

Ou seja, seria impossível, dentro do sistema capitalista, uma relação de igualdade entre os gêneros, a não ser a igualdade da exploração, percebendo que homens e mulheres foram expropriados dos meios de produção e transformados em força de trabalho a serviço do capital.

Nogueira (2004) esclarece que, se de um lado a inserção da mulher no espaço produtivo foi uma conquista, de outro lado, possibilitou a ampliação da força de trabalho, intensificada por meio do trabalho feminino.

Pode-se complementar essa afirmação, com a abordagem de Mészáros:

A entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir a maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação. Em vez disso, apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos que as mulheres sempre tiveram de se submeter; exatamente como a “concessão” legislativa às mulheres, no caso da exigência de tratamento igual em relação à idade da aposentadoria, resultou na elevação da sua idade de aposentadoria para 65 anos, em vez da redução masculina para 60 anos, como acontecia com as mulheres” (2002, p. 272).

Na verdade, a mulher acumula diversas jornadas de trabalho. Atua no lar, no cuidado dos filhos, na atividade ocupacional, vivendo em uma luta constante, conseguindo alguns benefícios sempre a duras penas. As pesquisas continuam apontando uma desvantagem significativa nos salários femininos, se comparados aos masculinos. Essa desvantagem aumenta quando se trata dos negros, principalmente quando falamos das mulheres negras.

Mészáros apresenta dados significativos em relação à situação da mulher no mercado de trabalho, a partir da lógica capitalista:

A carga imposta pelo sistema do capital sobre as mulheres para manter a família nuclear está se tornando cada vez mais pesada, e a situação delas no espectro da pobreza está sempre mudando para pior, em vez de ser aliviada como pretenderia a retórica da “oportunidade igual para as mulheres” e da “eliminação de qualquer discriminação de gênero”. O fato preocupante apontado pelas Nações Unidas de que em 1994 as mulheres constituíam 70 por cento dos pobres do mundo não é em absoluto surpreendente. Devido às determinações causais por trás desses números, a situação das mulheres tende a piorar no futuro previsível. Com base nas tendências atuais, o número espantoso enfatizado pelas Nações Unidas tem a probabilidade de atingir os *75 por cento* dentro de uma década, o que significa uma *proporção de 3 por 1* em relação aos homens que estão entre os pobres do mundo (2002, p. 302-303).

Neste sentido, percebe-se que o esforço empreendido pela mulher para manter a estrutura familiar está lhe saindo extremamente caro, o que nos faz questionar, como afirma o próprio Mészáros, a emancipação tão perseguida por este segmento da população, dentro do modo de produção capitalista. Para o autor, a situação da mulher tem piorado consideravelmente, sendo que o discurso das oportunidades iguais, no capitalismo, é um discurso inacessível, enfatizando que sem mudanças no modo de reprodução social não será possível uma emancipação feminina que vá além das intenções da ideologia dominante. “Sem o estabelecimento e a consolidação de um modo de reprodução sociometabólica baseado na *verdadeira igualdade*, até os esforços legais mais sinceros voltados para a “emancipação das mulheres” ficam desprovidos das mais elementares garantias materiais; portanto, na melhor das hipóteses, não passam de simples declaração de fé (2002, p. 303).

Isso ocorre porque o capital se instaura sobre alicerces discriminatórios e alienantes. A emancipação feminina está associada ao consumo que a inserção ocupacional pode ocasionar. Essa é uma das questões que para Mészáros pode ser entendida como uma contradição, porque se ao mesmo tempo o capital precisa do consumo e este pode ser incentivado pelas mulheres, ao mesmo tempo precisa da família nuclear, que tem passado

por momentos intensos de instabilidade provenientes da inserção cada vez maior da mulher no mundo do trabalho. “O capital depende da continuidade dessas mudanças e tende a ser por elas enfraquecido” (idem).

A presença feminina no mundo do trabalho nos mostra, de acordo com Antunes, que, “se a consciência de classe é uma articulação complexa (...), tanto a articulação entre o indivíduo e sua classe, quanto àquela que advém da relação classe e gênero, tornam-se ainda mais agudas na era contemporânea” (idem). Isso se dá devido ao fato de que, tanto homens quanto mulheres formam a “classe que vive do trabalho”, o que a faz mais diversa, heterogênea e complexa.

O autor evidencia que uma crítica ao capital, neste sentido, deve abarcar questões referentes à exploração presente na relação capital/trabalho e homem/mulher, de forma que por meio da luta pela constituição do *gênero-para-si-mesmo*, esteja também embutida a emancipação do gênero mulher.

Essa emancipação, dentro da sociedade do capital, tem sido muito difícil, pois ao mesmo tempo em que a mulher vem conquistando seu espaço no mundo do trabalho, também vem servindo ao capital, com o rebaixamento do valor da força de trabalho, com os subempregos, com a terceirização.

As mudanças no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo têm contribuído para acentuar as diferenças entre brancos e negros, homens e mulheres, no que diz respeito à inserção ocupacional. Ricardo Antunes (2000), ao fazer uma análise dessa temática, sinaliza para uma crescente desproletarização do trabalho industrial, fabril o que ocasionou uma diminuição na classe operária industrial tradicional, mas que, ao mesmo tempo, proporcionou um aumento do trabalho assalariado, principalmente no setor de serviços, crescendo assim a presença do contingente feminino no mundo operário.

Há um aumento no desemprego estrutural, que de um lado diminui o operariado industrial e fabril e de outro, faz crescer o subproletariado, ou seja, o trabalho precário, o assalariamento no setor de serviços, abarcando um grande contingente de mulheres e excluindo os jovens e os velhos. Essa subproletarização se efetiva por meio das formas precárias de trabalho, incluindo o trabalho parcial, o temporário e o terceirizado, que estão vinculados à economia informal.

Desse incremento da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro *traço marcante* das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Esta não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde

tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar no setor de serviços. Essa mudança na estrutura produtiva do mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital (...). Isso permite dizer que esse contingente tem aumentado em praticamente todos os países e, apesar das diferenças nacionais, a presença feminina representa mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (...) (ANTUNES, 2000, p. 53-54).

Os estudos sobre a questão de gênero no mundo do trabalho realizados por Helena Hirata (1995) apontam dados significativos. A autora ao analisar empresas do Japão, França e Brasil pôde observar uma grande variedade na organização e gerenciamento da força de trabalho, em função da divisão sexual. Segundo a mesma, nos estabelecimentos dos três países, a função que cada trabalhador desempenha depende do tipo de máquina. O trabalho manual e repetitivo é atribuído às mulheres, enquanto que para os homens destinam-se os trabalhos que requerem conhecimentos técnicos. A autora acrescenta que nos três estabelecimentos, os trabalhadores reconhecem as qualidades da força de trabalho feminina, mas não as vêem como qualificações e que são evidentes as políticas discriminatórias em relação ao sexo. Nas empresas japonesas as diferenças de remuneração são praticadas abertamente.

No Japão, a introdução do taylorismo acontece mais cedo, por volta de 1912, na indústria têxtil, sendo que neste período, para um conjunto de aproximadamente 200 mil trabalhadores, 70% eram do sexo feminino. “O sistema de dormitórios de jovens operárias – usual na França na mesma época – tornou possível um movimento de *racionalização* em que o conjunto da jornada era considerado o tempo de sono, a toalete, o ato de vestir, o trabalho da fábrica, o ato de se pentear, o de defecar, o banho, as aulas e o lazer, estritamente medidos” (HIRATA, 2002, p.33).

De acordo com a autora, um dos motivos da taylorização nas indústrias que utilizam o trabalho assalariado no Brasil, era a idéia de que a “natureza” da força de trabalho local era sem iniciativa, preguiçosa e necessitava de supervisão constante para produzir com eficiência. Assim, dois grupos industriais franceses introduziram técnicas tayloristas em filiais brasileira. Um grupo atuava no ramo de equipamentos elétricos e outro no ramo têxtil.

O trabalho no Brasil é organizado em linhas de montagem cujo ritmo é determinado por uma esteira rolante, onde cada operária realiza uma operação bem simples ou a fabricação de uma determinada peça, em série. Dos 577 trabalhadores que atuavam nesta

fábrica em 1980, 286 eram mulheres, enquanto que na fábrica francesa, de um total de 875 trabalhadores, em 1981, 655 eram mulheres.

No Brasil, o regime de trabalho é extremamente autoritário. As operárias são impossibilitadas de falar ou de fazer qualquer interrupção no trabalho. São duas permissões de 10 minutos, para ir ao banheiro, uma antes da pausa de 30 minutos para o lanche e outra depois. A fábrica brasileira abriu até um concurso em 1980, chamado de Jogos Olímpicos Internos da Produção, fazendo cronometragens antes e depois do turno de trabalho, para verificar o aumento da produção. Estes jogos ocasionaram um aumento sensível na produção, bem como a descoberta de novas técnicas e métodos mais “eficazes”, o que gerou, segundo o diretor da empresa, uma “competição sadia” entre as funcionárias.

O aumento da intensidade do trabalho é feito pelo emprego da força de trabalho feminina jovem e hábil, diretamente ligada à produção comandada por homens que controlam a disciplina e o conhecimento técnico. “Para um efetivo total de 1578 pessoas de ambos os sexos na fábrica brasileira, em 1981, havia 497 operários e 870 operárias, mas somente 19% das mulheres nas funções de controle (17 mulheres e 88 homens eram chefes e contramestres)” (HIRATA, 2002, p. 37). Esta situação deixa evidente a divisão sexual do trabalho, onde os homens atuam em funções de controle e ligadas a capital intensivo e as mulheres atuam em funções rotineiras e de trabalho intensivo.

Hirata (2002) ressalta que tanto na fábrica francesa, quanto na brasileira, a maioria dos trabalhadores encaixa-se na categoria dos não qualificados, porém, na França, somente um homem encontra-se nesta categoria. A maior concentração é feminina, chegando a 99%. No entanto, 4% das mulheres francesas são qualificadas e 8% delas atuam nas funções de supervisão, técnicos e contramestres. No Brasil, a realidade apresenta-se de forma diferenciada, possuindo apenas 1% de mulheres qualificadas e 2% atuando nas funções de supervisão, contramestre e técnicos, sendo também uma mão de obra mais jovem. Mais da metade destas mulheres tinha menos de 25 anos e eram solteiras, por preferência da gerência que preferia contratar mulheres sem responsabilidades familiares.

Em relação aos salários, as diferenças também se mostraram acentuadas. Na França, o salário mais alto equivalia a 5,6 vezes o mais baixo, enquanto no Brasil, o salário mais alto equivalia a 22,6 vezes o mais baixo. “As diferenças entre as remunerações das mulheres e a dos homens eram também mais altas no caso do Brasil: em média os homens ganhavam 2,2 vezes mais do que as mulheres enquanto na França eles ganhavam 1,4 vezes mais do que elas” (HIRATA, 2002, p.54). Porém, em ambos os casos, os homens ganhavam mais que as mulheres.

Embora na França os salários fossem mais altos, as diferenças variavam de acordo com as diferentes categorias de trabalhadores, sendo estas maiores para as trabalhadoras não-qualificadas. No Brasil, as mulheres que pertenciam a esta categoria ganhavam até 25% do salário das francesas pertencentes a esta categoria. Nas categorias mais qualificadas os homens no Brasil recebiam até 60% do que recebiam os franceses.

Assim, “cabe observar que os homens não-qualificados no Brasil ganhavam relativamente mais que as brasileiras não-qualificadas. A situação das mulheres não-qualificadas no Brasil manifesta os efeitos desvantajosos cumulativos da divisão internacional do trabalho, da divisão social e da divisão do trabalho entre homens e mulheres” (HIRATA, 2002, p.55).

É importante enfatizar que, embora as duas fábricas produzissem as mesmas mercadorias, a produtividade, em grande número de tarefas, era maior no Brasil, mesmo com um nível mais baixo de automação. Este fato se deve à maior intensidade de trabalho e menores interrupções para descanso, além do ritmo ser mais intenso.

1.5 Mercado de trabalho e discriminação racial

Por meio do estudo realizado por Henriques (2001), em que busca fazer uma análise econômica do bem estar das populações branca e negra, identificando o perfil da desigualdade racial do Brasil ao longo dos anos 90, é possível visualizar a dimensão e a evolução da desigualdade entre brancos e negros. Essa evolução é expressa em diversos indicadores socioeconômicos das condições de vida da população brasileira. Os indicadores envolvidos na análise de Henriques são: estrutura populacional, pobreza, distribuição de renda, educação, trabalho infantil, mercado de trabalho, condições habitacionais e consumo de bens duráveis, analisados nas cinco regiões do país.

Em relação ao mercado de trabalho, no que diz respeito ao grau de informalidade em postos ocupados por negros e brancos no período de 1992 a 1999, é possível perceber que o grau de informalidade entre trabalhadores negros é maior do que entre os brancos, assim como o grau de assalariamento é sempre maior entre os brancos, indicando que existe

uma maior precariedade na distribuição da posição na ocupação entre trabalhadores negros.

Henriques (2001) alerta que o declínio na qualidade de postos de trabalho confirma-se pelo declínio dos graus de industrialização e de modernização como um todo, atingindo os dois grupos raciais. Porém, ao longo de sua análise, observa que o nível de precariedade dos postos de trabalho é maior para os negros que para os brancos.

Em 1999, o percentual de brancos envolvidos na indústria de transformação é de 12% e apenas 9% de negros. O índice de brancos ocupados na indústria de transformação e nos serviços modernos é de 14,7% e de 9,9% para a população negra, evidenciando que, apesar da evolução entre 1992 e 1999 manter a mesma tendência para os universos analisados, “a piora relativa é mais intensa entre os negros, em particular no que diz respeito ao grau de industrialização. Desse modo, o diferencial entre brancos e negros no que diz respeito aos graus de industrialização e modernidade dos postos de trabalho aumenta ao longo do tempo, em detrimento dos trabalhadores negros” (HENRIQUES, 2001, p.39).

Estudos desenvolvidos a partir de informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizados pelo convênio DIEESE/Sead/MTE/FAT e parceiros regionais, nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal, apresentam vários indicadores sobre a condição de inserção da população negra e branca no mercado de trabalho, entre 1998 e 2004. Este trabalho indica que, embora a situação econômica desfavorável neste período tenha atingido os trabalhadores em geral, negros e negras apresentam maiores dificuldades de inserção ocupacional e quando a conseguem, concentram-se em grande parte nos serviços precarizados.

Observa-se que, mais de um terço dos trabalhadores de ambos os grupos raciais, nas regiões pesquisadas, encontram-se em situação vulnerável de ocupação, ou seja, assalariados sem carteira assinada, autônomos para o público, trabalhadores familiares não-remunerados ou empregados domésticos. Os dados de 2004 indicam que entre os trabalhadores negros é maior a proporção de ocupados em situações vulneráveis, variando de 43,5%, em Salvador, a 32,3% no Distrito Federal. Já em relação aos brancos que se encontram nessa situação, a proporção é de 36,5% em Recife e 24,3% no Distrito Federal.

Em se tratando das mulheres ocupadas, é expressiva a proporção das que se encontram na situação anteriormente descrita, sendo maior a presença de negras em formas de inserção precarizadas. No ano de 2004, 50% das mulheres negras atuavam na economia

informal. No mesmo ano, na região metropolitana de Salvador, 53,1% das trabalhadoras negras se encontravam em ocupações vulneráveis, diante de uma parcela de 27,5% de homens brancos.

Tabela 1 - Proporção de ocupados negros e não-negros em situações de trabalho vulneráveis (1), segundo sexo Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 1998-2004 (em %)

Regiões e períodos	Total	Cor e Sexo						
		Negra		Não-negra				
		Total	Mulheres	Total	Mulheres	Homens	Homens	
Belo Horizonte								
1998	35,8	40,3	50	33,4	31,1	35,6	27,9	
2004	35	38,3	46,4	31,6	31,2	35,1	26,1	
Varição 2004/1998	-2,2	-5	-7,2	-5,4	-2,9	-1,4	-6,5	
Distrito Federal								
1998	31,7	35,3	44,6	27,6	25,4	30,6	20,8	
2004	29,7	32,3	41	24,7	24,3	27,7	21	
Varição 2004/1998	-6,3	-8,5	-8,1	-10,5	-4,3	-9,5	1	
Porto Alegre								
1998	30,2	39,1	49,6	30,3	29	34,3	25,4	
2004	29,7	36,4	47,5	27,2	28,9	33,2	25,7	
Varição 2004/1998	-1,7	-6,9	-4,2	-10,2	-0,3	-3,2	1,2	
Recife								
1998	41,8	44,7	55,2	37,4	36,8	42,6	32,4	
2004	41,1	43	50,9	37,1	36,5	40,8	33	
Varição 2004/1998	-1,7	-3,8	-7,8	-0,8	-0,8	-4,2	1,9	
Salvador								
1998	42,5	45,9	54,9	38,5	29,1	31,6	27	
2004	41,5	43,5	53,1	35,3	29,8	32,4	27,5	
Varição 2004/1998	-2,4	-5,2	-3,5	-8,3	2,4	2,5	1,9	
São Paulo								
1998	33,1	40,5	51	32,7	29,7	35,5	25,7	
2004	34,5	41	50,7	33,1	30,9	36,3	26,7	
Varição 2004/1998	4,2	1,2	-0,6	1,2	4	2,3	3,9	

Fonte: Convênio DIEESE/SEAD, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham pra o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos.

Obs.: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra= brancos+ amarelos.

b) Os dados do ano de 2004 referem-se ao período de janeiro a setembro.

A pesquisa do DIEESE aponta que os rendimentos reais do trabalho urbano no período de 1998 a 2004 tornaram-se um dos fatores mais proeminentes da queda da qualidade da inserção ocupacional nas grandes metrópoles do país. Em São Paulo, no ano de 1998, o conjunto de ocupados ganhava em média R\$ 1.365,00, passando a receber em 2004

cerca de R\$962,00, ou seja, 29,5% menos. No mesmo período, ocorreu uma redução nos rendimentos da população negra ocupada em todas as regiões investigadas pela PED, variando entre 10,0% em Salvador e 25,5% em São Paulo.

Em todas as regiões estudadas, a remuneração dos negros mostrou-se menor que a dos brancos. Em 2004, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, o valor recebido pelos negros correspondia à metade do recebido pelos brancos. Analisando-se a jornada de trabalho desempenhada pelos dois grupos sociais, a pesquisa indica que as ocupações desempenhadas pelos negros exigem uma jornada de trabalho maior, sugerindo uma maior precariedade de inserção.

O rendimento recebido pelas mulheres, em todas as regiões, mostrou-se menor que o dos homens em praticamente todas as regiões pesquisadas. Porém, quando comparamos os rendimentos das mulheres negras com os dos homens brancos, fica evidente uma dupla discriminação, associando raça e gênero. O rendimento por hora recebido pela mulher negra, na região metropolitana de Porto Alegre, em 2004, não corresponde a mais que 60% dos valores recebidos por homens brancos. Em Salvador, homens brancos neste período, recebiam em média R\$7,17 hora, enquanto as mulheres negras recebiam R\$2,78 hora.

Henriques (2001), ao analisar a desigualdade de renda no país na década de 90, constata que 'nascer negro no Brasil é crescer pobre', tendo em vista que os negros representam 70% dos 10% mais pobres da população, sendo que entre o décimo mais rico da renda nacional, somente 15% da população é negra. Considerados os centésimos da distribuição de renda brasileira, observa-se que de cada dez pessoas do segmento mais pobre da distribuição de renda, oito são negros. De cada dez pessoas participantes no último centésimo da renda nacional, só uma negra.

Entre os mais ricos estão os brancos, sendo sua renda per capita média 20% maior que a dos negros. Os brancos representam 85% da população do décimo mais rico da nossa sociedade, apropriando-se de 87% da renda desse décimo. O contingente de brancos no Brasil se apropria de 41% da renda de todo o país. Os negros que se encontram no extremo mais alto da renda do Brasil representam apenas 15% da população do décimo da distribuição e se apropriam de 13% da renda desse décimo, representando 6% da renda de todo o país.

Em contrapartida, no extremo mais pobre da distribuição de renda, a metade mais pobre da população se apropria de 12,5% da renda do país. No ano de 1999, entre os 50% mais pobres havia 40% de brancos que se apropriavam de 5,5% da renda do país e 59,6% de negros que se apropriavam de 7% da renda do país.

O reconhecimento de que a maioria dos negros pertence aos segmentos de menor renda *per capita* e que os negros ricos são menos ricos que os brancos ricos nos permite derivar uma clivagem socioeconômica que pode traduzir-se em dois mundos: um “Brasil branco” mais rico e mais desigual e um “Brasil negro”. Ao longo de toda distribuição, sem exceção, a renda média dos brancos é maior que a renda média dos negros presentes no mesmo quantil de suas respectivas distribuições (HENRIQUES, 2001, p.20).

Considerando a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, obtém-se um quadro de extrema injustiça social, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo.

Tratando-se das desigualdades no mundo do trabalho, é importante citarmos o trabalho realizado por Medeiros (2004). O jornalista faz uma análise do *Mapa do negro no mercado de trabalho*, estudo realizado pelo DIEESE e pela Fundação Seade, em 1998, sob encomenda do Instituto Interamericano Sindical pela Igualdade Racial – INSPIR, onde são observadas profundas desigualdades entre brancos e negros no tocante à inserção no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito às mulheres negras.

O relatório apresenta a situação dos trabalhadores negros em cinco grandes regiões do país: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Distrito Federal, Recife e Salvador.

Do ponto de vista do rendimento, o *Mapa* nos mostra que, nas regiões pesquisadas, os trabalhadores brancos ganham, em média, mais que o dobro dos negros, e em todas elas – exceto Belo Horizonte – o rendimento das mulheres brancas é maior que o dos homens negros. A mesma desigualdade aparece nas taxas de desemprego, e com uma agravante: a duração do desemprego é sempre maior para os negros, da mesma forma que é menor para estes o tempo de permanência no emprego. Além disso, os trabalhadores negros têm menor possibilidade de acesso a funções de direção e planejamento, mas constituem uma proporção muito maior da força de trabalho não-qualificada, alocados nas atividades de execução e nas de apoio em serviços gerais. Em Salvador, por exemplo, o número de trabalhadores negros em atividades não-qualificadas é quase três vezes maior que o de brancos. Os negros também ingressam mais cedo que os brancos no mercado de trabalho – o percentual médio das crianças negras trabalhadoras de 10 a 14 anos é de quase 15%, mas alcança índices bem mais altos em algumas cidades, como Salvador – e são os últimos a sair dele. Além disso, a jornada de trabalho dos negros é de uma a duas horas mais longa que a dos brancos: 44 horas semanais contra 42. Incluindo-se a dimensão de gênero, constata-se que, com exceção do Distrito Federal e de Porto Alegre, as mulheres negras recebem em torno de 30% do que recebe o homem branco, e, com exceção de Belo Horizonte, as mulheres brancas recebem rendimentos maiores que os homens negros. O número de negros ocupados em trabalhos domésticos é quase quatro vezes maior que o número de brancos. A população negra é também a que menos tem acesso aos serviços e a que menos se apropria da riqueza que produz (MEDEIROS, 2004, p.84)

1.6 Inserção ocupacional de mulheres negras

De acordo com boletim publicado pelo Dieese sobre inserção de mulheres negras no mercado de trabalho no período de 2001-2002, as mulheres negras são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira. Geralmente são mais pobres e se encontram em ocupações mais precárias, com menores rendimentos e altas taxas de desemprego.

O Boletim apresenta dados sobre as mulheres negras no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal por meio da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo convênio Dieese/Sead/ MTE-FAT e convênios regionais. A análise da inserção de mulheres negras no mercado de trabalho é feita de forma a verificar a qualidade desta inserção no tocante a postos de trabalho ocupados e situações de desemprego, comparadas com outros grupos populacionais, ou seja homens negros e não-negros e mulheres não-negras.

Este estudo nos revela o quanto tem sido desvantajosa a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro. A nítida discriminação racial somada à falta de igualdade entre os sexos tem colocado os negros em pior situação, em relação aos outros grupos.

Quando analisado o conjunto da população em idade ativa (PIA) das seis regiões abordadas pelo estudo, verificamos o quanto a população negra está distribuída de forma desigual, revelando uma concentração de 46,1% de negras em idade ativa em Salvador, 18,3% em São Paulo e apenas 6,3% em Porto Alegre. O Dieese atribui este fato às raízes da formação econômica e social brasileira, principalmente pela afluência da força de trabalho para o Nordeste, no período colonial e pela ocupação européia nas regiões Sul e Sudeste do país. O que há de comum nas duas regiões é que as mesmas apresentam mercados de trabalho regionais onde as mulheres negras detêm as maiores taxas de desemprego e permanecem por mais tempo desocupadas. Quando conseguem trabalho lhes são reservadas ocupações de menor qualidade, status e remuneração.

Como característica marcante da inserção da população negra no mercado de trabalho urbano nas regiões metropolitanas analisadas, está o maior engajamento relativo na força de trabalho, quando comparado à parcela não-negra da população. Este fato é identificado pela permanência de altas taxas de participação onde é refletida a intensidade

com que as pessoas negras com 10 anos e mais de idade incorporam à população economicamente ativa.

Com exceção de Porto Alegre, onde no período analisado as taxas de participação de negros e não-negros eram similares, nas demais regiões analisadas pela PED a presença de negros na força de trabalho mostrou-se mais intensa, com destaque para o Distrito Federal, onde a taxa de participação da parcela negra da população chegou a 64,9% da PIA, sendo que a dos não-negros ficou em 61,9%, conforme se pode verificar na tabela a seguir.

Tabela 2 - Taxa de participação, por sexo e cor Regiões Metropolitanas e Distrito Federal Biênio 2001-2002 (Em %)

Regiões Metropolitanas	Negros			Não-negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	59,1	51,5	67,4	57,8	49,0	68,2
Dist. Federal	64,9	58,4	72,2	61,9	55,6	70,0
Porto Alegre	57,7	52,1	64,3	58,1	49,1	68,0
Recife	53,5	44,2	64,1	52,8	44,1	63,9
Salvador	62,2	55,7	69,7	59,3	51,9	68,3
São Paulo	64,5	56,5	73,3	62,4	52,8	73,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Taxa de participação específica = $100 \times (\text{PEA com atributos específicos}) / (\text{PIA correspondente})$.

b) Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2002.

c) Negros: inclui pretos e pardos. Não-negros: inclui brancos e amarelos.

Quando verificamos a questão do gênero, conseguimos esclarecer a tabela anterior, verificando que as diferenças sexuais têm papel importante na associação entre a maior necessidade de participar do mercado de trabalho e a realidade socioeconômica desfavorável da maioria da população negra brasileira. A participação masculina apresenta taxas maiores que as femininas, mas há diferenças na inserção produtiva quando são considerados os grupos de cor a que pertencem.

Constata-se uma maior participação das mulheres negras em praticamente todas as regiões analisadas. Esta diferença é mais intensa em Salvador e São Paulo, onde a presença de mulheres negras é superior em 3,8 e 3,7 pontos percentuais à de não-negras.

As trabalhadoras negras, embora apresentem maior necessidade, mostram maior dificuldade para obter ocupação. A pesquisa evidencia que a sobreposição discriminatória de gênero e racial associada à crise econômica pela qual o país vem passando, atinge mais as mulheres negras as quais apresentam índices mais elevados de desemprego entre os grupos.

Em São Paulo, o segmento das mulheres negras correspondia a 35,4% da força de trabalho no período de 2001-2002, apresentando uma taxa de desemprego de 12,9 pontos percentuais, superior a dos homens não-negros no mesmo período. Na Grande Salvador,

onde a maioria dos trabalhadores é negra também foi encontrada uma diferença de 15,3 pontos percentuais entre as taxas de desemprego para as mulheres negras (31,3%), para 16,0% entre os homens não-negros.

Comparando as taxas de desemprego entre as mulheres negras e as não-negras que também convivem com taxas de desemprego mais elevadas que os homens não-negros, se observa que em todas as regiões pesquisadas as taxas de desemprego total no segmento das mulheres negras superou a encontrada entre as não-negras. As desigualdades da desocupação foram mais evidenciadas em Salvador, com 9,1 pontos percentuais, em São Paulo e Porto Alegre, onde a taxa de desemprego entre as mulheres negras excedeu a das não-negras em 7,4 pontos percentuais. Em Belo Horizonte e Recife as diferenças são menores. Apresentam 3,6 pontos percentuais nas duas regiões.

A maior exposição ao desemprego traz como consequência uma presença menor das mulheres negras entre os ocupados, sendo que em todas as regiões investigadas pela PED, independente da etnia, as negras estão em parcela menor entre os ocupados que se encontram inseridos na PEA.

A pesquisa evidencia que a ocupação das mulheres negras concentra-se, em todas as regiões, no setor de serviços. Nos anos de 2001-2002 este setor absorvia 41,6% das ocupadas negras da Região Metropolitana de São Paulo e 57,8% das residentes no Distrito Federal.

Se compararmos com os demais setores de atividade econômica, o emprego doméstico aparece como segundo setor mais importante na inserção ocupacional das trabalhadoras negras, caracterizando-se pelos baixos níveis de produtividade e por exigir menos requisitos de qualificação em relação a outros setores da economia. Além disso, provê rendimentos baixos, próximos a um salário mínimo e freqüentemente desrespeita os direitos trabalhistas.

Na região de Salvador, apenas 6,7% das mulheres não-negras encontram-se no serviço doméstico, enquanto que entre as negras a inserção na ocupação doméstica atingiu patamares superiores a 20%, alcançando nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo as taxas de 33,6% e 30,0% respectivamente.

De acordo com o boletim do Dieese, as avaliações sobre a qualidade da inserção das trabalhadoras negras entre os ocupados tomam como ponto de partida o fato de que o assalariamento é a forma predominante de se engajar no mercado de trabalho urbano no Brasil e também porque entre os assalariados as relações são formalizadas, sejam no setor privado ou público, cenários estes que apresentam importantes diferenciações de cunho sexual e racial.

Os homens, com maior intensidade, são absorvidos pelo setor privado, com carteira de trabalho assinada, enquanto as mulheres atuam com mais frequência no setor público. Porém, a parcela negra dos trabalhadores encontra-se proporcionalmente mais concentrada entre os trabalhadores sem carteira assinada, destacando-se a carreira pública como alternativa de inserção ocupacional feminina, tanto pela natureza das funções que a compõem, como as das áreas da educação e da saúde, como pela forma de ingresso, geralmente por meio de concursos públicos. Mesmo assim, em todas as áreas investigadas, a presença de negras no assalariamento público é inferior a de mulheres não negras.

Quando se avaliam as possibilidades de crescimento profissional, também fica evidente a condição desfavorável de progressão no que diz respeito às mulheres negras. Das regiões analisadas, a maior concentração de mulheres negras em cargos de chefia está no Distrito Federal (11,9%), onde também há maior predominância do setor público. Porém, nas outras regiões é menor a presença de negras em patamares mais elevados de progressão profissional, como em Porto Alegre (3,5%) e em São Paulo (4,2%), sendo que, independentemente dos traços regionais, todas as regiões apresentaram maior grau de dificuldade para ascensão profissional enfrentado pelas mulheres negras, quando comparadas às não-negras.

1.7 Inserção ocupacional, escolaridade, discriminação racial e de gênero

Ao analisarmos as transformações ocorridas no mundo do trabalho nos dias atuais, sua dimensão histórica, bem como os processos de exclusão a que determinados grupos sociais estão expostos, é de fundamental importância que compreendamos as relações existentes entre trabalho e educação, percebendo que a atual sociedade ainda carrega de forma veemente o discurso de que a educação é a redentora da humanidade e que para alcançarmos postos de trabalho bem remunerados precisamos ter uma boa formação escolar, como se a escola fosse o único espaço educativo da sociedade.

Alguns teóricos vêm se dedicando a esta análise, tais como Frigotto (2000), Kuenzer (1998), Ciavatta (1998), Arroyo (1999), Gentili (1998), Mészáros (2005), entre

outros.

Frigotto (2000) afirma que na ótica das classes dominantes, historicamente, a educação dos trabalhadores deve acontecer no sentido de prepará-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho, subordinando a função social da educação no sentido de responder às necessidades do capital.

De acordo com Gentili (1998), a grande expansão dos sistemas educacionais, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, tem sido produto da difusão da promessa da “escola como entidade integradora”. Os sistemas educacionais foram considerados neste período, pelos grupos dominantes e também pelas massas, como uma forma eficaz de integração social.

Porém, a crise capitalista dos anos setenta marcou uma desarticulação da tal promessa integradora. A crise efetivou-se nos anos oitenta, junto com a revalorização do papel econômico da educação e da disseminação dos discursos que enfatizavam a importância produtiva dos conhecimentos, bem como do papel da escola na promoção da competitividade econômica na era da globalização.

A promessa integradora da escolaridade estava fundada na necessidade de definir um conjunto de estratégias orientadas para criar as condições “educacionais” de um mercado de trabalho em expansão e confiança (aparentemente incontestável) na possibilidade de atingir o pleno emprego. A escola constituía-se assim, num espaço institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade, formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado. O processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual (BLAUG, 1975; SCHULZ, 1973). A dimensão social e individual dos benefícios econômicos decorrentes do processo de escolarização (...) obrigava a pensar o planejamento educacional como uma atividade central na definição das políticas do setor (GENTILI, 1998, p.80).

A promessa integradora delegava ao Estado não só a responsabilidade de planejamento da educação, mas também a responsabilidade na captação de recursos financeiros e distribuição de verbas voltadas à educação, contribuindo tanto para o aumento da riqueza social, quanto para o aumento da renda individual. Desta forma, a desintegração da promessa integradora foi justamente a ruptura dessas condições.

Gentili (1998) afirma que uma das causas da queda da promessa de integração via escolaridade foi justamente a “privatização da função econômica da escola”. Passa-se da integração em função das necessidades de caráter coletivo, para uma lógica privada,

direcionada pela ênfase nas competências individuais que cada um deve buscar no mercado educacional, para atingir melhores posições no mercado de trabalho, restando agora ao indivíduo e não mais ao Estado, a responsabilidade de conquistar ou não uma posição no mercado de trabalho. Assim, “a garantia de emprego como direito social (...) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece” (GENTILI, 1998, p.89).

Embora com toda a desintegração da promessa integradora da escola, grande parte da população acredita que é via escolaridade que o indivíduo conquista os melhores postos de trabalho. Porém, a realidade tem mostrado um quadro bem diferente do sonhado.

Kuenzer (1998) reforça que enfatizar a tese oficial de que a escolarização, junto com alguma formação profissional, poderá conferir empregabilidade, é agir de má fé. Porém, afirmar que não adianta lutar por uma educação melhor, “é mais do que matar a esperança, eliminar um espaço importante para a construção de um outro projeto hegemônico” (p.69).

A autora alerta, no entanto, que este dilema seria uma falácia com raízes na falta de clareza sobre a categoria trabalho, pautada na teoria do capital humano, que busca cada vez mais estabelecer uma relação linear entre educação e emprego. Esta linearidade continua existindo no discurso da relação entre reestruturação produtiva e educação e reveste-se de lógica quando se entende a concepção de trabalho enquanto produção de mercadoria, “a justificar a educação na perspectiva do investimento, agora não mais social, mais individual, como condição de empregabilidade, que expressa poder para competir em um mercado com oportunidades cada vez mais escassas” (Ibidem).

Assim, se por um lado, a reestruturação produtiva vem apontando para a “educação” da classe trabalhadora, por outro lado, pensando nos padrões mínimos de socialização, no disciplinamento para o trabalho, realmente há um aumento nas exigências educacionais para a população.

As pesquisas que temos desenvolvido com trabalhadores que fazem o discurso da qualificação e reconversão profissional mostram que, em uma sociedade crescentemente excludente, os considerados em situação de risco social não terão chance de emprego formal, têm baixa escolaridade, não dominam os instrumentos básicos da ciência e da cultura, particularmente no que diz respeito às habilidades de comunicação, e em grande número não são brancos. Embora o modelo seja cada vez mais excludente e o projeto político nacional reforce este caráter, em face do modo como se insere no processo de globalização, não é negando a educação ou a formação profissional a esta parcela da população a melhor forma de lutar pela construção de outro tipo de sociedade (KUENZER, 1998, p.70).

A situação exposta por Kuenzer (1998), em que a mesma aponta que a grande maioria das pessoas que tem baixa escolaridade e não domina os instrumentos básicos da ciência e da cultura não são brancos, é reforçada por Henriques (2001). O mesmo explicita que a média de escolaridade de um jovem negro, na faixa etária dos 25 anos, é de 6,1 anos de estudo e a de um jovem branco, na mesma faixa etária, é de 8,4 anos de estudo, gerando uma diferença de 2,3 anos entre os dois segmentos da população. Se pensarmos que a escolaridade média da população brasileira é de 6 anos, essa diferença é extremamente alta.

Henriques (2001) acentua que o mais preocupante desta situação é a evolução histórica e a tendência de longo prazo da discriminação porque, embora a escolaridade dos brasileiros tenha aumentado no século XX, o fato de um jovem branco ter 2,3 anos a mais de escolaridade que um jovem negro, mostra que a intensidade dessa discriminação é a mesma vivida pelos pais desses jovens e também de seus avós. Ou seja, a escolaridade, de forma geral tem aumentado, porém a discriminação vem se mantendo estável nas diversas gerações.

Ao analisarmos o gráfico a seguir, podemos perceber que a escolaridade de ambas as raças, no período de 1929 a 1974, cresce, porém o padrão de discriminação racial, que se expressa pelo diferencial de anos de escolaridade, continua estável.

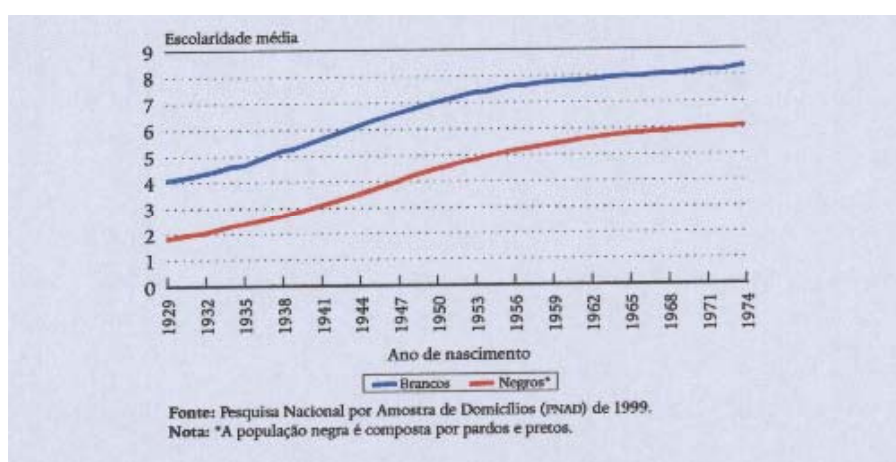


Gráfico 1 – Número médio de anos de estudo – evolução por cohorte

Este gráfico nos faz refletir que a questão da igualdade e da inclusão, tão propalada nos dias atuais, está muito longe de ser alcançada, até porque, dentro da lógica capitalista, como acentua Mészáros, é preciso analisar “o tipo de igualdade viável para os indivíduos em

geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam redistribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem” (2002, p. 273).

Tratando de educação, Mészáros afirma que:

Desde a mais tenra infância as pessoas aprendem por todos os meios concebíveis que todos têm *oportunidades iguais* e que as desigualdades com que se deparam não são o resultado de instituições injustas, mas de seus dotes naturais superiores ou inferiores. Portanto, assegurar a manutenção da gritante desigualdade e dos privilégios da educação, por exemplo, é algo que “se deve buscar indiretamente, garantindo amplos recursos para a subsistência da parte do sistema que atende à oligarquia, deixando, ao mesmo tempo, faminta a parte que atende às classes baixas e os trabalhadores. Isso garante a desigualdade na educação tão vitalmente necessária para apoiar a desigualdade geral que é o coração e a essência de todo o sistema”. Assim é possível sustentar a mitologia da igualdade – pelo menos na forma da proclamada “igualdade de oportunidades” – e perpetuar seu oposto diametral na ordem vigente sob o domínio do capital (2002, p. 273-274).

As pesquisas apontam que a igualdade de oportunidades está longe de alcançar a população afro-brasileira. A “Lei Áurea” supostamente libertou os negros do país das garras de seus senhores porém, escravizou-os em uma sociedade que não lhes deu oportunidades de inserção social, pois a grande maioria dos negros e negras forros não possuía nenhum grau de instrução e desta forma não puderam ser aproveitados nas indústrias que se estabeleciam no país naquele período.

Para estimar a evolução entre 1992 e 1999 das condições de vida de brancos e negros, expressas por meio de indicadores de desempenho de escolaridade de jovens e adultos, Henriques (2001) faz a análise a partir de alguns dados, que retratam parte da realidade escolar dos jovens brasileiros.

Tabela 3 - Características Educacionais da População Jovem segundo Cor do Indivíduo (Em %)

	Ano							Variação Relativa
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Brasil								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	8,8	8,3	7,3	6,6	6,5	5,5	5,0	-42,8
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentaram a escola	12,0	10,1	8,7	7,7	6,1	4,6	3,6	-69,8
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	35,8	33,3	29,3	26,5	23,2	20,1	18,3	-48,9
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	79,1	77,0	75,0	73,6	72,7	70,1	68,4	-13,5
Pessoas de 8 a 14 anos que não concluíram a 1ª série do E. F.*	22,4	21,3	19,1	17,7	16,4	13,8	11,2	-50,0
Pessoas de 11 a 17 anos que não concluíram a 4ª série do E. F.	41,9	40,9	37,1	34,7	33,1	31,0	27,4	-34,5
Pessoas de 15 a 21 anos que não concluíram a 8ª série do E. F.	70,2	68,9	66,2	63,0	61,6	57,3	53,4	-23,9
Pessoas de 18 a 23 anos que não concluíram o Ensino Médio.	83,6	83,0	81,1	79,5	78,0	75,7	73,2	-12,5
Pessoas de 18 a 25 anos que não concluíram o Ensino Superior.	95,0	94,8	94,1	94,1	93,8	93,2	92,9	-2,2
Branços								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	4,5	4,1	3,7	3,3	3,1	2,7	2,6	-42,4
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentaram a escola	7,6	6,5	5,4	4,8	3,8	2,9	2,4	-68,0
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	31,0	29,2	25,3	22,6	19,0	17,1	15,6	-49,7
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	76,6	75,0	72,9	71,1	70,5	67,7	66,7	-12,9
Pessoas de 8 a 14 anos que não concluíram a 1ª série do E. F.	13,1	12,5	11,0	10,8	9,3	8,4	7,2	-45,5
Pessoas de 11 a 17 anos que não concluíram a 4ª série do E. F.	29,3	27,8	24,8	23,0	20,8	19,9	17,7	-41,6
Pessoas de 15 a 21 anos que não concluíram a 8ª série do E. F.	59,9	58,4	55,0	51,7	49,3	45,3	40,9	-31,7
Pessoas de 18 a 23 anos que não concluíram o Ensino Médio.	77,2	76,1	73,5	71,6	69,2	66,6	63,1	-18,2
Pessoas de 18 a 25 anos que não concluíram o Ensino Superior.	92,0	91,7	90,8	90,6	90,1	89,2	88,8	-3,5
Negros*								
Pessoas de 15 a 25 anos analfabetas	13,4	12,8	11,3	10,3	10,1	8,6	7,6	-43,3
Pessoas de 7 a 13 anos que não freqüentaram a escola	16,4	13,7	11,8	10,7	8,3	6,2	4,8	-70,8
Pessoas de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola	40,6	37,5	33,4	30,7	27,3	23,3	21,0	-48,2
Pessoas de 18 a 25 anos que não freqüentam a escola	81,9	79,4	77,6	76,6	75,3	72,9	70,4	-14,0
Pessoas de 8 a 14 anos que não concluíram a 1ª série do E. F.	31,6	30,0	27,2	24,7	23,3	19,1	15,2	-52,0
Pessoas de 11 a 17 anos que não concluíram a 4ª série do E. F.	54,3	53,8	49,5	46,8	45,2	41,9	37,5	-30,9
Pessoas de 15 a 21 anos que não concluíram a 8ª série do E. F.	81,2	80,0	78,1	75,6	74,5	70,1	66,5	-18,1
Pessoas de 18 a 23 anos que não concluíram o Ensino Médio.	90,9	90,8	89,8	88,6	87,7	86,2	84,4	-7,2
Pessoas de 18 a 25 anos que não concluíram o Ensino Superior.	98,5	98,5	98,1	98,2	98,1	98,0	97,7	-0,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Nota: * A população negra é composta por pardos e pretos. E. F.= Ensino Fundamental.

A tabela 3 indica que no período de 1992 a 1999 ocorreu uma melhoria, tanto para negros, quanto para brancos, no que diz respeito ao acesso à escola, traduzida na redução do número de jovens de 7 a 13 anos e de 14 a 17 anos que não freqüentam a escola, diminuindo também a quantidade de jovens de 8 a 14 anos que não completaram a primeira série do ensino fundamental. Conclui-se que, em 7 anos, a proporção de jovens entre 7 e 13 anos de idade que não freqüentam a escola, caiu pela metade.

Porém, quando analisado separadamente, o desempenho de jovens brancos e negros, não se percebe a mesma homogeneidade. De acordo com Henriques (2001), a melhora relativa entre os negros é maior somente nos grupos em que ocorre um aumento no desempenho da média do Brasil, ou seja, nos grupos de 7 a 13 anos que não freqüentam a escola e de 8 a 14 anos que ainda não completaram a primeira série do ensino fundamental.

Observa-se também que os negros apresentam, em todos os anos da série, um desempenho inferior aos jovens brancos. Os níveis de freqüência à escola e os índices de analfabetismo são piores entre os negros que entre os brancos. No ano de 1999, 8% dos jovens negros são analfabetos e 3% entre os brancos. Entre os jovens brancos de 18 a 23 anos, 63% não completaram o ensino médio. No que diz respeito aos jovens negros, da mesma faixa etária, a taxa é de 84%. Em relação ao ensino superior, em 1999, 89% dos jovens brancos não haviam ingressado na universidade. Porém, entre os negros, 98% não ingressaram na universidade.

Em relação à conclusão dos ciclos educacionais acima da quarta série, o desempenho dos jovens brancos mostrou-se superior ao dos jovens negros por toda a década, repetindo-se a mesma situação em relação ao analfabetismo e ao ingresso no ensino superior. Henriques (2001) evidencia que a taxa de analfabetismo entre os brancos com mais de 15 anos, em 1999, é de 8,3%, e a dos negros, com a mesma faixa etária é de 19,8%. Em relação aos analfabetos funcionais⁸, a taxa é de 26,4% para os brancos e 46,9% para os negros, apontando para um diferencial de mais de 20 pontos percentuais, em 1999. Quase metade da população negra com mais de 25 anos pode ser considerada analfabeta funcional, assim como, em 1999, 75,3% de adultos negros não completaram o ensino fundamental, sendo que o percentual de adultos brancos que não completaram o ensino fundamental é de 57,4%. O autor alerta que em 1999, todos os indicadores de escolaridade dos negros mostraram-se inferiores aos dos brancos em 1992.

Anteriormente, ao tratarmos sobre a questão do índice de desemprego entre as

⁸ A pesquisa realizada considerou analfabeto funcional o adulto com menos de quatro anos de escolaridade.

mulheres negras, observamos que há um alto índice das mesmas em situação de não ocupação, se compararmos com o segmento não-negro da população.

De acordo com boletim do Dieese, que analisa a situação da mulher negra no mercado de trabalho no biênio 2001-2002, algumas análises mais conservadoras, para não dizer racistas, ainda tentam justificar a questão do desemprego pautando-se na questão da incapacidade ou na dificuldade da população negra de se adequar aos requerimentos de formação profissional. Essas concepções são frutos do período pós-abolição, muito utilizadas para justificar o não engajamento dos negros na força de trabalho assalariada. Porém, situações como estas ainda persistem em nosso país.

A pesquisa aponta que em todas as regiões analisadas, de forma geral, as taxas de desemprego são menores entre as pessoas que completaram o ensino superior ou que estão cursando, bem como entre aqueles que completaram o ensino médio e que o desemprego aumenta entre aqueles que não concluíram o ensino fundamental.

Também fica evidente que as mulheres negras apresentavam taxas de desemprego maiores que as verificadas para homens não-negros com a mesma escolaridade. Esta desigualdade persiste em todos os níveis de escolarização e para as negras que concluíram o ensino superior, as taxas de desemprego apresentavam-se maiores que as dos homens não-negros, em média em 4,1 pontos percentuais.

Ao compararmos as taxas de desemprego femininas, verificamos o predomínio de situações desfavoráveis na obtenção de trabalho para as mulheres negras, mesmo quando apresentam o mesmo grau de escolaridade comparado ao das não-negras, o que revela uma discriminação não só social e de gênero, mas também racial. Entre os contingentes femininos que possuem ensino médio incompleto as desigualdades das taxas de desemprego entre negras e não-negras são maiores. Em Porto Alegre, as mulheres negras com esta escolaridade apresentaram taxas de desemprego na ordem de 38,6%, e as mulheres não-negras, 29,2%. Estas taxas só se reduzem no segmento de trabalhadores que alcançou o ensino superior completo. Nestes casos, em Belo Horizonte, as mulheres negras mantinham taxas de desemprego de 1,5 pontos percentuais maiores que as não-negras, sendo que na Grande Salvador as taxas de desemprego foram idênticas para os dois grupos (13,2%).

De forma geral, as diferenças entre a escolaridade dos dois segmentos da população analisados ainda são bastante altas. As dificuldades de acesso à escola, bem como o ingresso precoce no mercado de trabalho são determinantes na desigualdade nos níveis de escolaridade entre negros e não-negros. Esta disparidade atinge todos os segmentos populacionais e também manifesta-se no contingente feminino.

Em São Paulo, 49,3% das negras no período de 2001-2002 não haviam concluído o ensino fundamental, enquanto 27,7% das não-negras encontravam-se nesta situação. Das mulheres negras ocupadas e que concluíram o ensino superior completo, o índice era de 6,6%, sendo que das não-negras, 26,2% encontravam-se na mesma situação.

A tabela a seguir ilustra melhor esta situação:

Tabela 4 - Distribuição dos ocupados segundo cor, sexo e escolaridade Regiões Metropolitanas e Distrito Federal Biênio 2001-2002 (Em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal e Instrução	Total	Cor e sexo					
		Negra			Não-negras		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	1,7	2,1	2,3	2,0	1,0	1,2	(3)
E. F. Incompleto (1)	34,9	40,0	37,6	41,9	27,4	24,1	30,0
Ens. F. Completo	12,1	12,9	10,9	14,5	10,8	8,3	12,7
Ens. M. Incompleto	7,3	7,5	6,8	8,1	7,0	6,1	7,8
Ens. M. Completo	27,4	25,9	28,9	23,5	29,6	32,4	27,3
Ensino Superior (2)	16,6	11,6	13,5	10,0	24,2	27,9	21,4
Distrito Federal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	2,1	2,6	2,4	2,6	1,5	1,2	1,8
E. F. Incompleto (1)	27,0	31,8	30,3	33,0	19,3	17,8	20,7
Ens. F. Completo	10,3	11,5	10,3	12,6	8,4	7,3	9,3
Ens. M. Incompleto	8,0	8,8	8,4	9,2	6,8	6,3	7,2
Ens. M. Completo	28,9	28,5	30,4	26,9	29,6	30,8	28,5
Ensino Superior (2)	23,6	16,8	18,3	15,5	31,5	36,6	32,5
Porto Alegre	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	1,2	2,7	3,0	2,4	1,1	1,1	1,1
E. F. Incompleto (1)	34,7	46,6	45,3	47,9	33,1	29,7	35,7
Ens. F. Completo	13,4	16,1	14,9	17,1	13,1	11,6	14,2
Ens. M. Incompleto	7,0	8,5	8,2	8,7	6,8	6,7	6,9
Ens. M. Completo	23,9	20,2	21,2	19,3	24,4	25,7	23,4
Ensino Superior (2)	19,8	5,9	7,4	4,6	21,5	25,2	18,7
Recife	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	6,2	7,2	7,0	7,4	4,2	3,8	4,5
E. F. Incompleto (1)	36,3	40,8	35,8	44,3	27,4	22,6	31,3
Ens. F. Completo	9,6	10,1	8,7	11,0	8,7	7,1	10,0
Ens. M. Incompleto	7,5	7,9	7,5	8,2	6,7	6,4	6,9
Ens. M. Completo	26,6	25,3	29,7	22,2	29,1	31,7	27,1
Ensino Superior (2)	13,8	8,7	11,3	6,9	23,9	28,4	20,2
Salvador	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	2,8	3,1	3,5	2,8	(3)	(3)	(3)
E. F. Incompleto (1)	31,9	34,8	31,4	37,7	14,7	11,9	17,1
Ens. F. Completo	9,7	10,3	8,3	12,1	6,2	5,1	7,1
Ens. M. Incompleto	7,9	8,4	8,1	8,7	5,0	3,9	5,9
Ens. M. Completo	31,6	31,1	34,6	28,2	34,6	35,6	33,7
Ensino Superior (2)	16,1	12,3	14,2	10,6	38,6	42,4	35,3

São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	3,5	5,8	5,5	6,0	2,3	2,1	2,4
E. F. Incompleto (1)	34,4	46,1	43,8	47,9	28,5	25,6	30,6
Ens. F. Completo	12,5	14,0	13,1	14,6	11,8	10,2	13,0
Ens. M. Incompleto	7,2	7,8	7,3	8,1	6,9	6,6	7,1
Ens. M. Completo	25,1	20,8	23,6	18,7	27,2	29,3	25,7
Ensino Superior (2)	17,3	5,5	6,6	4,7	23,3	26,2	21,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui alfabetizados sem escolaridade

(2) Inclui ensino superior incompleto e ensino superior completo

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: Negros: inclui pretos e pardos. Não-negros: inclui brancos e amarelos.

Silva (1995) alerta que grande parte das mulheres negras com dez anos de idade não atinge quatro anos de estudos, segundo os dois últimos censos. Poucas chegam a frequentar o ensino superior e entre estas, grande número busca diploma de licenciatura, encaminhando-se para o magistério como profissão. Este dado revela, de acordo com Gomes (1995), que a entrada de mulheres negras para o magistério, profissão antes ocupada pela mulher branca de classe média, também é uma forma de exclusão, percebendo a situação de desvalorização dos professores, atualmente, e a baixa remuneração destes. Ou seja, as negras passam a ocupar esse espaço porque as mulheres brancas, de classe média, conquistaram outros postos de trabalho melhor remunerados.

Neste sentido, Medeiros (2004) aponta que as desigualdades raciais possuem um viés de gênero bem acentuado, fazendo com que a pirâmide sociorracial brasileira seja constituída da seguinte forma: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, ressaltando que as negras recebem cerca de 35% menos do que recebem os homens brancos. Medeiros cita o estudo realizado pela socióloga Peggy Lovel, professora do Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade de Pittsburg. A mesma trabalhou com os censos do IBGE de 1960 a 1980 e conclui que:

As descobertas deste estudo indicam que as políticas orientadas para melhorar fatores como a educação dos afro-brasileiros não irão, em si e por si mesmas, eliminar os diferenciais de salário. Em vez disso, as perspectivas de igualdade salarial no Brasil parecem depender de dois fatores: pagamento igual para trabalho igual mais aumento do acesso a recursos específicos como educação e ocupações mais bem remuneradas. Essa conclusão é importante por duas razões. A primeira tem a ver com o debate sobre a relevância de raça no Brasil. Muitas pessoas ainda sustentam que raça não é problema no Brasil. Afinal, numa sociedade sem uma linha de cor definida, como seria possível haver discriminação com base na cor da pele? (...)

Ademais, grande parte do debate no campo das relações raciais no Brasil gira em torno de pressupostos divergentes a respeito da relação entre cor, classe e discriminação. A perspectiva “classe sobre raça” (...) sustenta o tratamento desigual que parece basear-se na raça é, na verdade, resultado de distinções de classe. (...) A raça exerce ela própria um efeito independente no acesso de uma pessoa à educação, à renda, ao bem-estar. As descobertas aqui apresentadas apóiam claramente essa última perspectiva. Mulheres e homens negros de igual posição recebem salários desiguais (...) (LOVELL, 1992, p. 94-95, apud MEDEIROS, 2004, p. 82-83).

Embora a pesquisa de Lovell indique que um maior acesso à educação poderia reduzir as diferenças entre brancos e negros, a mesma cita que mais do que uma questão de instrução, a discriminação perante os negros tem um conteúdo específico que diz respeito à raça, onde ainda predomina, mesmo que não de forma explícita, a teoria da inferioridade racial, muito presente no período de transição do Império para República e durante todo o período de escravidão no Brasil.

Como afirma Muller, “abolida a escravatura, não se cogitou na formulação de políticas que integrassem os ex-escravos à sociedade nacional. Os primeiros anos da República foram, então, um período de intensos debates sobre como deveriam ser os caminhos da modernidade e do progresso do país” (2003, p.76).

Posteriormente, em outra pesquisa intitulada *Raça e Gênero no Brasil*, Lovell (1995 apud BRANDÃO 2003) aponta para o modelo “*classe-mais-do-que-raça*”, segundo o qual, o problema racial se extingiria no momento em que os negros galgassem patamares de educação formal e de renda mais favoráveis” (p. 25).

Brandão (2003), em seu estudo sobre as desigualdades sociais e econômicas entre brancos e negros no Brasil, mais especificamente na Baixada Fluminense, que foi o foco de sua pesquisa, cita trabalhos realizados por Octávio Ianni, na década de 1960 e Lovell (1995). Estes trabalhos afirmam que “a desigualdade racial não pode ser compreendida a partir das características culturais, étnicas ou mesmo simplesmente raciais, mas sim no contexto econômico, ou seja, na relação da força de trabalho com o capital na sociedade brasileira” (2003, p. 25).

Brandão (2003) desenvolve uma crítica a Lovell (1995) e Fernandes (1998), que acreditavam que as desigualdades raciais seriam diminuídas a partir do momento que os negros conseguissem alcançar um nível de educação formal semelhante ao dos brancos, ou que com a crescente urbanização e industrialização, com a expansão das estruturas socioeconômicas capitalistas, os negros seriam inseridos no mercado de trabalho, vendo

neste caso, a industrialização e a urbanização como porta para a mobilidade social dos indivíduos.

“Porém, ao contrário do que propugna a perspectiva industrialista, o que se verifica é que os “pretos” e “pardos” da classificação do IBGE estão concentrados na agricultura, na indústria de construção e na prestação de serviços, espaços laborativos que correspondem aos piores salários e rendimentos” (BRANDÃO, 2000 p. 25-26). Fica evidente que o preconceito e a discriminação racial são questões associadas à posição na estrutura social, ou seja, são questões de classe.

Desta forma, os negros passam por várias desvantagens socioeconômicas que implicam no seu bem-estar e na qualidade de vida, em média bem inferior a dos brancos. Como afirma Brandão:

Trata-se aqui de uma desvantagem competitiva que é produzida e mantida pela discriminação racial. Mais especificamente os afrodescendentes em maior número proporcional que os brancos: nascem em áreas pouco desenvolvidas, se originam de famílias mais pobres, possuem dificuldades de realização escolar maiores em todos os níveis de ensino, se concentram na perspectiva ocupacional em atividades desqualificadas e de baixo rendimento (2000, p.27).

Gomes (1995) também cita a contribuição que tiveram os estudos de Florestan Fernandes e Otávio Ianni, ao mostrar as desigualdades entre brancos e negros no Brasil, partindo da análise dessas desigualdades no período pós-abolição. Ambos interpretaram as diferenças existentes como herança do regime escravista, o que se tornava incompatível com a sociedade competitiva e dividida em classes.

Neste sentido, citamos Fernandes (1978) que afirma que o negro foi marginalizado devido ao seu passado escravista, sendo a capacidade do ex-escravo avaliada pela sua inadequação aos sistemas de contrato de trabalho livre, o que permitiu que os europeus se destacassem e ganhassem a concorrência na compra e na venda da força de trabalho.

Parafraseando Gomes (1995), este fato deixa evidente que a segregação social, econômica e política do negro continuou mesmo depois da escravidão, tendo suas raízes na própria escravidão e nos valores estabelecidos pela sociedade competitiva, pois o negro é excluído tanto por ser escravo quanto por ser ex-escravo. Fica evidente então, que não se pode resumir a desigualdade social no Brasil à questão de classe ou à questão de escolarização.

Gomes (1995) acrescenta que é preciso realizar pesquisas que elejam a cor como categoria central de análise para estudar as implicações sociais, econômicas e culturais do

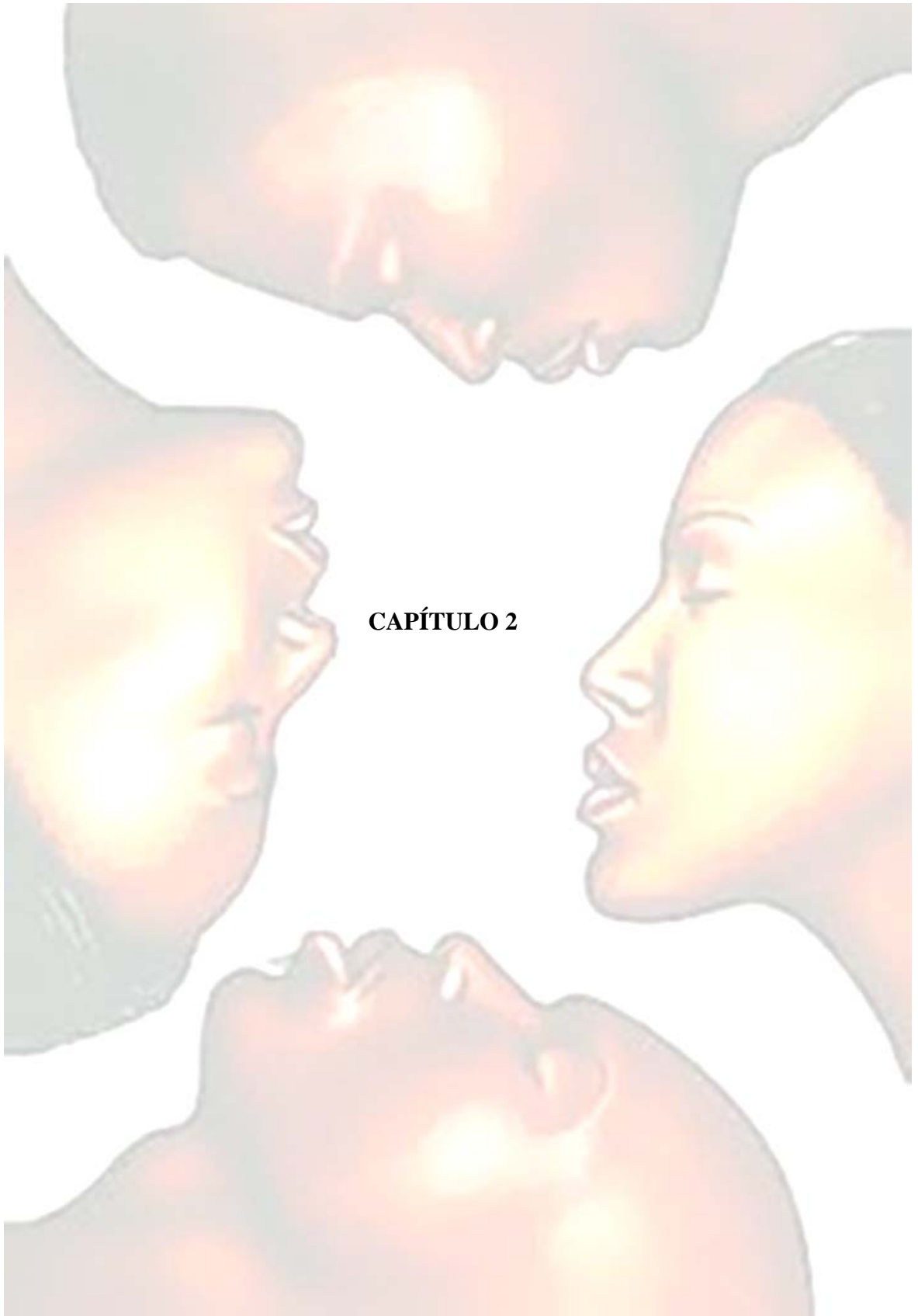
negro no Brasil em relação à sua classe social e não somente à classe como um componente isolado.

É o que tenta fazer o economista Paixão, (apud MEDEIROS 2003), em sua pesquisa sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, onde percebe uma acentuada diferença entre os IDHs dos afrodescendentes, se comparado ao dos brancos, nas diferentes regiões do país. Segundo o autor, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a população branca usufrui de um elevado Índice de Desenvolvimento Humano, sendo que nas áreas urbanas da Região Norte, a população branca apresenta um IDH quase alto. Apenas no Nordeste a população branca apresenta um IDH médio. Porém:

No caso da população negra, não existe nenhuma região do país em que ela tenha um IDH elevado. Marcelo Paixão acentua que nas Regiões sudeste, Sul e Centro-Oeste, assim como nas áreas urbanas da Região Norte, o IDH da população afro-descendente brasileira apresenta-se como médio. Para os brancos brasileiros, essa classificação só é encontrada no Nordeste, justamente a região mais pobre do país e onde os afro-descendentes apresentam IDHs médio-baixos. Entretanto é necessário ressaltar que em três Estados dessa região – Maranhão, Piauí e Alagoas – O IDH dos negros é de nível quase baixo (MEDEIROS, 2003,p. 88).

A pesquisa indica que, mesmo que tenham se passado mais de cem anos de abolição da escravidão, não existe nenhuma região do país em que os negros têm um IDH mais alto que o dos brancos. “Assim sendo, nas regiões e Estados onde o IDH é mais baixo, a baixa qualidade de vida (nível de bem-estar econômico, nível educacional e de longevidade) penaliza de forma mais dura os afrodescendentes. Por outro lado, nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, os benefícios gerados pelo processo de desenvolvimento nas últimas décadas foram mais favoráveis ao contingente branco” (ibidem).

Desta forma, percebe-se que ainda é grande o abismo entre negros e brancos, entre mulheres negras e mulheres brancas, o que torna mais complexa a questão da inserção ocupacional da mulher negra, pois se as mulheres de outras etnias passaram e passam pela mesma problemática, a mulher negra tem seu fardo multiplicado, precisando afirmar-se não só como profissional, mas também tendo que desmistificar todo um imaginário social, fruto do período escravocrata, que a colocou como símbolo sexual e de promiscuidade, partindo das relações estabelecidas entre senhores e escravas.



CAPÍTULO 2

2. NEGROS EM SANTA CATARINA: UMA HISTÓRIA MARCADA PELA INVISIBILIDADE

Com o intuito de buscar as origens históricas das relações de trabalho, gênero e raça, marcadas pela discriminação, elucidaremos a seguir alguns aspectos referentes à participação do negro na construção do Estado de Santa Catarina e também do município de Joinville.

2.1 Imigrantes europeus e negros

Falar sobre a história do (a) negro (a) em Santa Catarina, sua participação na construção deste estado é mergulhar em um universo obscuro, tendo em vista a escassez de fontes e a contraditoriedade das poucas encontradas. Todo o mérito na construção do estado, de acordo com a literatura publicada, é atribuído aos imigrantes europeus que aqui chegaram para colonizar as terras do Sul do país.

Não é nossa intenção opor os negros aos brancos imigrantes que deixaram suas marcas na constituição de Santa Catarina, pois os mesmos também passaram por um processo histórico de exclusão, assim como os negros, sendo expropriados de sua pátria, com promessas de uma vida melhor, fugindo das dificuldades pelas quais estavam passando na Europa, que sofria as seqüelas da Revolução Industrial. Como ilustra Teixeira (2000), “eles escapavam das guerras e abandonavam a penúria e a opressão dos campos europeus em busca de uma América nova e promissora. Tal como lhes prometiam os agentes governamentais e os representantes das companhias de navegação e colonização: boa acolhida, boas terras para se estabelecer, trabalho abundante e fácil colocação nas fazendas de café” (p. 171).

Guedes afirma que:

Os imigrantes que vieram para o Brasil sabiam que uma vida nova somente seria possível em locais onde não houvesse fome, desemprego ou guerras, realidades pelas quais passavam a maioria dos países europeus na segunda metade do século XIX. Sonhava-se com o paraíso: o local onde pudesse reproduzir uma nova pátria sem os problemas políticos e econômicos pelos quais estavam passando naquele momento e onde pudessem preservar a sua cultura. Esse paraíso foi visualizado, por muitos, como sendo possível de se concretizar no Brasil” (2000, p. 18).

Entende-se que muitos deles, ao chegarem no país, tiveram grande decepção com o que encontraram. Muitos pensaram em voltar, mas nem todos conseguiram, pois a viagem era longa e dispendiosa. Outros, porém, mesmo com os problemas a serem enfrentados, preferiram levar adiante o sonho de uma vida nova.

Segundo Teixeira (2000), os navios de imigração eram muito parecidos com os navios negreiros e as condições de viagem eram péssimas. Este fato é reiterado por Guedes, que nos conta que as primeiras decepções sofridas pelos imigrantes foram durante a viagem, tendo de enfrentar o medo da morte e principalmente, tendo de enfrentar a perda de seus entes queridos durante o percurso.

A morte no mar era um enorme abalo nas tradições funerárias ocidentais. O funeral e o sepultamento já se constituíam, na época, em um momento sagrado para os cristãos. A separação definitiva de um ente querido só era amenizada pela possibilidade de se visitar as tumbas nos cemitérios, onde o contato seria novamente restabelecido. A memória e o culto aos mortos eram fortemente marcados pela presença física do corpo em um local determinado, de preferência em tumbas de família, em locais escolhidos e preparados para isso. Sepultar os mortos no mar impedia o culto ao corpo falecido. Essa era uma agressão imensurável ao direito privado sobre a morte (GUEDES, 2000, p.23)

Esta foi apenas uma das dificuldades sofridas pelos imigrantes. Houve outras, referentes à ambientação, ao desbravamento das matas para abertura de estradas, à saudade dos parentes que ficaram na Europa, à doenças e, especialmente às condições de vida e trabalho no Brasil.

Tanto quanto os negros, os imigrantes também foram usados para impulsionar o crescimento econômico do país, pois a imigração estrangeira tornou-se objeto da política imigrantista, “na qual intervinham o governo imperial, os governos provinciais e as organizações do patronato (“sociedades promotoras da imigração”, associadas a companhias estrangeiras de navegação e colonização)” (TEIXEIRA, 2000, p. 172).

De acordo com Paulilo (1998), que faz uma análise do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra em Santa Catarina, os imigrantes sofreram com a falta de apoio oficial, refletida na falta de financiamentos, de estradas, de escolas e de proteção legal, assim como sofreram com o tamanho reduzido dos lotes, sem falar nos que tiveram suas terras confiscadas ou invadidas, ressaltando que o tipo de cultivo predominante era o itinerante, devido à falta de recursos para recuperar a terra cansada. “Assentar qualquer grupo ou reduzir seu espaço de ocupação significava, muitas vezes, reduzi-los à fome” (p.89). Estes fatos acarretaram a migração de alguns grupos, além de uma certa “cabocliização” do colono estrangeiro que se vê obrigado a adotar os modos de vida do caboclo, como forma de sobrevivência.

Outro dado relevante apontado pela autora é que, na verdade, no Brasil não havia falta de força de trabalho, pelo contrário, havia força de trabalho excedente. O que sobressaía era falta de um determinado tipo de força de trabalho.

Tanto havia excesso de população que foi possível a exploração da borracha nos últimos decênios do séc. XIX. Para a Amazônia foram os escravos libertos e desocupados. O romancista Josué Montello, em seu livro “Os tambores de São Luís”, fala-nos do abandono e da miséria dos negros livres e da nova escravidão amazônica. Nas regiões decadentes, o fim da escravatura significou, para o patrão, o fim da responsabilidade com relação à manutenção de seus trabalhadores, coisa que já não estava mesmo conseguindo fazer. Soltou-os na rua. O ciclo da borracha faz uso, então, da escravidão por dívida. A beleza do teatro de Manaus, construído em plena selva, diz de quanta riqueza produziu essa “raça” tão despreparada (PAULILO, 1998, p.89-90).

É pertinente neste sentido, trazermos à tona dados referentes à força de trabalho não européia, ou seja, a do índio, do negro, do mestiço, pois foi o trabalho desse grupo que possibilitou os ciclos econômicos mais relevantes para o país: o ciclo do açúcar, da borracha e do ouro. Mas, como esta força de trabalho foi explorada de tal forma que quase ocasionou sua aniquilação cultural, tornou-se comum, na época, atribuir a responsabilidade pelos problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil, a este grupo. Como argumenta Paulilo:

De novo, “o mal estava no homem...” Para que essa idéia não possa ser posta em dúvida, e para que não se pergunte o que foi feito da riqueza gerada, conta-se a história da imigração do ponto de vista da parte do contingente europeu que conseguiu sobreviver e “prosperar”, legando ao esquecimento os que se “acaboclam” e os que se desesperaram entregando-se à bebida e ao abandono (1998, p. 91).

É interessante citar, que devido à força do mito da superioridade européia em Santa

Catarina, há uma tendência a considerar a população sem terra como cabocla, admitindo-se esporadicamente que, se algumas famílias “de origem” estão nesta situação, é devido a fatores externos à sua capacidade, como: doenças, azar, orfandade precoce, entre outros, ou seja, dissemina-se a idéia de que a grande maioria obteve sucesso.

Para colaborar com a desmistificação desta questão, Paulilo cita o trabalho realizado por Anita Moser, onde a mesma examinou sobrenomes de 2.000 agricultores participantes de 45 assentamentos, detectando que em 1990, 33% dessa população era descendente de alemães, italianos e poloneses. Neste sentido, se considerarmos que não era comum o uso do nome da mãe pelos povos “de origem”, como fazem os brasileiros, o sobrenome europeu pode ter desaparecido após algumas gerações, fazendo-nos crer que esta porcentagem pode ser maior. É preciso considerar que:

Os açorianos chegaram a Santa Catarina setenta anos antes que a primeira leva de alemães. Os caboclos estão aqui há cinco séculos, tendo, portanto, uma história mais de duas vezes mais longa de exploração e exclusão. O que se esquece é quando a Europa se viu com grande contingente de mão-de-obra excedente, exportou-a. No Brasil, dada sua vastidão e os recursos naturais ainda inexplorados, os excedentes foram vivendo e se reproduzindo aqui e acolá. Os imigrantes e seus descendentes que não “prosperaram” foram engrossando esses grupos, acaboclando-se e desaparecendo da história oficial (PAULILO, 1998, p. 91).

É importante, para tecermos um panorama sobre a questão da imigração em Santa Catarina, entendermos que foi D. João VI quem permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade de terras, por meio de um decreto firmado em 25 de novembro de 1808, visando atrair imigrantes em busca de novas perspectivas de vida.

O núcleo pioneiro foi a colônia de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1818 por imigrantes suíços. Na mesma época também se estabeleceu uma colônia com imigrantes alemães na Bahia, denominada Leopoldina, com péssimos resultados. Com o fracasso desta e de outras tentativas com colonos alemães no Nordeste, as correntes imigratórias passaram a se dirigir para o Sul do país, ou para São Paulo, a partir de 1824, data da fundação da colônia de São Leopoldo, próxima a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (SEYFERTH, 1990, p. 9).

Atribui-se o insucesso da imigração nos estados do Nordeste à falta de uma política estruturada para tal finalidade. Paulilo (1998) referenda que Santa Catarina foi a primeira província a iniciar um programa de imigração e até 1840 foi a única.

Em Santa Catarina, os primeiros imigrantes foram os açorianos, no século XVIII. Os alemães chegaram já na década de 20 do século XIX, os

italianos a partir de 1875 e os poloneses a partir de 1882. A chegada dos alemães se faz em três ocasiões diferentes. Há as colônias pioneiras, na primeira metade do séc. XIX. Há os contingentes que chegaram quando o governo brasileiro aumentou o incentivo, o que ocorreu a partir de 1870. Depois disso, a colonização do Oeste do Estado por empresas particulares, já no início do séc. XX trouxe novos imigrantes (PAULILO, 1998, p. 85).

O fim do tráfico de escravos, os movimentos abolicionista e republicano e a necessidade de industrialização do país faz com que seja intensificada a campanha para a imigração européia. Parafraseando Teixeira, havia uma articulação entre os interesses do Estado e as necessidades da economia capitalista que se articulavam numa campanha comum para atrair trabalhadores imigrantes. Essa política tinha objetivos dúbios, sendo o primeiro, a captação de força de trabalho abundante e barata e o segundo, não tão explícito, mas não menos importante, dizia respeito ao ingresso maciço de europeus, para fazer o branqueamento da população.

Como discorre Teixeira:

Na verdade, essa era uma velha preocupação, no mínimo desde a época do Marquês de Pombal e D. João VI, entre os séculos XVIII e XIX. Os dois governantes, em mais de uma vez, manifestaram seu temor pela “excessiva” miscigenação da população brasileira, o que punha em risco o futuro da raça branca e até a segurança das áreas estratégicas, do Rio de Janeiro para baixo. Daí o seu empenho em fomentar núcleos de colonização européia: açorianos em Santa Catarina e Rio Grande (Pombal) e suíços em Nova Friburgo, RJ (D. João VI) (2000, p. 172).

De acordo com Francisco (1992 apud GOMES 1995), o projeto de branqueamento, visível nas políticas e na legislação sobre a imigração brasileira, foi também o resultado do pensamento divulgado pelas elites, afirmando que o atraso do país era decorrente de sua composição racial. Desta forma, o Estado brasileiro efetiva seu papel de regulador e administrador social, redimensionando o problema racial por meio do branqueamento, na tentativa de alcançar uma solução para o país que se apresentava cada vez mais mestiço.

Havia um grande desconforto nas elites dominantes do século XIX em relação à mestiçagem no Brasil. Viajantes, ao passarem pelo Rio de Janeiro, espantavam-se com a população do Estado, definida, como nos mostra Teixeira, como “multidão de macacos”. No entanto, os fazendeiros e os políticos da época resistiam à “importação” de chineses para o trabalho nas lavouras, por serem da raça amarela. Em São Paulo, era explícita a preferência pelos trabalhadores brancos europeus. Havia até mesmo convergências de opiniões entre abolicionistas (Joaquim Nabuco) e antiabolicionistas (José de Alencar). Ambos

concordavam que brancos e negros possuíam aptidões desiguais para a convivência e aperfeiçoamento das relações sociais, sendo mais aptos os brancos.

Por meio da ideologia do branqueamento, milhares de negros no Brasil “são levados a assimilar os valores e a cultura do grupo branco como legítimos, negando a herança dos ascendentes africanos, desconsiderando a real contribuição da raça negra na formação da sociedade e vivendo a construção de uma identidade étnico/racial fragmentada” (GOMES, 1995, p.83).

As necessidades da expansão capitalista cafeeira ajustam-se às preocupações ideológicas e políticas, que visavam, com a vinda dos imigrantes europeus, a solução para os problemas econômicos do país, pois os baixos salários que seriam pagos aos imigrantes possibilitariam lucros que não podiam mais ser obtidos com a força de trabalho escrava. Assim, substitui-se, gradativamente, a escravidão negra pela escravidão do branco europeu, além de “recompor a base social e étnica de uma nação que, aos olhos de suas elites, corria o risco de se tornar irremediavelmente uma “nação mestiça”. No seu movimento ascendente, o capitalismo brasileiro substitui o regime formal do escravismo por um racismo informal – espécie de racismo “à brasileira”, tão impregnado na vida social quanto mal disfarçado pela retórica da democracia racial” (TEIXEIRA, 2000, p. 173).

Gomes (1995) exemplifica esta questão, reforçando que a transição do trabalho escravo, para o trabalho assalariado é um marco na política de branqueamento do país. Este foi um momento de muita ênfase na dicotomia entre o negro, visto como indolente e atrasado, e o branco, visto como símbolo do trabalho civilizado.

O imigrante vem, então, não somente ocupar os espaços de trabalho vazios e nos “enriquecer” com a sua qualificação, mas, também, fazer cumprir um projeto político que visava à substituição de um tipo de trabalhador considerado social e racialmente marginalizado e desqualificado – o negro -, que nem mesmo havia participado da integração da nova fase da economia brasileira, ou seja, o capitalismo dependente. Dessa forma, o preconceito e a discriminação racial são dinamizados no contexto capitalista. O capitalismo no Brasil, além de marcado pela exploração econômica que está no seu cerne, ainda traz um aspecto marcante: a subordinação racial (1995, p. 84).

Já durante o período que antecede a proclamação da República ocorreram diversas discussões sobre os rumos que o país tomaria, pensando na possibilidade de construção de uma nova sociedade que teria início com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre. Em Santa Catarina essas discussões também estavam em alta.

Romão e Carvalho elucidam este fato:

Em Santa Catarina, no ano de 1885, já se aproximando a abolição da escravatura, vamos encontrar, entre outras reflexões, a preocupação para com o futuro da Província Catarinense, principalmente no que se referia à transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Ou seja, naquele momento não havia como fugir às transformações de ordem econômica que estavam por vir com o fim da escravidão, fato que interferia diretamente sobre os interesses políticos da época. Diante disso, intensificam-se as discussões não só a cerca da abolição da escravidão, mas também em torno da educação, que se apresenta como mola propulsora ao desenvolvimento da Província (...) (2003, p. 47).

Para que entendamos mais profundamente como isso aconteceu, evidenciamos as análises feitas pelas autoras sobre o Relatório da Província, onde em alguns parágrafos fica explícita a preocupação de Santa Catarina com a educação dos ex-escravos e sua inserção no mercado de trabalho, como se pode observar a seguir:

A transformação do trabalho agita em seus fundamentos mesmos a sociedade brasileira entrega à atividade inteligente do homem livre as grandes fontes de riqueza até agora exploradas pela força inconsciente do escravo – tal é o problema da atualidade.

O escravo é ainda hoje o elemento principal da produção – é de mister, pois, agir cautelosamente para não sacrificar os grandes interesses coletivos (...).

(...) cabe agora a cada uma das províncias tarefa de cooperar na grande obra da transformação do trabalho: - apressando a definitiva extinção da escravidão, promovendo a educação popular, e auxiliando tanto quanto possa os núcleos coloniais (ROMÃO e CARVALHO, 2003, p. 47-48).

Percebe-se que Santa Catarina também procurou justificar a vinda de imigrantes europeus por meio do discurso de que o estado precisava de braços livres e mentes “conscientes”, passando o trabalho escravo a ter um outro adjetivo, o de “trabalho inconsciente”.

Citações como as anteriormente descritas marcaram o processo de exclusão sofrido pelos negros no Brasil e reforçaram o mito da incapacidade intelectual desse segmento da população que, sem instrução e escolarização não pôde ser aproveitado no processo de industrialização do país, inserção esta que também não era de interesse das elites.

A movimentação em prol da proclamação da República e também da Abolição da Escravatura, contribuiu para que a elite de Santa Catarina discursasse sobre a igualdade de direitos aos cidadãos, inclusive dos negros, que deveriam ter as mesmas condições legais e acesso que os brancos.

De acordo com Romão e Carvalho, neste período, vários jornais abolicionistas no Brasil apontam para a preocupação em relação à instrução dos negros, ex-escravos, que segundo estes, só seriam realmente livres se tivessem acesso à escolarização,

responsabilizando o Estado por esta tarefa. No entanto, tais apologias não saíram do papel.

Com o “fim da escravidão” e com a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, a exemplo de São Paulo e Santa Catarina, muitos negros continuaram na “escuridão”, desamparados, largados à própria sorte: sem trabalho e sem perspectivas de educação. Os discursos de integrar os ex-escravos à sociedade via educação não prosseguiram. As falas tornaram-se voláteis, não se impregnaram na história do Brasil, perderam-se no ar (Idem, p. 49).

Este era um período em que o pensamento positivista teve muita influência no país, principalmente entre a elite brasileira, que passou a usar palavras como ordem, progresso, disciplina e civilização como metas a serem alcançadas a qualquer preço. Estas palavras eram disseminadas entre a população por meio de organismos formadores de opinião, como os jornais e por uma grande massa da elite dominante ideologicamente. Santa Catarina vai construindo no imaginário popular a idéia de que é a região mais européia do Brasil, negando a presença de outras etnias como os negros e os índios. Na historiografia oficial, prevalece a contribuição dos imigrantes, em detrimento dos outros povos.

Como afirma Leite:

Na literatura sobre Santa Catarina, deparei-me com trechos, em sua maioria de inspiração positivista, que explicam o sucesso econômico do Estado sempre atribuindo-o exclusivamente à colonização com europeus, superdimensionando o imigrante, ao invés de se deter pormenorizadamente no conjunto de variáveis que o colocaram nessa posição privilegiada, seja quanto ao acesso à terra, seja quanto aos processos produtivos que irão se implantar ao longo de sua fixação no território. Ou mesmo, desconhecendo o outro lado, o dos projetos fracassados, incorrendo com esta omissão numa reafirmação da idéia de superioridade racial falaciosa (1996, p. 41).

Essa idéia busca se fundamentar justamente no passado colonial de Santa Catarina, afirmando que a presença dos negros nesta região foi pequena, insignificante e, conseqüentemente, sem grandes contribuições para o sucesso econômico da mesma.

Analisando o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado em 2000, percebe-se que Santa Catarina possui uma população de 5.357.864 habitantes. Destes, 89,33% se auto-identificam como brancos e 518.973 pessoas se auto-identificam pretos e pardos, ou seja, 9,68% da população.

Este dado colabora com a tese de que o estado de Santa Catarina, se comparado a outros estados, é uma terra de brancos e que o número de negros aqui é insignificante, assim como há tempos foi considerado insignificante o número de escravos encontrados aqui. Divulga-se a impressão de que em Santa Catarina não houve um período de escravização de

negros, como no restante do país, pois nesta região, o período foi mais curto, sendo a relação entre escravos e senhores mais amigável.

Reitera esta afirmação Ilka Boaventura Leite:

Este quadro assegurou para Santa Catarina, no cenário nacional, a imagem não apenas de “Estado branco”, mas de “uma Europa incrustada no Brasil”, de “superioridade racial”, de “desenvolvimento e progresso”. A estas imagens soma-se também, uma particular importância, que é a de Santa Catarina como o “lócus” de concretização do projeto imigrantista implantado desde meados do século XIX, visando principalmente o “branqueamento” do país (1996, p.38).

As medidas tomadas para viabilizar a vinda de imigrantes europeus para o Estado, favoreceram a execução do projeto de branqueamento, contribuindo para a construção de uma ‘identidade’ para o país que precisava buscar “signos de brasilidade, necessários à consolidação da idéia de nação brasileira, de um país branco” (ibidem). Este fato se evidencia principalmente no período de separação política entre Brasil e Portugal.

Aos poucos, os escravos foram sendo substituídos por imigrantes, sendo cada vez mais discriminados e colocados à margem da sociedade, sem instrução, nem profissão, embora o discurso veiculado em Santa Catarina neste período, fosse o de igualdade de oportunidades a todos.

2.2 Educação para os negros

Segundo Romão e Carvalho, uma das metas prioritárias para modelar a sociedade era a instrução do povo, com o objetivo de construir uma pátria mais “evoluída”, com valores comuns e, conseqüentemente, de mais fácil controle social.

Assim:

Observamos o chamado das elites aos filhos das famílias menos abastadas ao espaço escolar. Essa “preocupação” em conduzir o povo à escolarização seria o desejo de normatizar, ordenar, homogeneizar as massas aos meios de controle social, entre eles a escola, que se apresentava de forma mais eficaz e direta. Nesse novo contexto os negros são considerados cidadãos. Aparentemente eles vão estar “diluídos” na camada mais significativa da

população – os pobres. Ou seja, vão dividir espaços com os não negros, mas igualmente pobres (2003, p. 50).

Além do mais, Santa Catarina implantou o mesmo modelo educacional de São Paulo, sancionando em 1910 a Lei nº 846, que tratava da Reforma do Ensino Público. Essa lei foi sancionada pelo então governador do estado, o coronel Vidal José de Oliveira Ramos. A reforma fazia parte do projeto dos republicanos que percebiam na escola uma peça importante na construção da sociedade. Os discursos populistas da época objetivavam atrair pessoas das classes menos favorecidas da sociedade às práticas educacionais. Novamente, o pensamento positivista é evidenciado nas palavras “pobres” e “ricos”, “igualdade” e “progresso”, visando à formação de cidadãos e patriotas.

Os discursos visavam à integração das minorias, porém, na prática as ações não aconteciam, porque o preconceito em torno da incapacidade do negro, em Santa Catarina, ainda era muito presente.

Romão e Carvalho nos mostram que neste período a teoria da superioridade racial prevalecia no País, sendo que:

O problema era o de reconhecer a capacidade dos negros. Vejamos. As idéias racistas propaladas no país até a década de 40, traziam em seu bojo a adesão ao pensamento sobre a inferioridade do continente africano e de seus descendentes. O debate sobre raça trazia em si uma divisão que determinava a divisão da categoria em raça superior (européia) e raças inferiores (as não européias). O eurocentrismo pontuou não só o debate como a definição de políticas para um país que se pretendia desenvolvido aos moldes das civilizações européias (2003, p.53).

Parafrazeando Romão e Carvalho, percebemos que estas idéias foram evidenciadas em Santa Catarina, nas constituições estaduais que colocam como meta o estímulo à eugenia e ao zelo pela higiene mental, atribuindo essa função social ao estado e ao Município. Desta forma, o serviço de assistência social e a educação eram os responsáveis pelas ações eugênicas que incluíam o saneamento da população inclusive na perspectiva racial.

Alguns teóricos da época, como Afrânio Peixoto, defendiam que a educação para os negros não alteraria sua “origem inferior”. Percebe-se que a Constituição catarinense determina que a educação é um direito de todos, porém, deverão ter acesso a ela somente as pessoas que “revelem vocação e capacidade” (Idem, p. 54). Sendo os negros vistos como pessoas inferiores, conseqüentemente, não tiveram acesso à educação.

De acordo com Leite (1996), nem mesmo o ex-escravo, na maioria das vezes, chegou a ingressar no mercado de trabalho assalariado que se abria, mantendo-se na

economia informal.

A crença era de que a partir da imigração, aos poucos, os negros fossem desaparecendo por conta da mestiçagem, ocasionando uma espécie de vitória da raça branca, tida como superior, sendo que negros e índios eram vistos como “selvagens”.

Munanga⁹ (2004), citando o posicionamento de Marquis de Chatellux que compara a escravidão da Antiguidade à escravidão da África, afirma que não é apenas o escravo que fica abaixo do mestre, mas também o negro que fica baixo do branco, “o caminho para acabar com a escravidão seria desembaraçar-se dos negros, através de casamentos mistos sucessivos, até que a cor fosse totalmente limpa” (p.30).

Assim como afirmou Diderot (apud MUNANGA 2004), “nessa relação mais íntima, o habitante ‘selvagem’ não tardaria a apreender as artes e os conhecimentos ocidentais”.

Isso significava, segundo Rodrigues (apud LEITE, 1996), que os povos selvagens, postos em relação com os “civilizados, ou se tornavam iguais a estes últimos, ou se extinguiriam” (p.39).

No entanto, o projeto de branqueamento foi mostrando-se cada vez mais improcedente e o negro, que até então fora escravizado acabou sem qualificação profissional o que serviu para comprovar a tese da superioridade racial.

Desta forma, o “embranquecimento, mais do que estatístico, procedia-se movido pelos pressupostos ideológicos que necessitavam negar sua presença para construir o “vazio a ser ocupado pelos imigrantes” (LEITE, 1996, p.39).

2.3 A participação dos negros na força de trabalho

Para Leite, a idéia de Santa Catarina ser um Estado ‘branco’ foi reforçada durante todo o século XX, por meio de pesquisas que não mostram a contribuição dos negros no desenvolvimento da região, enfatizando apenas a participação dos imigrantes, sendo o negro

⁹ Kabenguele Munaga é doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo; professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor de vários trabalhos na área de Antropologia da população negra Africana e Afro-brasileira, entre outros: Os Basanga de Shaba (1986); Negritude, 2. ed. (1988); Estratégias e políticas de combate à discriminação racial (1996); A revolta do colonizado, 3. ed. (1997).

‘invisibilizado na literatura’ científica, tanto porque não há intenção de mostrar a participação destes, quanto para reafirmar uma suposta inexpressividade dos mesmos em Santa Catarina.

Ainda de acordo com a autora, a noção de invisibilidade na caracterização do negro foi utilizada pela primeira vez na literatura americana por Ellison (1990), para relatar a manifestação do racismo nos Estados Unidos e principalmente para descrever a entrada de ex-escravos e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado, bem como as relações sociais provenientes de sua condição e status.

Observa-se que:

Ellison procura demonstrar que o mecanismo de invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente (LEITE, 1996, p.41).

Esta mesma situação pode ser observada em Santa Catarina, sob um outro contexto, mas com a mesma conotação, a de negação do “outro”, que neste caso é o negro. Assim, o “sucesso econômico” do Estado é sempre atribuído à colonização do imigrante europeu, não analisando as variáveis e os infortúnios que a política de colonização trouxe tanto para os imigrantes, quanto para a população local.

Além disso, quando se trata da presença do negro em Santa Catarina, há o mito de que as relações entre escravos e senhores eram mais cordiais, pelo motivo dos mesmos trabalharem lado a lado com os escravos, fato este que acontecia entre brancos pobres e escravos negros, ou então de que, como eram poucos os negros no estado, as relações sociais foram construídas de forma mais igualitária.

Se assim tivesse ocorrido, certamente não teríamos um índice tão elevado de desigualdade racial no Sul do país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, realizada em 1999, sobre a incidência de pobreza e indigência na região Sul, o índice de pretos pobres é de 40,9% e pardos pobres representam 45,8% da população. No entanto, este número cai pela metade em relação aos brancos, sendo 22,3% desta camada social considerada pobre. O nível de indigência entre os pretos no Sul do país é de 15,5% e entre os pardos, 18,5%. Em relação aos brancos, é de 7,8%. Esse quadro nos dá um panorama da forma como foram construídas as relações entre negros e brancos no Estado.

Na verdade, a partir da análise do processo de colonização de Santa Catarina, pode-se perceber que as relações sociais foram construídas pautadas em um grande preconceito

em relação aos negros.

De acordo com Pedro (1988), Santa Catarina não era um território muito atrativo para os portugueses, porque suas terras não eram adequadas para as plantações de produtos tropicais para exportação, além de não haver indícios de metais e pedras preciosas. Também não viam possibilidade de implantar atividades subsidiárias significativas, como a pecuária e os meios de transportes para outras regiões da colônia.

O atrativo no extremo Sul era o acesso a algumas fontes de lucro suplementares, tais como o contrabando de metais preciosos vindos do Alto Peru, a captura de gado espalhados pelas campinas do Rio Grande do Sul e o aprisionamento de índios a fim de vendê-los como escravos. Esses atrativos não estavam no litoral, mas em regiões de difícil acesso, por isso, para aproveitar esses recursos, fazia-se necessário povoar alguns núcleos que possibilitassem a penetração portuguesa.

Essa situação foi importante para definir o tipo de colonização de Santa Catarina, planejada de tal forma a atrair imigrantes europeus pela oferta de terras e outras facilidades. Para garantir o sucesso da colonização, priorizou-se a vinda de casais imigrantes, pensando na organização familiar da província.

No entanto, o governo português não demonstrou muito empenho na política de colonização e a grande maioria das famílias que aqui chegou, ficou abandonada à própria sorte, tendo de enfrentar as diferenças climáticas, doenças, falta de acesso às cidades mais próximas, entre outras coisas.

Neste sentido, a presença dos negros, por um certo período, torna-se importante para “ambientar” os imigrantes à nova situação. Porém, como nos mostra Romero (1880, p. 53, apud LEITE):

Depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver aclimatado para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro lado a imigração européia (1996, p.39).

A citação de Romero revela a questão da ideologia do branqueamento a ser viabilizada por meio da substituição dos negros pelos imigrantes, excluindo-o totalmente do processo de colonização, abandonado-o à própria sorte, ou por meio da miscigenação.

De acordo com Nascimento¹⁰ (1978, apud MUNANGA 2004), o branqueamento da raça negra é uma estratégia de genocídio, que começou com o estupro da mulher negra e

¹⁰ NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

originou os produtos de sangue misto, como o mulato, o pardo, o homem de cor, etc., sendo que “situado no meio do caminho, entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante; durante a escravidão ele foi o capitão-do-mato, feitor, usado noutras tarefas e confiança dos senhores e, mais recentemente, o erigiram como símbolo de nossa democracia racial” (p. 101).

Além da questão do branqueamento e do mito da democracia racial, o interesse do governo brasileiro estava voltado à exportação e Santa Catarina parecia não ter condições de projetar o país no cenário nacional, fazendo com que a região durante o século XVIII tenha sido considerada como terra de passagem.

Por isso, de acordo com Leite (1996, p.42), “a maioria dos autores tem atribuído ao escravo uma participação “muito reduzida” nesse processo. Descartando qualquer possibilidade de ter havido aí uma atividade econômica que exigisse um expressivo investimento em escravos, ou que tivesse uma dependência irrestrita destes, procuram pôr um ponto final sobre o assunto”.

De acordo com Pedro (1988) foi de forma subsidiária que Santa Catarina se integrou ao processo geral de colonização do país, que tinha como meta a exportação para o mercado internacional. Assim, a presença de escravos esteve atrelada à realidade onde prevaleceu a produção de subsistência com pequeno excedente.

Este tipo de economia necessitava de um número de escravos pequeno, se comparada a outros centros do país que estavam mais ligados à produção de valores para o mercado mundial.

Pedro enfatiza que a entrada de negros em Santa Catarina fora, a princípio, como escravos para uso doméstico e que teriam chegado junto com a elite burguesa e militar.

Tendo como base a questão da economia de subsistência da região, acredita-se que a população de Santa Catarina não tivesse um comportamento aquisitivo de acumulação burguesa, sendo assim, o escravo negro não se tornava objeto de acumulação de riqueza, mas sim como demonstração de posição social.

A autora afirma que:

Tendo em vista as poucas razões para ostentação de riquezas, (...) a posse de escravos deve ter representado, para muitos catarinenses, o reconhecimento de posição social superior, que, de outra forma, tornava-se difícil comprovar, em vista não só da preponderância da produção para a subsistência como do contexto de complementaridade que a economia catarinense representou desde a fase da colônia (1988, p.17).

A atividade que fez com que Santa Catarina passasse a participar do movimento de acumulação a qual estava vinculada à colonização, foi a pesca da baleia. Esta era uma ocupação que exigia grande concentração de capital e, conseqüentemente, envolvimento e um maior número de escravos.

Leite (1996) indica que as armações baleeiras, não sendo enquadradas nas atividades de grande porte, seu desenvolvimento e tempo de duração foram considerados relativamente curtos para merecer uma análise do seu impacto na formação do Estado. Por não ser uma atividade voltada à exportação, mesmo sendo importante para o abastecimento interno, foi pouco discutida. Assim:

O parâmetro (...) foi a atividade exportadora, impedindo a avaliação de sua dimensão no contexto local, o seu grau de dependência do trabalho escravo e suas influências no processo de povoamento. Com exceção das reduzidas menções feitas no estudo clássico de Ellis (1969, 1973), pouco se sabe sobre o destino dos escravos empregados nessa atividade. Tomando-se como parâmetro o tipo de economia das províncias do centro, e mesmo enfatizando o seu papel secundário e efêmero, a autora enfatiza que *“o negro representava capital material e humano sobre o qual se assentava a indústria do óleo de baleia, tal como sucedia com a do açúcar, em que o escravo era as mãos e os pés do senhor do engenho”* (Ellis, 1973, p. 310). A Armação de Nossa Senhora da Piedade, erguida em 1740, foi a maior e a primeira a ser construída, seguindo-se de Lagoinha, Itapocorói, Garopaba, Imbituba e Ilha da Graça. Com a decadência dessa atividade, edifícios e terras, ferramentas e escravos da Armação de Nossa Senhora da Piedade foram arrendados a Antônio Mendes Carvalho, último administrador das feitorias. Em 1836 a Marinha os incorporou e, então, vendeu ou alforriou em seguida os escravos (1996, p. 42-43).

A autora segue expondo, a partir dos estudos de Ellis (1969), que um grande contingente de negros da Marinha sediada em Florianópolis formou nesta localidade um reduto, ou território. Outros, por conta das viagens, fixaram-se no Rio de Janeiro, porém continuaram a manter um vínculo local com os familiares que lá deixaram, alertando que o mesmo aconteceu com Imbituba e Garopaba. A Armação de Nossa Senhora da Piedade encerrou-se com a colonização alemã. Constata-se também que atualmente há muitos descendentes residindo nas proximidades, alguns na periferia e outros na área rural. Porém, a falta de pesquisas “capazes de reataram os vínculos da população negra atual com o passado apenas contribuem para torná-la mais invisível” (idem).

Mesmo com a pesca baleeira, a economia catarinense estava voltada à subsistência e ao abastecimento do mercado interno, onde os habitantes, de acordo com Pedro (1988), ao receberem dinheiro por seus serviços, preferiam realizar troca direta por roupas, sapatos e outros produtos da região.

A pobreza gerada pela economia de subsistência impediu que brancos adquirissem

uma quantidade muito grande de escravos, obrigando-os muitas vezes, a trabalhar junto com eles, lado a lado, envolvendo o branco em Santa Catarina diretamente no trabalho produtivo.

Embora a quantidade de negros em Santa Catarina fosse pequena, se comparada a outras regiões do país, seu contingente em dados momentos mostrou-se bem expressivo. O primeiro levantamento estatístico ocorreu com o censo de 1872, onde é possível ter uma idéia aproximada do número de negros escravos no Estado.

Mortari e Cardoso (1999) indicam que Desterro, hoje Florianópolis, em 1810 tinha 3.384 homens livres, “transformados em brancos” e 1.689 escravos, correspondentes a 35% da população total. Portanto, percebe-se que este número não era tão inexpressivo assim. Observaremos a seguir que ele aumentou.

De acordo com Pedro (1988), em 1831, Santa Catarina tinha uma população de 49.949 habitantes. Destes, 23,99% eram escravos, ou seja, 11.984 pessoas. No mesmo ano, Desterro possuía uma população de 7.207 habitantes, sendo que 2.895 eram escravos, ou seja, 40,16%.

Mortari e Cardoso (1999) evidenciam que em 1850, a mesma cidade possuía uma população de 20.016 pessoas e 3.978 cativos. Destes, 350 estavam vinculados à navegação costeira e, em 1872, havia 3.359 escravos em Desterro, representando 23,91% da população, 1.076 eram matriculados como escravos domésticos. Acredita-se que boa parte destes eram mulheres, que atuavam como cozinheiras, empregadas, amas, parteiras etc.

Esses dados deixam evidente a escravidão praticada em Santa Catarina, mesmo que com um caráter urbano, onde os escravos eram empregados em serviços domésticos ou carregamento e transporte de mercadorias.

Cabe lembrar que o projeto social de colonização de Santa Catarina era pautado na criação de núcleos de imigrantes, assentados na pequena propriedade e no trabalho assalariado, realizado pelo homem branco.

Por isso, “esta sociedade assim formada, vai permitir o isolamento destes grupos imigrantes que, buscando autopreservação, dificultam as interações com outros grupos, sejam eles formados por negros ou não” (PEDRO, 1988, p.22).

Desta forma:

A vinda, no século XIX de alemães, italianos e poloneses, marcou, portanto uma outra fase na história do povoamento catarinense. Estes imigrantes europeus, num período de sessenta anos, vão quadruplicar a população catarinense, e encontrarão uma sociedade já preparada para subjugar elementos negros. É por isso que, ao se isolar, eles vão preferir, com mais violência, aqueles que já eram alvo de preconceito pelos demais componentes desta sociedade (ibidem).

Outro dado que reforçou o isolamento dos negros e seus descendentes por parte dos imigrantes, é que estes já haviam sido expropriados de suas terras de origem, trazendo representações da sociedade burguesa, pautada na superioridade racial do colonizador europeu, tendo como base a noção de que o trabalho do branco livre era sinônimo de progresso.

É importante ressaltar que, mesmo que em alguns períodos da história da colonização de Santa Catarina o imigrante branco tenha trabalhado lado a lado com seu escravo, isto não foi sinônimo de cordialidade ou igualdade, como citam muitos autores.

Podemos observar esta afirmação no depoimento de Hermann Blumenau, em sua obra “Suedbrasilien”, publicada no ano de 1850 (apud HERKENHOFF, 1987):

A escravatura, esta instituição degradante da humanidade, infelizmente também se encontra no Brasil e o número de escravos negros em todo o País é bastante elevado, especialmente nas províncias do Norte, pois ali a proporção, em muitos casos, chega a ser de um branco para dez negros. No Sul, a porcentagem é menor, como na Província de Santa Catarina, onde, numa população de cerca de 90.000 almas, há apenas 14.000 escravos, cujo número não vem aumentando, mas antes diminuindo. De modo geral porém, os negros são tratados com muita brandura, com mais brandura do que em qualquer outro país, de modo que as condições ali pouco diferem do relacionamento existente entre o empregador alemão e a criadagem e o operário (p. 141-142).

Esta relação, porém, não livrou o negro dos maus-tratos, preconceitos e dificuldades de inserção social.

Os relatos dos viajantes deixam, também, claro que a vida do escravo era miserável. Andavam seminus e, em sua maioria, vestiam-se apenas com um xale. As negras escravas, da mesma forma, andavam nuas, ou quando muito, abrigadas por uma cinta larga que ia da axila aos joelhos. Mal alimentados, dormiam pelas ruas. Os libertos mestiços possuíam uma vida pouco diferenciada, vestindo-se de camisa e calça e uma pala à moda espanhola. Os menos pobres usavam cartolas grandes, sugerindo, portanto, uma forma de destacarem-se da condição de escravo (PEDRO, 1988, p. 29).

Este relato evidencia que à medida que a cor da pele clareia, como no caso dos mestiços, o preconceito também fica mais brando, ressaltando a influência dos traços fenotípicos nas representações racistas. Não são as raízes negras, o sangue, que ocasionarão as manifestações racistas e sim a cor da pele.

Outro dado interessante referente à esta questão é que muitos dos mulatos, nesta época, eram frutos de relações entre os senhores do engenho e negras escravas. Como nos

mostra Munanga:

Em Itapetinga, no Estado de São Paulo, apenas 4% dos mulatos eram escravos contra 95% de pretos, em 1799. Os cálculos feitos por Herbert Klein, a partir de diversos censos locais em cinco províncias brasileiras no século XIX, mostraram que os mulatos totalizavam 76% dos homens livres e menos de 20% dos escravos em quatro províncias e apenas 26% na quinta. Em 1872, os mulatos constituíam 32% dos escravos e 78% dos homens livres em todo Brasil (2004, p. 92).

No entanto, apesar de livres, esses mulatos não receberam a devida formação para que pudessem produzir sua existência e de suas famílias de forma digna. Não tinham escolaridade e muitos deles não tinham profissão.

Em Santa Catarina, o tratamento dado aos negros fica explícito nos jornais catarinenses, como nos mostra Pedro (1988), principalmente no tocante às negras escravas. Vejamos um anúncio publicado no Correio Catarinense, em 30 de março de 1873:

Quer se comprar uma escrava de 16 a 22 anos de idade que saiba cozinhar, lavar e engomar, que seja sadia (p. 31).

Ou então:

Vende-se uma escrava parda de 23 a 24 anos, muito sadia, excelente cozinheira, boa lavadeira, engomadeira, carinhosa, a quem pretender dirija-se ao advogado Manoel D'Oliveira (p. 38).

Uma preta forra que sabe lavar e engomar perfeitamente cozinha e faz todo o serviço de uma casa, quer prestar seus serviços a quem lhe abonar a quantia de 700\$000 réis. O tempo e as condições da locação de seus serviços, nesta tipografia se dirá com quem pode tratar (p.38).

Também há o exemplo do Jornal "O Argos", em 11 de julho de 1856 (apud Pedro 1988), onde um cidadão, dono de uma escrava que fugiu, faz denúncia ao delegado de Laguna e fica incomodado com a atitude do mesmo perante a situação:

Ana, de 15 anos, a quem tratava como uma filha, em 03 de dezembro de 1855, evadiu-se. Dias após, ao descobrir que a mesma encontrava-se presa na cadeia pública, dirigiu-se ao local para reclamá-la e solicitar que a punissem. Porém, para sua surpresa o delegado não só negou-se a puni-la, como desrespeitou o autor em frente à dita escrava. Ao voltar para casa a mesma tornou-se insuportável e fugiu novamente. Ao revê-la, o autor castigou-a com palmatória. (p. 31).

Percebe-se como os jornais colaboraram para estabelecer o preconceito em relação aos negros, servindo como instrumento de ação política e ideológica, favorecendo as classes dominantes, difundindo idéia e padrões de conduta.

Além destas situações, é possível verificar que os negros ficaram impossibilitados de exercer funções mais qualificadas, sob pena de multa aos proprietários, como nos mostram os registros da Câmara da Villa de Lages, em maio de 1845 (apud Pedro (1988):

Hé proibido a qualquer casa de negócio ter caixeiros escravos sob pena de 8\$000 réis de multa (p. 33).

E assim, aos poucos vão se delimitando os espaços sociais de brancos e negros em Santa Catarina, delineando-se as relações de dominação na região. Os negros foram excluídos dos direitos e benefícios do estado que se formava. Como afirma Bitencourt (1999), a inclusão destas pessoas nesse projeto de sociedade dava-se pelo poder de outros, que decidiam quais os papéis eram a eles destinados. “A cidade dos sonhos burgueses não era para eles” (p. 29).

O negro, neste contexto, não é impedido apenas de exercer funções mais qualificadas, mas também de manifestar sua cultura, seus costumes, suas raízes. Tudo o que é realizado por este povo é considerado exótico. Manifestações como o batuque, a música, a dança, rituais religiosos eram vistos como ‘obras do demônio’, próprias de um povo sem alma, que precisava ser ‘disciplinado’. Assim, o castigo seria uma forma de libertá-los desses rituais e aproximá-los de Deus.

É fundamental destacar que, embora em um ambiente de opressão e expropriação social, também ocorreram movimentos de resistência, como a fuga de negros, o assassinato de senhores, organização de quilombos e a formação de irmandades, a exemplo da irmandade de “Nossa Senhora do Rosário”, na cidade de Desterro.

Movimentos como os citados indicam o esforço dos negros em resistir contra a dominação da sociedade branca, procurando recuperar a dignidade perdida, embora sabendo que todas essas manifestações eram passíveis de punição.

Vale refletir que a campanha abolicionista em Santa Catarina teve uma conotação diferente do restante do país. No estado, estabeleceu-se uma estreita relação entre abolicionismo e imigrantismo, onde o progresso era entendido como branqueamento da região e, conseqüentemente, do país.

Nesse contexto, “a escravidão passa a ser grande culpada de todos os males do país, e parecia que com sua extinção, todos os problemas seriam minorados, ou até resolvidos” (PEDRO, 1988, p. 56).

As ações abolicionistas aconteciam no sentido de encontrar no trabalho branco europeu uma redefinição do trabalho e sua concepção como essência para o progresso do país.

Como referenda Pedro (1988), as campanhas abolicionistas em Santa Catarina, foram um assunto “branco”, onde os negros foram excluídos destas discussões e onde a elite procurou encobrir toda a forma de participação negra neste processo.

Reverendo o discurso publicado pelos jornais da época, percebe-se uma campanha abolicionista extremamente imigrantista, sem nenhuma preocupação com o negro (a) liberto (a), condenado-o a ficar à margem do processo civilizatório. Essa preocupação, como já citamos anteriormente, ficou só no papel. Na prática, nada se efetivou.

O imigrantismo, na verdade, fez parte de um processo de modernização onde o branqueamento era condição essencial para o sucesso desse projeto.

É interessante referendar, como já fizemos no início, que em nenhum momento tem-se a intenção de menosprezar a presença do imigrante europeu no Sul do país. É notória a sua contribuição na colonização das cidades, porém, também é notória a invisibilidade atribuída aos negros neste período e também nos dias atuais. O que se pretendeu neste momento foi fazer um recorte na história da imigração para nos atermos à questão do negro em Santa Catarina, levando em consideração o quanto sua presença tem sido negada na história do Estado.

2.4 Joinville: retrato do “esquecimento” de negros e negras no maior pólo industrial do Estado

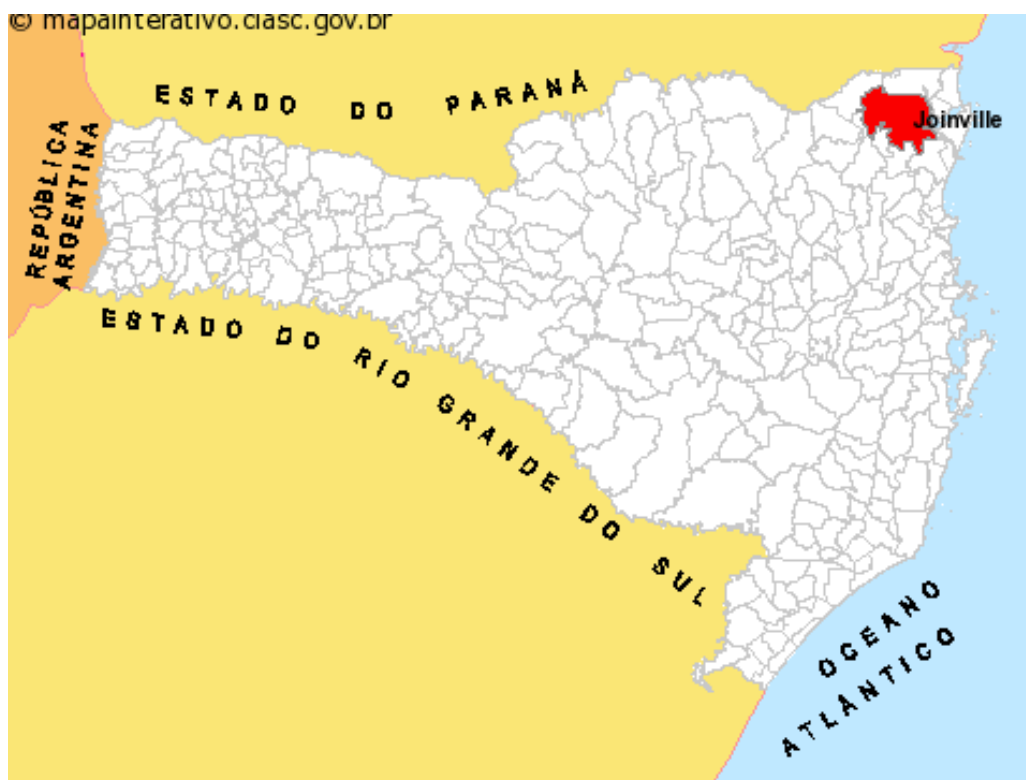


Gráfico 2 – Mapa de Santa Catarina – destaque Joinville

Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville – IPPUJ, o município tem a maior população e industrialização de Santa Catarina. Localizado a Nordeste do estado, a cidade possui o maior Produto Interno Bruto – PIB industrial per capita do país e ocupa o quinto lugar no ranking das exportações nacionais, com uma fatia de 5,52% do total brasileiro.

O discurso veiculado na mídia é de que o parque fabril do município, com mais de 1.500 indústrias emprega 58 mil funcionários e cresce em média 6,67% ao ano, sendo responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses.

Terceiro pólo industrial da região Sul, com volume de receitas geradas aos cofres públicos inferior apenas às capitais Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), Joinville está entre os quinze maiores arrecadadores de taxas municipais, estaduais e federais. A cidade concentra grande parte da atividade econômica na indústria – que gera um faturamento industrial de

US\$ 14,8 bilhões por ano – com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. O PIB per capita de Joinville também é um dos maiores do país, em torno de US\$ 8.456/ ano.

Mas como Joinville atingiu estes índices? Qual a sua história? Que pessoas estiveram envolvidas em todo esse “crescimento econômico” e sob que condições sociais, políticas e econômicas viveram? Qual a participação dos negros neste processo? Esses dados referentes à história da cidade não são explicitados.

Joinville é tradicionalmente conhecida como “Cidade dos Príncipes”, por conta das origens de sua fundação, sendo que as terras hoje pertencentes à cidade, teriam feito parte do dote recebido pela princesa Dona Francisca, irmã de Dom Pedro II, filha de D. Pedro I, ao desposar o príncipe francês François Ferdinand Philippe. Segundo Herkenhoff¹¹ (1987), fez parte do dote uma grande área de terras, situada no norte da Província de Santa Catarina, próximas ao Porto de São Francisco do Sul.

De acordo com Apolinário Ternes¹², entre 1815 e 1848, a Europa passou por um período de grandes transformações econômicas, sociais e políticas, frutos da Revolução Francesa. Essas transformações afetaram várias famílias tradicionais da Europa, entre elas a do rei Louis Philippe, pai do príncipe de Joinville.

Segundo Ternes:

Os dezoito anos de reinado de Luis Felipe são marcados pela crescente corrupção administrativa, financeira e política. O regime apoiava-se na burguesia financeira, representada por banqueiros, magnatas das ferrovias e das minas de carvão e ferro e especuladores da bolsa, assim como em grandes propriedades rurais (1981, p.28).

Havia uma grande dívida pública acumulada pelo governo de Louis Philippe, o que evidenciava sua sujeição aos interesses da burguesia financeira.

¹¹ Elly Herkenhoff nasceu em Joinville, em 15 de janeiro de 1906, descendente da família Herkenhoff, representante da cultura Lutero-germânica na Joinville do início do século 20. Com sua irmã Rosa, elaborou o “Método Roselly de Alfabetização de Adultos” e o “Método Roselly de Alemão”, ambos inéditos. Elly é autora do volume I da coleção “Joinville Ontem e Hoje”, de 1981 e de “Nossos Prefeitos – 1869-1903”, de 1986. Em 1987, publicou “Era uma Vez um Caminho”. Em 1989, escreveu “Joinville – Nosso Teatro Amador – 1858-1938”, tendo ainda colaborado em inúmeros artigos para os jornais “A Notícia”, “Brasil-Prost”, de São Paulo, e para o Instituto Hans Staden. Traduziu textos e artigos do jornal “Colonie-Zeitug”, e centenas de documentos, cartas e outros escritos do Arquivo Histórico de Joinville. Em 1999, lança “Imprensa Joinvilense”, seu último livro, no antigo Clube Joinville, hoje Casa Sofia (Colin, 2002, p.68).

¹² Nascido em Joinville, em 1949, é historiador e jornalista desde 1968, tendo desempenhado várias funções em diferentes jornais do Estado. Em 1975, juntamente com o historiador e advogado Cyro Ehlke, publicou uma sinopse da História de Joinville, em edição de luxo e em três línguas: Português, Inglês e Alemão. Obra já esgotada. Em 1977, foi nomeado diretor do Arquivo Histórico de Joinville, cargo que voltou a ocupar por alguns meses em 1979.

A oposição a esse fato era representada pela burguesia industrial, afetada pelas medidas econômicas do rei, que aumentava constantemente os impostos, causando um desequilíbrio orçamentário.

Reitera Ternes, dizendo que somente as “despesas extraordinárias dos últimos anos do reinado de Luis Felipe atingiram a fabulosa soma de 400 milhões de francos anuais, agravando o déficit orçamentário” (1981, p.29).

Esses fatores contribuíram com a queda do rei e o exílio da família real para a Inglaterra, inclusive do príncipe de Joinville.

Em 1848, o príncipe estava na Argélia, onde era Vice-Almirante da Marinha francesa. Segundo Carlos Ficker (1965), neste período a situação financeira do príncipe era “desastrosa”. Isto o fez lembrar das terras no Brasil, como uma possível solução para os problemas financeiros da família real.

O ano de 1848 foi um período que, segundo Ternes (1981), intensifica-se o transporte de imigrantes, negócio este visto como excelente e que gerou a formação de várias companhias de emigração, muitas delas ilícitas, que ludibriavam as pessoas com promessas de uma vida maravilhosa fora do país, sendo que o objetivo real era a obtenção de lucros exorbitantes. Para conquistar os imigrantes, ofereciam vantagens diversas e as melhores condições de viagem, com promessas de uma vida nova em lugares paradisíacos.

Ações como essas deram origem à fundação da “Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil”, que objetivava, além de proteger os imigrantes que chegavam no país, desenvolver as relações comerciais com o Brasil.

Ternes (1981) revela que fazia parte desta companhia o senador Christian Mathias Schroeder, que mantinha uma agência na Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro. O mesmo senador cria, em 1849, a sociedade Colonizadora de Hamburgo, que objetivava colonizar as terras do príncipe de Joinville, que no exílio, resolve negociar o dote recebido por Dona Francisca, em 1º de maio de 1843, data de seu casamento, no Rio de Janeiro.

O contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo foi firmado em 5 de maio de 1849 e em janeiro de 1850 o príncipe partiu com toda a família para Portugal e Espanha.

O senador Schroeder, como não conseguiu reunir os sócios da antiga Sociedade de Proteção aos Imigrantes, e como dispunha de vários navios para atravessar o Atlântico, encampou sozinho o projeto de emigração à “Colônia Dona Francisca”, posteriormente denominada Joinville.

Ainda em 1849, o Tenente Coronel da Engenharia, Jerônimo Francisco Coelho inicia a demarcação das terras do príncipe, que haviam sido escolhidas pelo Vice Cônsul da

França em Santa Catarina, Senhor Léonce Aubé.

Rodowicz indica que, além do Coronel Jerônimo Coelho:

Enviamos o engenheiro H. Günther ao Rio de Janeiro, para de lá se dirigir à Colônia, o que só se verificou em maio de 1850, acompanhado de alguns colonos. Fizeram-se diversas culturas e até colheitas, bem como a construção de uma casa para o engenheiro, um armazém, algumas casinhas para os colonos e uma casa maior para abrigar, ao chegarem, maior número de colonos, até que lhes fosse dado destino definitivo. E assim uma picada em direção às montanhas, o lugar de desembarque e o local para a futura cidade de Joinville. Enfim, preparativos foram feitos para a recepção de um número maior de colonos. Remetemos então, aos 10 de Dezembro de 1850, com a barca “Colon”, diretamente destinados à Colônia, 124 colonos que, em face de maus ventos, só foram ao mar nos primeiros dias de 51 (1992, p. 15).

A data oficial da fundação de Joinville é nove de março de 1851, data da chegada dos primeiros 124 imigrantes, amplamente divulgada nos livros sobre a história de Joinville e nas escolas de todas as redes de ensino da cidade.

A tradição construída em Joinville trata a cidade como sendo tipicamente alemã, porém os relatos nos mostram que dos primeiros imigrantes que chegaram, os alemães eram os que estavam em menor número:

Assim, com a chegada destas embarcações, nada menos de três nacionalidades chegaram à nascente Colônia. Alemães, em menor número; suíços (falando um alemão quase incompreensível) e noruegueses, dos quais, um pequeno número, embora sem falar, entendia o alemão. Compreender-se-ia logo, que as diversas línguas dificultassem a divisão das terras, mas assim não aconteceu, pois se formaram três núcleos, com três picadas discriminatórias, partindo do local da futura cidade de Joinville: em direção sudeste, a picada alemã; para oeste a dos suíços e a do norte para os noruegueses (RODOWICZ, 1992, p.18).

Sabe-se, no entanto, que muitos desses noruegueses, em torno de 74, não tinham nenhuma intenção de chegar em Santa Catarina, muito menos em Joinville. O projeto dessas pessoas era de irem a São Francisco, na Califórnia e não São Francisco do Sul, como aconteceu.

A literatura indica que, durante o trajeto à Califórnia, aconteceram alguns problemas na embarcação que impediram a viagem e os imigrantes, diante do ocorrido, optaram por vir para o Brasil.

De acordo com Herkenhoff em seu relato sobre a chegada dos imigrantes:

Foi ali que se estabeleceram os noruegueses, uma leva de imigrantes, todos homens solteiros, desembarcados também a 9 de março de 1851,

procedentes do Rio de Janeiro. Pretendia o grupo ir a Califórnia, mas em consequência de grave avaria no barco da Noruega, resolveram todos “tentar a sorte” na Colônia a ser instalada na floresta virgem e tropical na província de Santa Catarina. Poucos meses depois, quase todos eles continuaram a sua viagem para a América do Norte, com exceção de alguns, que aqui se radicaram (1987, p.10).

Diante deste fato, cabe-nos saber se houve realmente problemas com a viagem dos noruegueses, ou estes foram ludibriados com promessas da Companhia Colonizadora, tendo em vista que estas atitudes, conforme já analisamos, eram comuns para atrair os imigrantes ao país, sem contar que há algumas controvérsias em relação à chegada dos noruegueses em Joinville, a exemplo do que nos conta Apolinário Ternes.

Contrariando a informação de Herkenhoff (1987), Ternes (1981) afirma que, do número de noruegueses que aqui chegaram, apenas 13 seguiram viagem para a América do Norte. Os outros 61 permaneceram, pois não era muito simples retornar ao país de origem, ou a qualquer outro, porque a viagem, além de cansativa e perigosa, onerava custos às pessoas, custos estes que a grande maioria não tinha condições de arcar.

Examinando detidamente as listas dos passageiros que desembarcaram em Joinville a 9 de março, é fácil perceber que a qualificação dos imigrantes noruegueses, é superior aos alemães vindos com a barca “Colon”. Efetivamente, os noruegueses possuíam qualificações técnicas superiores aos alemães que, em sua maioria, eram “lavradores” apenas, enquanto entre os noruegueses deparamos com médicos, tecelões, pedreiros, padeiro, alfaiate, ferreiro e marceneiros (TERNES, 1981, p. 99).

Outro fato pouco divulgado é que antes da chegada da barca Colon, os idealizadores do projeto de colonização da cidade já haviam estado na Colônia para preparar a chegada dos imigrantes, e encontraram vários habitantes, em pontos isolados. Entre estes, estavam vários índios e negros.

Conta Carlos Ficker (1965) que em 18 de maio de 1850, saiu da França um grupo de nove pessoas a caminho de São Francisco do Sul, estando entre estes, o Vice-Cônsul da França em Santa Catarina, Sr. Louis François Léonce Aubé e Herman Günther, conforme já citamos, engenheiro incumbido de receber do representante do príncipe em Joinville, 8 léguas quadradas de terra.

A embarcação chegou em São Francisco do Sul três dias depois, no dia 21 de maio e no dia 22, subindo o Rio Cachoeira, aportou no Porto de Bucarein, em Joinville.

Apolinário Ternes (1981, p.73) relata que Léonce Aubé encontrou, ao chegar na Colônia, uma série de sesmarias, fazendas e caminhos, sendo estas fazendas distribuídas no

Bucarein/ Itaum. A maior destas pertencia ao Coronel Antônio Vieira, que possuía vários escravos. O mesmo teria vindo para a Colônia em 1826.

De acordo com Ficker:

O Pôrto de Bucarein, ponto estratégico no lugar da confluência do Rio Bucarein com o Rio Cachoeira, ficou dentro da medição das terras dotais do Príncipe de Joinville, e ao mesmo tempo servia de pôrto de embarque aos moradores do “Sítio Coronel Antônio João Vieira”, que ali se instalava com a fazenda e muitos escravos, plantações e terras cultivadas, nas margens do riacho Itai-Guaçu, hoje Itaum. Como conhecedor da região, o Coronel Vieira ofereceu os seus serviços e escravos, quando em 22 de maio chegaram Léonce Aubé, engenheiro Guenter e demais membros da expedição pioneira (1965, p.56).

Assim, percebe-se que a região já estava ocupada parcialmente, que a posse de escravos era uma coisa comum e que posteriormente teve muita utilidade, tendo em vista que os primeiros colonizadores precisariam desbravar matas, cortar árvores, etc.

Como elucida Carlos Ficker (1965, p.61), “preparar as terras cobertas de densa vegetação tropical para a recepção dos imigrantes europeus, construir ranchos e casas de alojamento e fazer as primeiras plantações em terreno pantanoso e úmido, exigia homens fortes e trabalhadores rurais experimentados”, o que não era o caso das famílias que vieram com o engenheiro Günther, que tinha a função de recepcionar os imigrantes. O autor cita ainda o caso do jurista Evert Von Knorring, acompanhante do Sr. Günther, homem de físico delicado e saúde precária, que anos antes havia sofrido infecção pulmonar. É evidente que este não seria o mais preparado para lidar com a terra, assim como os outros que estavam com o engenheiro.

Segundo Rodowicz (1992), era obrigação do engenheiro preparar a terra para a chegada das embarcações, evitando que a companhia colonizadora caísse em descrédito. No entanto, não foi isso que ocorreu. Sr. Günther enviava constantes relatórios ao Sr. Schröder, dando a entender que estava trabalhando arduamente na Colônia. Porém:

O tempo para recebimento dos colonos aproximava-se e como o Sr. Eduard Schröder (filho do presidente da Soc.) em viagem de interesse de sua firma, para Nova Orleans, estivesse de passagem pelo Rio de Janeiro, resolveu dar uma vista por lá, a fim de ver o estado em que se achava a Colônia. Isto em fins de janeiro de 1851. E em companhia de um amigo. Dr. Köstlin, constatou, para seu espanto, que estava tudo por fazer. Só encontrou uma simples picada que, partindo do local de desembarque, ia até o edifício que servia de armazém, mais um rancho para recebimento dos colonos, a casa de Günther e um casebre do colono que o acompanhou (idem, p. 16).

Esta atitude do engenheiro Günther culminou em sua demissão, por gastos excessivos, relatórios enganosos e propaganda tendenciosa na Europa. Tal fato acarretou sérios problemas para o Sr. Schröder, que tinha urgência em preparar a terra para recepção dos colonos.

Sendo assim, percebe-se que uma das alternativas seria realmente a utilização dos serviços prestados pelos escravos do Coronel Vieira, que já os havia colocado a disposição da Sociedade Colonizadora. Como afirma Ficker (1965, p.61), “empreitaram-se brasileiros, moradores da redondeza, que ofereceram os seus serviços”.

Subentende-se que os negros escravos da região não tiveram alternativa a não ser cumprir ordens de seu patrão. Portanto, é notória a contribuição desses no processo de adaptação dos imigrantes e na construção da cidade.

As dificuldades encontradas não eram poucas, insalubridade, doenças, mosquitos, entre outras. As condições eram tão precárias que, após a chegada da primeira embarcação, o Sr. Schröder tentou impedir na Europa a divulgação de novos embarques, até que ele mesmo desse um parecer favorável. No entanto, como afirma Rodowicz, seu pedido deve ter chegado tarde, pois a barca “Emma&Louise” já havia saído, trazendo inúmeros suíços e alemães à bordo.

Ficker revela que, posteriormente, em 1852, um jornal chamado “Jornal do Commercio”, publicou a primeira nota sobre a Colônia Dona Francisca, sendo o artigo de autoria do Coronel Vieira. O texto dizia que:

Não foi bem escolhido o local para assento do centro colonial, por ser baixo e humido em demasia, quando a pouca distância para o sul havia terreno levado e enxuto, mais azado para o fim, onde hoje está construída a olaria, que foi indicada pelo Sr. Coronel Antônio João Vieira, e onde até não falta a vantagem de porto próximo e commodo, que se acha a cousa de 300 braças do Rio Boqueirão. Não podem porém ser acusados deste erro, que tem dado motivo a algumas queixas, nem o actual director, o Sr. Eduard Schroeder, nem o Sr. Aubé, procurador do Sr. Príncipe de Joinville, que nem estavam em S. Francisco na ocasião da escolha; mas sim o primeiro administrador mandado pela empresa, que vendo á beira do Caxoeira uma cabana cosntruida pelo Snr. Frontin, sem mais exame, e a despeito dos conselhos e admoestações do Sr. Cel. Vieira, teimou em construir ali as casas de deposito para recepção dos colonos. Esse primeiro administrador desementio completamente a confiança que nelle se depositava; e já não existiria nem o núcleo colonial se não tivesse ido á colônia o Sr. E. Scroeder (1965, p. 116).

Este é mais um indício de que os colonizadores devem ter recorrido aos nativos que se encontravam na colônia, pois além do Coronel Vieira, que habitava a região desde 1826,

juntamente com seus escravos, de acordo com Ficker (1965, p. 32), havia outras sesmarias na colônia, como as de João Cercal, Luiz Dias do Rosário, Vicente Dias do Rosário e seu irmão Francisco, Ana Afonso Moreira e José Cordeiro, formando as terras de Januário d'Oliveira Cercal, vasta área entre o rio Cubatão e o Rio São Francisco, mais ou menos no local onde hoje é o Campo de Aviação.

No Boa Vista, atual bairro da cidade, encontramos o nome de Agostinho Budal, do lado oposto ao Rio Cachoeira e mais para o sul, as sesmarias de Antônio da Veiga e João da Veiga, Manuel Gomes e Francisco da Maia.

Levando em consideração as características da região e as dificuldades para transformá-la em cidade, entende-se que estas famílias que vieram para a Colônia, trouxeram obviamente seus escravos para ajudar na construção das casas, nos desmatamentos, na culinária, entre outras tarefas.

No entanto, a história deste povo não tem sido citada, sendo a fundação e colonização de Joinville atribuída somente aos imigrantes europeus, gerando uma invisibilidade sobre os negros que aqui estiveram, negando a presença dos mesmos no território da colônia, dando a entender que os europeus venceram todas as dificuldades de adaptação sozinhos, com no máximo, a ajuda dos componentes da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, na pessoa do Sr. Schröder.

A autora Elly Harkenhoff (1987) observa que nos Livros de Registros da Paróquia de São Francisco Xavier, de Joinville, há inúmeros assentamentos de batizados e falecimentos de escravos pertencentes às famílias descritas por Carlos Ficker e outras não mencionadas pelo historiador.

Segundo a autora:

Em todos os registros, cuidadosamente feitos pelo então vigário da comunidade católica de Joinville, Padre Carlos Boergershausen, consta sempre o nome do respectivo dono, evidenciando, que pelo menos boa parte das famílias brasileiras estabelecidas possuía escravos em maior ou menor número. Assim, encontramos entre os assentamentos de batismo efetivados em 1865: Guilherme, filho de Maria, escrava de João Leite Bastos; Josefa, filha de Maria, escrava de Gaspar G. de Araújo; Jorge, filho de Escolástica, escrava de Januário de Oliveira Cercal. Em 1866: Manuel, filho de Joana, escrava de Bento Budal Espíndola, Manuel, filho de Inácia, escrava de Manuel Gomes de Oliviera. Ana, filha de Rita, escrava de Isabel M. da Conceição (...) e assim por diante (1987, p.143).

Então se pergunta: onde está a história dessas pessoas? Desses negros e negras? Que rumo tomou a vida desse povo? Seus descendentes, onde estão? Muito se sabe sobre os

europeus que chegaram à colônia. Muitos destes foram homenageados com nomes de ruas, como é o caso do Sr. Aubé. Há no estado uma cidade com o nome “Schröder”, outros fundaram suas indústrias, como os Schneider, indústria esta que é tradição na cidade até os dias atuais. Günter (mesmo com todo despropósito de suas ações) é nome de loja no centro de Joinville. E os negros? As negras? Como viveram? O que passaram? O que construíram?

Voltando à questão da presença dos mesmos na Colônia, um dado relevante trazido à tona por Herkenhoff refere-se aos registros de falecimentos feitos pelo Padre Borgershausen, evidenciando que não só os batizados eram feitos na igreja católica, mas também os sepultamentos de escravos eram efetuados no cemitério católico de Joinville.

Segundo os assentamentos do Padre Boegershausen, foram inumados, entre julho de 1862 e abril de 1870, oito escravos, na maioria crianças de pouca idade, além de Maria, de 18 anos, filha da liberta Joana Lourenço e Teresa, “negra” liberta do defunto Agostinho Budal. É possível que um ou outro tenha pertencido a famílias estabelecidas, não nos arredores da Colônia, mas na própria “cidade” de Joinville, uma vez que, já nos primórdios de nossa história, várias famílias brasileiras, oriundas de outras localidades, aqui vieram fixar-se e, como era natural, trouxeram consigo seus escravos. Também na zona rural encontramos, já nas primeiras décadas, nomes de sítiantes brasileiros: no “Boehmerwald” (Floresta da Boêmia), na Estrada dos suíços, na Estrada da Serra (HERKENHOFF, 1987, p.144).

A autora segue mostrando que, como no restante do Brasil, os joivillenses também aderiram à causa abolicionista, intensificando as campanhas pela libertação dos escravos, que ficou ainda maior com a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871.

Em 30 de março de 1887, o número de escravos matriculados na Coletoria de Joinville era de 96, destes, 48 eram homens e 48 mulheres. Segundo Herkenhoff, havia ainda 24 forros não registrados, por conta das alforrias. O Kolonie-Zeitug (Jornal da Colônia) noticiou neste período alforrias concedidas a vários escravos e escravas.

Outro dado interessante trazido à tona pelas historiadoras Janine Gomes da Silva e Arselle de Andrade Fontoura é que alguns negros da cidade procuravam guardar dinheiro para comprar a própria alforria. Foi o caso de Luiz:

Escravo de João Gomes de Oliveira, que possuindo a quantia em moeda corrente para uma “ação de liberdade por arbitramento para indenização”, procurou o poder público, no ano de 1887, para dizer que “... quer ser declarado livre”. O preço da liberdade de Luiz deveria ser fixado e, o que aconteceu com este escravo, morador da cidade de Joinville, não podemos inferir (2005, p.24).

O Jornal Kolonie-Zeitug também traz registros de cerimônias que eram

organizadas para o consentimento das alforrias aos negros, muitas delas organizadas no “Salão Kuehne”.

De acordo com Herkenhoff, algumas alforrias eram entregues sem nenhuma concessão. Outras, porém, eram entregues mediante prestação de um ou dois anos de serviços, por parte dos libertos.

No dia 13 de maio de 1888, os negros da cidade organizaram uma passeata pelas ruas para comemorar a ‘libertação dos escravos’.

Merece destaque o fato de que os dados aqui levantados não chegam à grande maioria da população, nem são trabalhados nas escolas da cidade, onde a história divulgada entre os alunos é a de que Joinville é uma cidade de tradição germânica, fundada por imigrantes europeus.

Como afirmam Silva e Fontoura (2005, p.22), costumeiramente a presença dos afrodescendentes nesta cidade é pouco referenciada, pois a ênfase é dada aos imigrantes europeus que aqui chegaram a partir de 1851. Assim, a maioria das peças publicitárias que divulgam o município, bem como a historiografia local invisibilizam a presença dos afrodescendentes.

Sendo assim, a questão da história dos negros e das negras torna-se um fértil terreno a ser explorado, tendo em vista a escassez de informações.

De acordo com Cieslinki e Coelho (apud SILVA e FONTOURA, 2005), no final do século XIX “existia em Joinville um povoamento luso-brasileiro, formado por 33 propriedades; e, na maioria destas, existiam escravos que desenvolviam diferentes atividades agrícolas e domésticas, sendo que alguns proprietários contavam com 12, 18 e até 22 escravos para o trabalho em suas propriedades” (p.24).

No entanto, não se tem registro do destino dessas pessoas. Muito se sabe sobre a história das famílias de imigrantes tais como a de Léonce Aubé, Jerônimo Coelho, Hermann Günter, Schneider, entre outras.

Mas e as famílias formadas pelos negros? O que sabemos? Qual o destino da negra Maria, que era escrava de João Leite Bastos? E a negra Josefa, que era filha de Maria, escrava de Gaspar G. de Araújo? E a Escolástica, escrava de Januário de Oliveira Cercal? Como era a vida dessas mulheres? Que histórias construíram? Onde estão seus descendentes?

O censo demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, indica que Joinville possui uma população de 429.604 habitantes. Destes, 9413 se auto-identificam como pretos, representando 2,19% da população e 22.025 pessoas se auto-identificam como pardas,

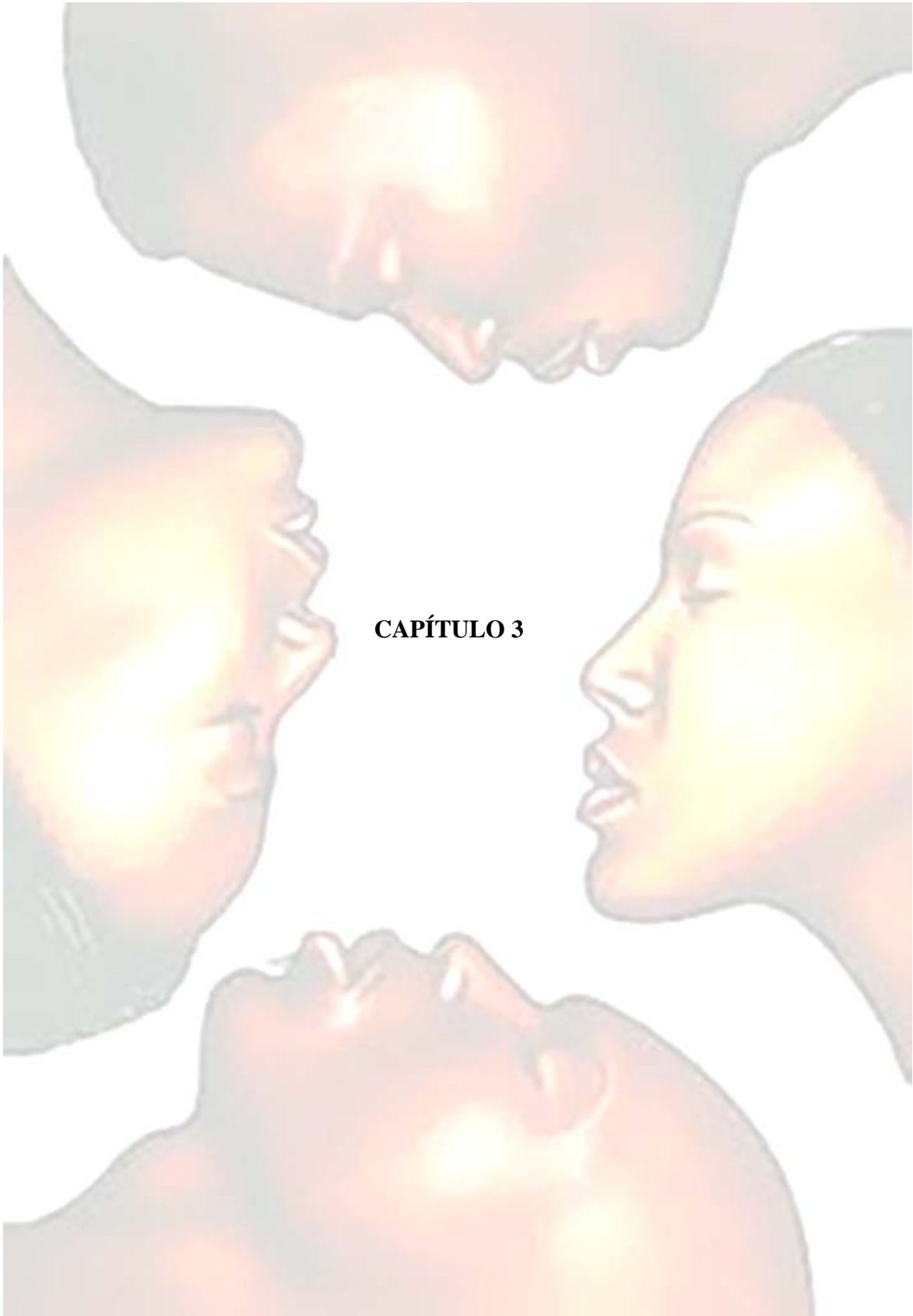
representando 5,13% da população.

Se juntarmos o número de pardos e pretos, considerando-os como negros, teremos em Joinville uma população de 31.348 pessoas afrodescendentes, cerca de 7,32% da população total da cidade. Desse percentual 15.816 são mulheres, ou seja, 50,46% da população afrodescendentes de Joinville.

Onde estão essas mulheres? Que postos de trabalho ocupam e como tem se dado esta inserção?

Como citam Silva e Fontoura (2005), assumir a condição de negro na cidade de Joinville não é tarefa fácil, com todo o imperialismo germânico existente, mas, talvez essa seja uma das maneiras dessas pessoas dizerem que querem visibilidade. É o momento de mostrar à população joinvilense, que a cidade abriga negros e negras. Se são em maior ou menor número não vem ao caso. O fato é que eles existem, estão na cidade, possuem uma história e colaboraram para a construção da mesma.

É interessante perceber que “a abolição foi proclamada, contudo os negros não foram integrados à sociedade e a história da escravidão e dos afrodescendentes permaneceu por muito tempo velada. Mas, esta história – uma história de opressão, dor, luta e resistência, precisa, especialmente em Joinville, ser desvendada”. (SILVA e FONTOURA, 2005, p. 25).



CAPÍTULO 3

3. TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DE MULHERES NEGRAS EM JOINVILLE

O objetivo deste capítulo é o de apresentar as trajetórias de sete mulheres negras que atuam nas áreas da educação infantil e da saúde do município de Joinville, suas estratégias de inserção ocupacional, bem como os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que interferiram nas suas trajetórias. A intenção é de apresentar os fatores preponderantes na inserção em determinadas ocupações, articulando questões referentes a gênero, raça e escolaridade.

O recurso utilizado para a construção das trajetórias ocupacionais das mulheres negras em Joinville, foi a entrevista. Estas foram realizadas com mulheres negras, que atuam em Centros de Educação Infantil (CEI's) da rede pública da cidade, postos municipais de saúde e uma maternidade estadual, localizados em bairros da zona Sul da cidade sendo todos de periferia, com exceção do bairro onde se encontra a maternidade.

Para mapearmos os locais das entrevistas, fizemos alguns contatos com pessoas atuantes nas duas áreas de pesquisa, o que possibilitou verificar a concentração de negras nesses locais, as ocupações que exercem e a possibilidade de realização das entrevistas.

A princípio, tínhamos a intenção de escolher alguns bairros da cidade onde a concentração de negros fosse maior. Com o caminhar da pesquisa, percebemos que este não era um dado relevante, pois os locais onde as negras estão trabalhando têm pouca relação com a zona onde residem.

Caracterizamos este primeiro momento como fase exploratória da pesquisa (ZAGO, 1994). Foi um tempo em que nos dedicamos a fazer interrogações preliminares sobre o objeto de pesquisa, questionando-nos sobre os pressupostos, sobre as teorias mais pertinentes, se a metodologia era apropriada ou não, sobre questões operacionais, entre outras.

A partir daí, iniciamos o trabalho de campo. Logo após os primeiros contatos com os locais, selecionamos algumas mulheres que se mostraram dispostas a participar. Como as entrevistas aconteceram no próprio ambiente onde trabalhavam, à medida que nos

tornávamos mais próximas das entrevistadas, outras mulheres, também negras, passaram a se mostrar interessadas no assunto, querendo contribuir de alguma forma.

No total, foram sete mulheres, atuando em diferentes ocupações e com trajetórias singulares. Apesar das diferenças, todas possuíam algo em comum: eram mulheres, negras, de origem humilde, vivendo em uma cidade onde a história foi construída sobre alicerces discriminatórios, pautados na ideologia do colonizador branco e europeu. Cidade onde o negro, por representar uma parcela menor em relação ao número de habitantes da cidade e, principalmente, devido ao preconceito racial, não tem história.

Neste sentido, as entrevistas trouxeram à tona informações de extrema importância para análise das trajetórias. Concordamos com Neto (1994), quando afirma que por meio da entrevista o pesquisador consegue recolher informações embutidas nas falas dos sujeitos selecionados. “Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (p.57).

No caso da pesquisa, as entrevistas foram transcorrendo de maneira tranqüila e aos poucos as mesmas foram revelando dados extremamente significativos sobre a trajetória de vida e processos de inserção ocupacional das mulheres. A entrevista, em alguns casos, transformou-se em depoimento. Relatos marcantes, tristes, empolgantes que teceram a história dessas mulheres. História essa, calada por muitos anos.

Como afirma Meksenas (2002), no depoimento o pesquisador seleciona sujeitos significativos que narram suas experiências somente dentro do tema proposto. Esta narração acontece por meio de entrevistas não-diretivas ou semi-estruturadas, como no nosso caso.

O fato de termos optado pela entrevista semi-estruturada, articulando perguntas previamente formuladas com as informações abordadas livremente pelo entrevistado, facilitou bastante nosso trabalho. A entrevista semi-estruturada possibilitou que a história de vida tópica¹³ também sustentasse nossos estudos, uma vez que tínhamos o objetivo de analisar as trajetórias de inserção ocupacional das mesmas, percebendo quais os fatores sociais, culturais, políticos e econômicos influenciaram esta inserção. Porém, em alguns momentos das entrevistas, pode-se considerar que houve um deslocamento para o que

¹³ Segundo Neto (1994) a história de vida como estratégia de compreensão da realidade tem como principal função retratar experiências vivenciadas, bem como definições fornecidas pelas pessoas, grupos ou organizações. No caso da história de vida tópica, se focaliza apenas uma etapa ou determinado setor da experiência em questão.

podemos considerar como história de vida¹⁴, onde as entrevistadas foram buscando na memória, uma série de informações significativas que foram delineando suas trajetórias ocupacionais.

Segundo Ferreira:

A análise de trajetórias possibilita investigar o vir a ser, ou seja, compreendendo que a trajetória é um processo, percebe-se que, dentro de um determinado trajeto existe a possibilidade de bifurcações. Por que o sujeito é impelido a seguir um ou outro trajeto? Precisamos também qualificar este trajeto e perceber como os fatos se apresentaram. A percepção de como os fatos se apresentaram, muitas vezes, só acontece durante as entrevistas, e nisso reside a importância delas, pois desse processo pode resultar uma tomada de consciência (2004, p.15).

A análise de trajetórias torna-se importante em nossa pesquisa justamente por possibilitar investigar que fatores levam um indivíduo a seguir por um caminho e não por outro. Buscamos, portanto, qualificar esse caminho, analisando a forma como os fatos se apresentam. Concordamos com Kofes (2001), no sentido de entendermos a trajetória como “o processo de configuração de uma experiência social particular”.

Todas as entrevistas foram gravadas a partir de um roteiro previamente estabelecido, tendo como eixo norteador as trajetórias em direção a uma ocupação, a busca pela escolaridade e as relações raciais e de gênero presentes nestes percursos. As mesmas aconteceram nos respectivos locais de trabalho das entrevistadas, com exceção de uma delas que optou em conceder a entrevista na sua residência, alegando que ficaria mais à vontade.

No decorrer deste capítulo, poderemos observar que cada entrevistada apresenta uma trajetória ímpar na busca de uma ocupação. Trajetórias marcadas por alegrias, tristezas, dores, angústias, preconceitos, mas que mesmo as adversidades encontradas não as impediram de galgarem seus caminhos em busca de uma vida melhor e de uma posição mais digna que possibilitassem a realização destas mulheres como assalariadas e como cidadãs.

Ao analisarmos as trajetórias das entrevistas, concordamos com o observado por Santana (2004) em sua pesquisa com professoras negras de Minas Gerais, onde “os entrevistados compartilharam não só parte de sua história escolar e profissional, pontos de vista sobre educação e relações raciais, mas, principalmente, partilharam fragmentos de suas

¹⁴ Para Meksenas (2002), na história de vida “trata-se de colher, por meio de gravação sonora ou filmagem, a narrativa do sujeito pesquisado: o modo como ele reinterpreta seu passado por recortes mediados pelo acúmulo de experiências adquiridas, por sua visão de mundo, por seus valores/projetos, tudo isso orientado por vivências do presente. Ou seja, o passado nunca é descrito de modo a saber-se o passado, mas a partir de uma visão particular e localizada de mundo (a do sujeito pesquisado) e com referência ao presente” (p. 125).

próprias vidas, fatos e sentimentos que estavam perdidos em suas lembranças e que a entrevista trouxera à tona” (p.37).

Algo semelhante aconteceu conosco, onde as entrevistadas foram relatando passagens de suas vidas, muitas vezes já apagadas na memória e que neste momento foram revividas de uma maneira muito especial.

Analisar as trajetórias dessas mulheres foi uma das estratégias utilizadas para compreendermos como essas negras de Joinville se constituíram como mulheres inseridas em determinadas ocupações, bem como os percalços encontrados no decorrer da história de cada uma delas. Assim, tentamos apresentar as experiências sociais de sete mulheres negras ocupadas em setores da educação e da saúde.

3.1 O campo de pesquisa

Os bairros escolhidos para realização da pesquisa localizam-se na zona Sul da cidade. São bairros de periferia e apresentam uma grande concentração de negros (as), talvez por terem sido os locais onde se fixaram as primeiras sesmarias da colônia e, como mencionamos no capítulo dois, cada dono de sesmaria vinha para Joinville com seus respectivos escravos.

De acordo com Cunha (2003), “a região foi ocupada por volta do final do século XVIII por famílias luso-brasileiras (...). Segundo o mapa elaborado em 1846 pelo engenheiro Jerônimo Francisco Coelho, que demarcava as 25 léguas do dote do príncipe e da princesa de Joinville, existiam várias sesmarias, com diversas construções (casas, olarias) nas regiões do Boa Vista, Itaum, Bucarein e Cubatão (p. 120)”. É certo que cada luso-brasileiro que chegava à colônia, trazia além de sua família, seus escravos. Coincidência ou não, até hoje esses locais são os que têm maior concentração de negros, além do bairro Floresta, onde também havia sesmarias e do Paranaguamirim, bairro que fica relativamente próximo ao Itaum, conforme podemos observar no mapa dos bairros da cidade.

Apesar de serem bairros de periferia, a grande maioria deles possui uma estrutura razoável. Todos têm terminais de ônibus interligados com outros bairros, escolas (embora a

demanda seja maior que o número de vagas disponível, no caso da educação infantil e do ensino médio), bancos, farmácias, estabelecimentos comerciais diversos e uma quantidade considerável de indústria. Esta estrutura, porém não é suficiente para garantir qualidade de vida a boa parte da população. Como são bairros bem populosos, muitos moradores ainda sofrem pela falta das condições mínimas de moradia.



Gráfico 3 – Joinville Divisão por bairros
 fonte: www.tudojoinville.com.br

Tanto o Itaum, quanto o Profipo são bairros considerados “perigosos”, com um índice elevado de roubos, assassinatos e pontos de venda de drogas. O Itaum fica próximo a

outros bairros e vilas bem carentes (Jardim Edilene, Estevão de Matos, Fátima, Morro do Amaral, Ulisses Guimarães, Paranaguamirim), com uma grande concentração de terrenos “invadidos”, ou seja, sem regulamentação, escritura, etc. e favelas, onde os moradores convivem diariamente com a criminalidade, ausência de saneamento básico, de asfalto, escola, etc. O Profipo, apesar de não fazer limites com bairros em situação tão precária, também apresenta um alto índice de pobreza, miséria e falta de segurança.

É interessante observarmos que nenhuma das entrevistadas mora no bairro onde trabalha. Porém, todas moram em bairros de periferia da zona sul, com exceção de uma que mora na zona leste da cidade, no bairro Aventureiro, que também é periferia e fica próximo a um dos bairros onde no início da colonização foi instalada uma sesmaria, o bairro Cubatão, outro local de extrema pobreza. Esta atravessa a cidade toda para chegar à escola onde atua. Frisamos que os bairros onde as entrevistadas residem (Petrópolis, Itaum, Paranaguamirim, Aventureiro, Floresta e Km 4, Bohemerwaldt), ou foram sesmaria ou fazem limite com bairros que foram.¹⁵

Nos parágrafos que seguem, apresentaremos um breve histórico de cada bairro, assim como algumas características dos locais selecionados para pesquisa.

O Bairro Itaum

As terras do Itaum foram delimitadas através da Lei nº 1.526, de 05 de julho de 1977. É um bairro grande, de perifeira, com uma população de 13.523 habitantes, localizado na zona sul da cidade. A origem do nome deriva do pequeno rio Itaí Guaçu, afluente da margem direita do Rio Cachoeira. A localidade remota da época da Colônia Dona Francisca. Itaum significa corruptela, de Itá uma, que quer dizer pedra preta, ferro.

De acordo com IPPUJ, o bairro possui hoje 93 indústrias, 503 postos comerciais, 473 prestadores de serviços, 3 centros de educação infantil, dois postos de saúde, um PA 24 horas, uma escola estadual e 2 escolas municipais.

O Posto Municipal de Saúde Itaum

Localizado a Rua: Monsenhor Gercino, s/nº, no bairro Itaum, é um posto de saúde

¹⁵ Ver mapa dos bairros de Joinville.

relativamente pequeno, em se tratando de estrutura física, mas com um número considerável de atendimentos. Pertence a Unidade Regional de Saúde Fátima, que compreende os bairros Guanabara, Fátima, Itaum e Petrópolis.

Possui 36 funcionários, entre agentes e saúde, dentistas, auxiliares de enfermagem, médicos (ginecologista, clínico geral e pediatra), enfermeiros, zeladores e agentes comunitários. Deste número, 23 são mulheres. Destas, duas são negras, as duas que trabalham como zeladoras, sendo que uma delas foi entrevistada. O horário de atendimento é das 7h às 19hs.

O CEI Raio de Sol

No bairro Itaum também localiza-se o CEI Raio de Sol. O CEI é uma instituição estadual, destinado à educação infantil e o critério para a matrícula é que a mãe seja trabalhadora. A mensalidade, chamada de “colaboração espontânea”, é cobrada de acordo com o salário que a mãe recebe.

Neste centro há 24 professoras. Destas, 11 são negras, sendo uma delas selecionada para entrevista. A Unidade conta ainda com duas cozinheiras, três auxiliares de serviços gerais, uma diretora geral e uma diretora adjunta. Possui atualmente 200 alunos matriculados, de 3 a 5 anos. O CEI funciona das 6h e 30 min às 18h e 30 min.

O Bairro Floresta

O Floresta é considerado um bairro relativamente grande. Atualmente com 16.711 habitantes, de acordo com o IPPUJ, tem a origem do nome em decorrência do time de futebol do mesmo nome, fundado em 1943, por iniciativa de moradores de moradores que o chamaram de Floresta Futebol Clube. O nome foi adotado devido à densa mata que cobria a região.

No decorrer do processo de colonização, a região que hoje compreende o Bairro Floresta era conhecida por Estrada Santa Catarina e a partir da Estação Ferroviária era demarcada como Km 1, Km 2 e assim por diante. Teve importante papel no desenvolvimento e expansão da Colônia Dona Francisca.

O bairro também teve suas terras demarcadas por meio da Lei 1.526, de 05 de julho de 1977. Conta com 133 indústrias, 621 pontos comerciais, 872 prestadores de serviços, 2 Centros de Educação Infantil, uma escola municipal e uma escola estadual.

O Posto Municipal de Saúde Floresta

Localizado a Rua Guararapes, s/nº, no bairro Floresta, da mesma forma que o Posto Itaum, também é pequeno. Possui 36 funcionários, praticamente o mesmo número de atendimentos do Posto Itaum, embora, o número de habitantes do bairro seja maior. Neste posto trabalham 4 mulheres negras. Três delas atuam como serventes e uma ocupada como técnica em enfermagem. Esta foi a selecionada para entrevista.

O Bairro Anita Garibaldi

De acordo com o IPPUJ, parte das terras onde está localizado hoje o Bairro Anita Garibaldi pertencia a Carlos Schöroeder que, quando veio da Alemanha, comprou-as na diretoria da Colônia. Posteriormente, cedeu parte das terras para que fossem abertas as ruas Anita Garibaldi e Copacabana, que na época denominava-se Taratistrasse.

A Rua Anita Garibaldi era chamada de Kaisertrasse (Estrada do Imperador), passando a adotar o primeiro nome a partir de 1930.

Atualmente o Bairro Anita Garibaldi possui 7695 habitantes e também teve suas terras demarcadas por meio da Lei 1.526 de 05 de julho de 1977. Conta com 35 indústrias, 371 pontos comerciais, 598 prestadores de serviços e uma escola municipal.

Maternidade Darcy Vargas

A maternidade Darcy Vargas é uma instituição da rede pública estadual, localizada à Rua Miguel Couto, nº 444, no Bairro Anita Garibaldi, próximo ao centro da cidade.

Foi inaugurada na década de 40, em 25 de abril de 1947, para prestar serviços obstétricos e neonatológicos para o município de Joinville, tornando-se posteriormente, referência estadual no atendimento especializado: mãe, filho e família.

É uma unidade hospitalar de médio porte, apresentando capacidade efetiva de 132 leitos sendo 96 obstétricos, 42 neonatológicos (10 de UTI-Neonatal, 06 de Pronto Atendimento, 06 triagem-extra), 20 leitos de apoio, além de 75 berços para alojamento conjunto, contando com aproximadamente 540 funcionários. Destes, 400 são mulheres e 100 delas são negras. Estas estão distribuídas em diversos setores. São enfermeiras, técnicas em

enfermagem, algumas trabalham no setor administrativo, secretárias, serventes, etc. salientando que a administradora geral da maternidade é uma mulher negra.

A unidade registra em média, cerca de 763 internações mês. Destas, 719 são obstétricas e 44 neonatológicas. No complexo das Unidades Ambulatoriais de Alto Risco, há uma média de 6.000 atendimentos, apontando-se como principais a emergência obstétrica, a gestação de alto risco, a neonatologia de alto risco e o destaque para o serviço de excelência já consolidado pela Unidade de Banco de Leite Materno, apresentando em média, 221 litros coletados, 694 recém-nascidos atendidos e 1204 procedimentos realizados.

Já recebeu vários prêmios, entre eles o de Maternidade Número Um do País, em pontuação por critérios de excelência e humanização. Em 2005 recebeu o IV Prêmio Professor Galba de Araújo pela atenção humanizada ao parto e ao nascimento, prêmio oferecido pelo Ministério da Saúde.

O Bairro Profipo

Se analisarmos o mapa da cidade de Joinville, observaremos que o bairro Profipo não se encontra lá. Na verdade, o mesmo é uma extensão do bairro Santa Catarina, que se subdivide em Profipo, Km 4, Km 7 e Km 11.

O bairro recebe o nome de uma das principais ruas da cidade, a Rua Santa Catarina, extensão da Avenida Getúlio Vargas, antiga Katharinenstrasse. A Rua Santa Catarina é uma das vias que dá acesso a São Francisco do Sul e às praias da região.

O Bairro Santa Catarina, assim como os demais, teve suas terras demarcadas pela Lei 1.526 de 05 de julho de 1977 e possui, atualmente, 9.438 habitantes.

O CEI Nossa Senhora Aparecida

O Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida localiza-se no bairro Profipo. A exemplo do CEI Raio de Sol, também é uma unidade estadual, destinada ao público infantil, dando preferência de vagas para as crianças da região e mães trabalhadoras. As mensalidades são calculadas de acordo com a renda dos pais. São 3% da soma do salário líquido do pai e da mãe. Quem tem dois filhos matriculados, recebe desconto. Esta unidade tem hoje 29 funcionários: 1 secretária, 2 diretores, 4 serventes, 2 cozinheiras e 20 professoras, das quais 5 são negras. Destas, 3 foram entrevistadas sendo que todas atuam como professoras e nenhuma delas é efetiva na rede estadual de ensino. São todas

contratadas em caráter temporário. A unidade atende diariamente 105 alunos entre 3 e 5 anos de idade.

3.2 As categorias de análise

Frigotto (1998) reforça a importância da teoria na compreensão e transformação da sociedade, percebendo que as escolhas teóricas não são neutras ou arbitrárias. Desta forma, optamos pelo materialismo histórico como uma “concepção ontológica e de realidade, método de análise e práxis”, concordando com o autor quando o mesmo afirma que teoria somente para explicar a realidade não faz sentido. É necessária uma reflexão profunda sobre a realidade analisada, com intuito de criar estratégias para modificá-la.

Como indica Zago (2003, p. 292), “há uma relação dialética permanente entre a realidade social identificada no trabalho de campo e o referencial adotado para a interrogar”. Para a autora, a escolha da teoria se justifica pela necessidade proveniente da problemática de estudo, pois é ela que nos leva a fazer determinadas perguntas sobre o social, bem como a busca por formas apropriadas de respondê-las.

Desta forma, privilegiamos nesta pesquisa, três categorias de análise: inserção ocupacional, raça/etnia e gênero.

Inserção ocupacional/emprego – entendemos, de acordo com Singer (2003), que ocupação é toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce. Neste sentido, o emprego assalariado seria uma das formas de ocupação. Emprego implica em assalariamento. É uma relação de troca, onde o operário vende sua força de trabalho ao capitalista, detentor dos meios de produção.

Marx (2004) salienta que na relação de compra e venda o operário não pertence ao capitalista e sim o número de horas de sua vida diária que este disponibiliza a quem as compra. Neste sentido, o operário pode abandonar o capitalista quando quiser, assim como o capitalista pode dispensá-lo quando quiser, quando o mesmo não oferecer mais os resultados esperados. Porém: “o operário, cujo único recurso é a venda de sua força de trabalho, não

pode abandonar toda a classe dos compradores, isto é, a classe capitalista, sem renunciar à vida” (p.28). Ele não pertence a um ou outro padrão, mas sim a toda a classe capitalista cabendo a ele encontrar quem lhe queira, ou seja, encontrar um comprador para sua força de trabalho.

Aued (1999) alerta o quanto à possibilidade de não estar ocupado nos dias atuais gera um desconforto na maioria da população, até porque há uma grande confusão entre emprego e ocupação, sendo que o fato de uma pessoa estar ocupada, não significa necessariamente que ela esteja empregada, não significa que ela viva uma condição de assalariamento. Para que este dado se concretize, de acordo com Marx (1984), é necessário sobretudo que o trabalhador necessite vender sua força de trabalho e que o capitalista deseje comprá-la.

Assim, no presente trabalho optamos pelo termo inserção ocupacional por entendermos que a mulher ao longo da história da humanidade, vem desempenhando diversas funções, ou seja, ela sempre esteve ocupada. Porém, a entrada da mulher como trabalhadora assalariada é algo mais recente, datado do período da Revolução Industrial. Além disso, inserção ocupacional nos parece ser o termo mais adequado por conta de grande parte dos trabalhadores, especialmente mulheres e negras, estarem inseridos no mercado de trabalho de forma precária, sem uma profissão e sem contrato de trabalho.

Raça/etnia - hoje ainda há uma grande polêmica em relação ao uso da palavra raça, em detrimento da palavra etnia que, segundo os antropólogos, seria mais abrangente, por conta de sua dimensão histórica e cultural, atrelada à prática social, principalmente no que diz respeito à situação do negro na sociedade brasileira.

Porém, para Gomes (1995) o termo raça é que consegue demonstrar a verdadeira dimensão do racismo existente em nossa sociedade, até porque, hoje, sociólogos e antropólogos quando utilizam tal terminologia não o fazem no sentido de demonstrar superioridade ou inferioridade racial, como de costume e como era feito originariamente. A abordagem dos sociólogos baseia-se na dimensão política e social a que o termo se refere.

Segundo Levis Strauss, “quando procuramos caracterizar as raças biológicas através de propriedades psicológicas particulares, afastamo-nos da verdade científica, quer definindo-as positivamente, quer negativamente” (1993, p.328).

Para Strauss, o grande erro da antropologia é o de confundir a noção puramente biológica de raça com as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas.

O autor cita Gobineau, considerado por muitos o pai das teorias racistas, afirmando

que o mesmo não concebia a “desigualdade das raças humanas” de maneira quantitativa: para ele, as grandes raças que contribuíram para a formação da humanidade atual, sem que se possa dizê-las primitivas – branca, amarela, negra – não eram tão desiguais em valor absoluto, como suas aptidões particulares.

Desta forma, precisa-se deixar claro que não há uma maior ou menor qualidade entre as raças, como afirmava Gobineau, mas sim, diferenças entre elas. Diferenças essas que devem ser respeitadas, observando que as mesmas se devem à “circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas e não a aptidões distintas, ligadas à constituição anatômica ou fisiológica dos negros, amarelos ou brancos” (1993, p.329).

Já Maria Batista Lima, em sua pesquisa sobre Identidades Étnicas e Educação, opta pela superioridade da categoria etnia em detrimento da categoria raça, alegando que etnia possui um caráter político atrelado à construção histórica do grupo de afro-descendentes, numa abordagem mais ampla que os critérios de língua ou fenotípicos.

Para a autora, “as etnias afro-descendentes brasileiras são, então, demarcadas pelas raízes históricas sócio-culturais e políticas que marcam a formação populacional brasileira no contexto do escravismo e do racismo” (2003, p.86).

Segundo Guimarães (1999), apud Lima (2003), a raça “é um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais”.

Lima reconhece a contribuição que a categoria raça trouxe para os estudos sobre afro-descendência, porém opta em seu estudo pela categoria etnia, por entender que o foco de sua pesquisa está na “cultura ampla, transcendendo a questão do combate ao racismo”.

De acordo com a autora, “essa opção busca uma inserção nas questões da base material e imaterial produzidas pelas populações” (2003, p.87).

Gomes, ao contrário de Lima, opta em sua pesquisa pela categoria raça, explicando que em seu trabalho:

Raça não é usado com um sentido reduzido e tradicional, ou seja, que os agrupamentos sociais com características biológicas semelhantes, geralmente transmitidas por hereditariedade e que são visíveis a olho nu como: a cor da pele, o tipo de cabelo, entre outros, são superiores ou inferiores entre si. Abandona-se o determinismo biológico que perpassa o termo e o redimensiona com uma perspectiva política. Entendo raça como um conceito relacional, que se constitui historicamente e culturalmente, a partir de relações concretas entre grupos sociais em cada sociedade (1995, p.49).

A autora explica ainda que a categoria raça é facilmente aplicada à sociedade

brasileira, pois o imaginário social, ao referir-se ao negro, não dispensa suas características fenotípicas.

Sendo assim, através de uma dimensão política, pode-se perceber que “a discriminação existente em nossa sociedade não é somente étnico-cultural, mas possui uma dimensão racial, porquanto os atributos físicos é que dão à pertinência racial dos indivíduos e não sua origem étnica. Como a raça é construída social e diferencialmente, nota-se que, fenotipicamente, muitos negros são considerados brancos no Brasil” (1995, p.50).

Lima (2003) cita a existência de duas categorias: a raça biológica e a raça social, sendo a raça biológica uma manipulação ideológica, eurocêntrica, criada pelas classes dominantes, migrando para a categoria raça social, sendo que ambos foram socialmente construídos, estando atrelados um ao outro.

A autora aponta que os movimentos negros vêm a problemática da discriminação racial de forma particular, não universalista, por isso apegam-se à questão da raça social, quando poderiam ter optado por abandonar o conceito de raça, sendo ela social ou biológica e “trabalhado a diferença pela teoria da dominação”.

Para Lima (2003), pensar sob a ótica da raça social negra, limita a construção de políticas públicas fora da ótica dos combates aos racismos”. Por isso, acredita que a categoria etnia é mais abrangente. “Essa abordagem atende melhor aos propósitos dos negros, devido ao maior distanciamento dos biologismos do passado (...) e por ser mais abrangente no acolhimento da diversidade das identidades afro-descendentes dos dispositivos de base africana que vieram para o Brasil” (p.87).

De acordo com Sodré (1999), o conceito de raça é inviável se aplicado a seres humanos. “Raça, que implica indivíduos com patrimônios genéticos diferentes, não existe (a menos que se fale de raça humana). Hoje começa a ter curso a expressão “espécie humana”, que é única e abrange todos os seres humanos (p.193).

Sodré afirma também que etnia ou etnizações são conceitos criados por grupos dominantes, visando controle das contradições sociais, no movimento de construção do Estado. Assim, é através da percepção que classifica, a partir das noções construídas de raça ou etnia, as diferenças fenotípicas. “Falar-se de “raça” só é admissível como noção culturalmente (e jamais biologicamente) marcada, donde a possibilidade da “relação racial”, isto é, aquela caracterizada por dissemetria nas relações hierárquicas e simbólicas entre seres humanos em virtude de diferenças fenotípicas” (1999, p.194). Desta forma, o uso da categoria raça vem de encontro ao sentido com o qual é usado por Gomes (1995) em seu estudo sobre as mulheres negras.

Para Sodré, a partir das relações hierárquicas, a raça se concretiza “no quadro das relações de dominação entre atores sociais (...) e todo racismo desenvolve-se no quadro de uma relação racial” (1999, p.194).

Gomes (1995), apesar de optar em seu trabalho pelo uso da categoria raça, não nega a contribuição que o uso da noção de grupo étnico trouxe ao questionar a tradicional noção de raça, acabando com o mito de raça superior ou inferior, porém acredita que devido ao fato do negro brasileiro possuir uma tradição étnico-cultural pelo qual sofre discriminação, a noção “redimensionada” de raça merece ser utilizada.

Munanga e Gomes (2004), alertam que o Movimento Negro no Brasil também tem optado pelo termo raça, entendendo que seu significado está relacionado às diferenças entre grupos humanos sem, no entanto, atribuir qualidades positivas ou negativas a estes, reconhecendo suas origens ancestrais e identidades próprias. O Movimento Negro alerta que este tem sido o sentido social e político que diz respeito à história da população negra no Brasil.

Além disso, esses grupos argumentam que, ao utilizarmos o conceito raça negra no Brasil, com um sentido político, conseguimos com que as pessoas, de um modo geral, entendam a que segmento da população estamos nos referindo. Denunciamos o racismo, alertando a todos para o fato de que aqueles classificados como negros (pretos, pardos, morenos e mulatos) estão expostos a condições de vida, educacionais e salariais extremamente desiguais quando comparados ao segmento branco da população brasileira (MUNANGA e GOMES, 2004, p.175).

Como alertam os líderes do Movimento Negro, o preconceito no Brasil está intimamente atrelado aos traços físicos da pessoa e a discriminação cultural vem junto com a discriminação física, menosprezando tudo que é proveniente dos negros. O Movimento acredita que pouco adiantaria lutar contra o racismo, negando as diferenças físicas existentes entre as diversas pessoas. Assim, optam em utilizar o termo raça, sem necessariamente negar a necessidade da utilização do termo etnia, porém com sua devida diferenciação, ou seja, com a intenção de demonstrar que os indivíduos não nascem com “marcas” herdadas de seus pais ou ancestrais, mas que as características de cada grupo são construídas, por processos históricos e culturais.

Gênero – Conforme Pedro (1994), gênero é uma categoria de análise histórica que amplia o conceito de papéis sociais, precisando a idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres. É relacional. O conceito de gênero possibilita a compreensão de que não

são as características sexuais que irão determinar o que é masculino ou feminino e sim as relações sociais, as características de uma determinada sociedade, de um determinado momento histórico. As questões referentes aos papéis desempenhados por homens e mulheres estão enraizadas em relações de poder e dominação que se apropriam de caracteres físicos para apontar o que é ‘função’ dos homens ou das mulheres.

Louro indica que:

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social (1997, p. 20-21).

Portanto, é preciso demonstrar que não são as características sexuais e sim o que se fala sobre elas, o que se constrói sobre elas que irá determinar o que é feminino ou masculino. Compreender a relação entre homens e mulheres em uma sociedade, implica em observar e entender o que se construiu sobre os sexos, o caráter das distinções baseadas em sexo. Implica em compreender, segundo Louro (1997), a forma como as características sexuais são representadas, como são inseridas nas práticas sociais e conseqüentemente tornadas parte do processo histórico.

Não se trata de negar que o gênero se constitui em corpos sexuados. A biologia não é negada, porém, enfatiza-se a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. O conceito de gênero busca se referir à forma como as características sexuais são compreendidas, como são levadas às práticas sociais e conseqüentemente, tornadas parte do processo histórico.

Assim, pretende-se trazer o debate para o campo social, pois é nele que se produzem as relações entre os sujeitos. Ressalta-se que as justificativas e soluções para as desigualdades devem ser buscadas não nas diferenças biológicas e sim nas relações sociais, na história.

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando (...). Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p.23).

O conceito de gênero apesar de ser relacional, não deve no entanto ser entendido

como construção de papéis masculinos e femininos. Essas construções não passam de imposições sociais, regras que a sociedade estabelece quase sempre de maneira arbitrária, com a intenção de direcionar comportamentos e ideologias. O gênero deve ser entendido como algo que faz parte da construção da identidade de sujeitos.

O presente estudo objetiva, entre outros fatores, demonstrar o quanto a discriminação de gênero associada à questão racial tem influenciado na inserção ocupacional de mulheres negras em Joinville.

3.3 Apresentando as trajetórias

Ao apresentarmos as trajetórias das mulheres entrevistadas, tomamos o cuidado de mudarmos os respectivos nomes. Escolhemos alguns pseudônimos para identificá-las. No momento da escolha, a exemplo de Santana (2004), optamos por nomes de algumas negras que se destacaram na história do povo negro no Brasil, como uma forma de homenageá-las, já que muitas delas são desconhecidas da maioria da população brasileira, principalmente a catarinense, e também devido a pouca atenção dada à memória destas personagens.

Por conta da riqueza dos depoimentos e para não correremos o risco de omitir alguma informação ou de fazer recortes que fragmentem os depoimentos, transcrevemos as entrevistas na sua totalidade, fazendo apenas alguns recortes quando as falas saíam um pouco do eixo delimitado pela pesquisa. As entrevistadas são mulheres na faixa etária de 29 a 53 anos. As ocupações são de técnicas de enfermagem, professoras e serventes, algumas concursadas e outras admitidas em caráter temporário (ACT). Em relação à escolaridade, varia entre o ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação.

Todas se auto-identificam como negras e fazem referência ao baixo nível de escolaridade de seus pais, o que muitas vezes as motivou no prosseguimento dos estudos, objetivando melhores condições de vida.

A história de Anastácia

Anastácia tem 40 anos e é natural de Joinville. Filha de pais negros, a mãe foi costureira durante muitos anos e o pai era ferroviário. Atua como professora no CEI Nossa Senhora Aparecida há doze anos. Divorciada, possui dois filhos e cursa Pedagogia à distância, pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. No Ensino Médio, fez magistério e começou a atuar como professora não por vocação, mas por necessidade. Anastácia mora no Km 4 e trabalha no bairro Profipo, bairro próximo da sua casa. Utiliza apenas um ônibus para ir e outro para voltar. Sua maior angústia é trabalhar como ACT (admitida em caráter temporário), sem estabilidade.

Vejamos sua trajetória:

“Na verdade eu não escolhi a área da educação. Precisava trabalhar e na época foi o que surgiu. Quando optei pelo magistério não tinha muita certeza se eu queria dar aula. Depois precisei interromper o estudo porque engravidei, aos 16 anos e me casei. Quando estava casada fiz várias tentativas de voltar a estudar, mas não consegui. Só depois de divorciada é que pude retomar os estudos. Voltei a fazer magistério e fiz um curso adicional para trabalhar com a educação infantil. Foi neste período que uma amiga me indicou para trabalhar aqui no CEI, como auxiliar de professora. Depois de um tempo, passei de auxiliar para professora. Hoje não têm mais auxiliares na unidade, só professoras. As auxiliares foram dispensadas. E nessa história toda, estou aqui há 12 anos.

Apesar do tempo de serviço na mesma unidade, não tenho estabilidade. Todo final de ano é uma angústia, porque a vaga vai para a escolha, na Secretaria de Educação do Estado, e a gente corre o risco de não conseguir emprego ou então, de não voltar para o mesmo local de trabalho.

Tinha uma época que estas vagas não iam para a escolha. A diretora só mandava se tivesse vaga sobrando. Mas como a política muda todo ano, nunca se sabe o que vai acontecer.

Antes de ingressar no magistério tive uma breve experiência como atendente em uma lotérica, em Curitiba. Mas não era registrada na carteira. Ganhava por fora. Foi quando descobri que estava grávida e meu marido me mandou parar de trabalhar.

Minha mãe estudou só até a quarta série. Trabalhou muito tempo como costureira em uma fábrica da cidade. Meu pai era ferroviário e também só havia estudado até a quarta-série. A mãe sempre me incentivou a estudar, embora dissesse que negro não servia para determinadas profissões, principalmente as de maior prestígio. Mas acreditava que professor

nós poderíamos ser.

Uma vez fiz concurso para professor de 1ª a 4ª série, na Rede Municipal de Ensino. Passei, mas quando fui chamada para assumir a vaga, não quis. Fiquei com medo. Todo mundo dizia que o município era muito rigoroso e eu fiquei insegura. Achei que não iria me adaptar. Hoje me arrependo. Teria estabilidade e agora que estou terminando a faculdade, passaria a ganhar mais. Quando tiver concurso, farei novamente. Pelo menos é uma coisa garantida.

Quando comecei trabalhar aqui no CEI, sofri um pouco de discriminação, principalmente por parte das crianças. Me chamavam de negra, de gorda. Fiquei bem assustada, não tinha experiência nenhuma. A diretora precisou interferir algumas vezes. Depois eles foram se acostumando. Agora me sinto muito bem aqui. Somos uma família.

Quando fui fazer faculdade, senti muita dificuldade, principalmente com as provas. Como o curso é à distância, as respostas das provas precisam ser muito bem elaboradas e eu estava há um bom tempo sem estudar.

Em relação à questão financeira não tive muito problema porque o curso é financiado pelo governo do estado. É específico para professores da rede estadual. Quando começamos, pagávamos R\$ 120,00 por mês, porque ocupávamos uma sala da UNIVILLE, uma vez por semana. Depois, quando passamos para o prédio da UDESC, não pagamos mais nada. O fato de precisarmos ir só uma vez por semana facilita bastante. Dá para estudar e ainda dar uma atenção para a família.

Acho que há muitas mulheres negras na educação e na saúde por conta do nosso passado. A escravidão ainda está muito presente entre nós. O negro não acredita que pode fazer algo diferente. Acredito que tem medo e além do mais, as oportunidades não são iguais. Pra gente é tudo mais difícil.

Eu não me imagino fazendo outra coisa que não seja dar aula. Acho que só tenho jeito pra isso”.

A história de Chica da Silva

Chica da Silva é natural de Joinville, solteira e moradora do bairro Floresta. Aos 41 anos iniciou agora a Faculdade de Pedagogia à distância. A instituição frequentada por ela chama-se FACINTER (Faculdade Internacional de Joinville) e o curso é semi-presencial. Não era a opção que mais lhe agradara, tendo em vista que havia passado em outro vestibular para cursar o Normal Superior em uma faculdade onde o curso é presencial,

porém foi a que suas condições econômicas possibilitaram. Chica é professora ACT. Como a grande maioria que se encontra nesta situação, sonha terminar a faculdade e se efetivar por meio de concurso público. Quer ter uma vida mais estável e conseqüentemente, proporcionar mais conforto para seus filhos. Hoje atua como professora de educação infantil no CEI Nossa Senhora Aparecida.

Sua trajetória rumo à inserção ocupacional aconteceu da seguinte forma:

“Antes de entrar para o magistério tive várias outras ocupações. Trabalhei como dama de companhia, como costureira em fábrica, fui líder de setor, doméstica. Nunca fiquei muito tempo desempregada, mas os empregos eram sempre assim, ou na fábrica ou como doméstica.

Minha mãe dizia que eu devia ser professora. Desde pequena eu cuidava dos filhos dos vizinhos, quando eles precisavam sair ou ir trabalhar. Mas eu não queria ser professora. Como não tive outras oportunidades, fui fazer magistério. Era isso ou a fábrica.

Comecei a lecionar, mas sempre como contratada. Nunca passei em concurso. Trabalhei neste CEI por três anos, depois fui para outras escolas porque não consegui voltar pra mesma vaga. Agora já estou aqui há quatro anos. Sempre como ACT, o que é muito ruim. A gente nunca sabe se vai ter vaga no ano seguinte. Não dá pra fazer planos nem assumir compromissos. Esta insegurança deixa a gente depressiva.

Minha mãe também é professora, aposentada. Mas começou como doméstica. Teve que lutar muito para conseguir estudar. Já meu pai só fez as séries iniciais. Sempre trabalhou em fábricas, na produção.

Hoje eu faço faculdade. Faço pedagogia à distância, na Faculdade Internacional de Joinville - FACINTER. A gente tem aula uma vez por semana. Também fiz vestibular no Instituto de Ensino Superior de Joinville – IESVILLE, onde passei. Lá as aulas são presenciais, mas optei pela FACINTER. É mais em conta. A outra faculdade é muito cara. Fui conquistando tudo com muita dificuldade, porque a gente não tem só o estudo para dar conta. Tem outras coisas. É comida, ônibus, luz, água, roupa. Eu tenho dois filhos pra dar de comer. A minha filha faz curso técnico de enfermagem e a mensalidade já é bem cara. Imagina se ela fizesse a graduação em enfermagem. O curso é integral e a mensalidade é altíssima. Eu não teria condições de pagar.

Por isso que eu acho que a questão da concentração de negras na educação e na saúde tem a ver com a questão financeira. O poder aquisitivo dos negros é muito baixo, o que influencia muito na hora de escolher uma profissão. A gente não tem condições de frequentar outros cursos.

Chega uma hora que você tem que optar. Não é fácil cursar o ensino superior. Isso é para quem não tem outros compromissos, porque dispor de trezentos ou quatrocentos reais por mês não é pra qualquer um. Faz falta! Eu dou graças a Deus que estou conseguindo terminar. Estou no segundo ano. É um sonho que estou realizando.

Acho uma pena ter tão poucos negros no ensino superior. E não é por falta de competência e sim de oportunidade, de dinheiro. Com a renda que se ganha fica quase impossível fazer faculdade. As pessoas acham que negro só serve para ser pagodeiro ou jogador de futebol e nós sabemos que tem tanto negro inteligente, com condições de estar assumindo bons postos de trabalho. Eu nunca sofri situações de preconceito, assim, abertamente. Pelo menos não me lembro. Mas não há dúvidas que para os negros tudo é mais difícil. Só que não podemos nos acomodar por causa disso. Temos que continuar lutando.

Antigamente eu tinha vergonha de falar sobre os negros, sobre as questões da raça, do que a gente gosta ou deixa de gostar. Agora não tenho mais! Falo abertamente. Acho que não temos que ficar nos escondendo”.

A história de Clementina de Jesus

Clementina de Jesus tem 29 anos, é casada e tem uma filha. É moradora do bairro Aventureiro, na zona leste de Joinville. No ensino médio, cursou magistério. Hoje, trabalha na zona sul e toma quatro ônibus diariamente para poder chegar no CEI Nossa Senhora Aparecida, onde trabalha como professora de educação infantil e mais quatro para voltar. Apesar de admitir ser cansativo, não reclama da distância. Está muito feliz por ter conseguido esta vaga, pois passou muito tempo desempregada, sem conseguir aula na rede pública. Assim, teve que optar muitas vezes por “escolinhas” de fundo de quintal, sem registro em carteira e conseqüentemente, sem contribuir com a previdência. Sua situação como funcionária pública não é das melhores. É admitida em caráter temporário (ACT) e como as demais, não sabe se conseguirá trabalhar no próximo ano. Mas alimenta um sonho de concluir a faculdade (Pedagogia à distância, pela UDESC) e passar em um concurso público. Mas admite que se para sobreviver precisar voltar a ser doméstica, fará sem nenhum problema.

Vejamos alguns elementos de sua trajetória:

“Este é o primeiro ano que trabalho neste CEI. Adoro o ambiente, os colegas de trabalho, as crianças. Mas te confesso que não é fácil. Moro no Aventureiro, zona norte e venho trabalhar na zona sul. Tomo quatro ônibus para vir e quatro para voltar. Não consegui vaga em uma escola mais próxima da minha casa. Já havia trabalhado anteriormente de 1ª a

4ª série no estado, mas de uns anos pra cá não tinha mais conseguido vaga. Quando trabalhei era sempre como substituta. Não era uma vaga propriamente dita o que dificultou bastante o meu regresso. Já faz três anos que trabalho com a educação infantil. Foi minha opção. No entanto, sempre em colégios particulares ou creches domiciliares. Como não conseguia vaga na rede pública, tinha que trabalhar na particular que, em se tratando de educação infantil, paga menos e às vezes nem registra a gente.

Aqui no CEI sou ACT. Já estou com aquela expectativa em relação ao ano que vem, porque não dá pra saber se vou ter emprego ou não. Tenho medo, porque fiquei muito tempo sem conseguir aula no estado Fazia inscrição para aulas excedentes e nunca era chamada. Ia lá, telefonava e nada. Sem contar que já fiz vários concursos e nunca consegui passar. Mas vou continuar tentando. Parece que no final do ano vai ter concurso para o município. Também vou tentar em Araquari¹⁶. Se der certo eu vou, não importa a distância.

Quando eu comecei a trabalhar, foi como doméstica. Depois como babá. E assim fui seguindo, até conseguir entrar para educação. Foi uma luta e ainda está sendo. Nós negros sempre temos que lutar muito para conseguirmos o nosso espaço, o nosso trabalho. A cor da pele ainda é motivo de impedimento pra gente alcançar certos postos de trabalho. Ainda existe muito preconceito.

No período em que trabalhei de 1ª a 4ª série senti a discriminação bem de perto. A diretora parecia que não gostava muito da gente. Não sei te dizer por que, mas a gente sabe quando não é bem vinda. Já com os alunos corria tudo bem. Aqui no CEI nunca sofri nenhum tipo de discriminação.

Minha mãe tem faculdade e pós-graduação. É professora, mas começou como doméstica. Deu um duro danado para conseguir ingressar na carreira do magistério. Acho que estou seguindo seus passos. Meu pai trabalhou na Tupy e lá se aposentou. Fez até a segunda série e não estudou mais. Minha mãe sempre incentivou, mas ele não quis.

Se fosse para eu trabalhar em outra área, gostaria de ser terapeuta ocupacional. Quero terminar a faculdade e fazer pós-graduação. Mas um dia irei fazer terapia ocupacional.

Hoje é tudo muito sacrificado para mim. Às vezes eu desanimo e dá vontade de jogar tudo pro alto. Este ano fiquei até surpresa quando o estado me chamou pra dar aula, porque a última vez que havia dado aula na rede estadual foi há três anos. Também estava preocupada com a faculdade, porque quando eu comecei, trabalhava no estado, só que no

¹⁶ Município próximo à Joinville.

ano seguinte não consegui mais vaga. Não sabia o que ia fazer, porque a Faculdade é paga pelo governo e eu não estava mais na rede. Mesmo assim, continuei. Até agora não aconteceu nada. Mas já ouvi dizer que eles vão chamar as pessoas que não pagaram e aí, não sei onde vou arrumar dinheiro. É meu último ano. Só falta a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Meu marido trabalha na produção da Tupy. Ganha muito pouco. O serviço é pesado, sujo. Adora quando a empresa pede “serão”, para poder ganhar um dinheirinho a mais. Temos uma filha de nove anos para criar.

Acho que as mulheres negras atuam na educação e na saúde porque essas são as oportunidades que nos são dadas e também por afinidade. Mas não podemos nos acomodar e ficar lamentando. Temos que correr atrás. Eu se precisar trabalhar na limpeza novamente, eu vou. Fazer o quê? Preciso criar a minha filha. Não posso desistir. O negro tem que lutar muito para ter uma vida melhor. Mas eu adoro o que faço”.

A história de Dandara

Dandara é natural de Siderópolis, mas mora em Joinville há mais de 40 anos. Tem 52 anos, é casada e mãe de 3 filhos. Atua como técnica em enfermagem na maternidade Darci Vargas, vaga que conquistou por meio de concurso público. Grande defensora da causa do negro em Joinville, já sofreu na pele os mais variados tipos de discriminações. Uma das formas encontradas para lutar por uma maior valorização do negro na cidade e mostrar que o mesmo também tem competência foi o engajamento no meio político. Por convite de um vereador, filiou-se a um determinado partido e trabalhou durante anos como secretária do mesmo, fazendo várias articulações com outras instituições da cidade, promovendo fóruns, debates, eventos culturais que envolviam as relações raciais em Joinville. Acredita que o negro, apesar de todas as dificuldades, não deve desanimar. Deve continuar lutando e tendo orgulho da sua cor, da sua contribuição na construção do país. Por coincidência, a rua onde reside chama-se Martin Luther King, personagem do qual ela muito se orgulha, assim como a maioria dos negros do Brasil e do Mundo. Por opção da mesma, a entrevista aconteceu na sua residência. Ela achou mais conveniente e assim não seríamos interrompidas. Vejamos como foi sua trajetória ocupacional:

“Foram tantas mudanças, tantos questionamentos em minha vida. Meu primeiro emprego foi como babá. Durante cinco anos trabalhei como babá. Aí um dia eu me perguntei: - Mas é isso que eu sempre vou ser? Vou ser só babá? Sempre vou cuidar do filho

do branco? Está na hora de mudar!

Então, disse para minha mãe que não queria mais ser babá. Ela não concordou. Disse que a gente sempre foi babá e empregada doméstica. Que a gente nunca ia ter chance de fazer outra coisa. Aí eu disse a ela: - Não, eu vou dar a minha chance!

Minha mãe era semi-analfabeta e o meu pai também, assim como minha avó. Minha mãe trabalhou anos como empregada doméstica e depois de algum tempo passou a trabalhar na Cônsul, como auxiliar de expedição.

Quando concluí o antigo ginásio, novamente disse a minha mãe que eu iria dar aula. Sabe o que ela me respondeu? – Meu Deus! Isso não tem lógica. Teu pai não vai gostar, porque negro não tem esse tipo de profissão!

Mas eu fui. Fui para Curitiba, a convite de uma diretora, dar aula no MOBREAL. Fiquei por um tempo. Depois decidi voltar e mudar a minha vida. Fui fazer o curso Normal, antigo magistério, e fui trabalhar na empresa Tupy.

Neste período, procurei emprego em diversas repartições, mas não conseguia. Fiz concurso para a receita federal, passei em primeiro lugar e quando fui chamada para assumir a vaga, me disseram que não precisavam mais, que ficaria para uma outra época. Só que nunca mais fui chamada. Na época eu não tinha consciência, mas hoje vejo que não fui chamada porque sou negra.

Também prestei concurso para o SINE, que estava começando em Joinville. Passei no concurso e posteriormente fui entrevistada pelo gerente. Este pediu que eu retornasse na segunda-feira para assumir a vaga. Quando cheguei, havia outra pessoa em meu lugar, uma pessoa branca. Só disseram que a minha vaga já havia sido preenchida.

Aí comecei a me revoltar. –Tem algo errado aí! Eu não queria mais ser babá, nem doméstica, porém não via outra saída. Foi quando comecei a pensar em trabalhar na área de saúde.

Antes de ingressar na saúde, dei aula em Itapocú (cidadezinha próxima à Barra Velha). No terceiro dia que estava em sala de aula o diretor chegou e me disse o seguinte:

- A senhora não pode mais dar aula. Precisamos de alguém com mais experiência!

E o pior é que eu acreditei! Depois descobri que a pessoa que havia assumido a turma não tinha nem o antigo ginásio. Porém, era branca. Aí comecei a entender que tudo isso estava acontecendo comigo porque eu era negra. Que isso era discriminação.

Mas entendia que ficar chorando pelos cantos não ia resolver minha situação. Então decidi ingressar na área da saúde. Foi nesta época que me casei e entrei na Empresa Tupy, como auxiliar de produção. Fiquei lá seis meses e saí. Não tinha vocação. Quando meu

segundo filho nasceu, fomos morar em Tubarão.

Lá, percebi que, no bairro onde eu morava, a maioria das pessoas era negra, e as mulheres, ou atuavam como empregadas domésticas ou como lavadeiras.

Pensei: - Eu é que não vou ser empregada. Nem lavadeira. Peguei meus filhos e voltei para Joinville. Disse pro meu marido: - Estou indo! Se tu quiseres, vem junto porque as nossas crianças não vão ficar neste mundo pequeno. Eles vão estudar e eu vou trabalhar.

Em Joinville, consegui uma vaga no Hospital São José, não por concurso, mas por contrato. Era atendente de enfermagem. Aí, descobri que podia ser mais. Fiz o curso de auxiliar de enfermagem e gradativamente fui subindo de posto e cheguei a ser enfermeira auxiliar III, nomenclatura usada para a chefia das auxiliares de enfermagem. Fiquei lá por 10 anos, sempre achando que eu podia ser mais.

Perdi meu filho mais velho, fiquei um ano em casa e depois decidi voltar a trabalhar. Fui para Prefeitura, como auxiliar de enfermagem. Mas aí resolvi fazer o curso técnico de enfermagem.

Ingressei na Maternidade Darci Vargas, que é estadual, por meio de concurso. Consegui ser chefe de um dos setores da maternidade, mas tive muita dificuldade porque as pessoas não me aceitavam. Não aceitavam uma negra em cargo de chefia. Esse preconceito era aberto. Diziam que eu não passava de uma “tecnicazinha”. Isso tudo só me fez ver que nós negros tínhamos que fazer o melhor possível dentro da nossa profissão.

Fiquei nove anos como líder do setor e aí resolvi entregar o cargo. Achei que já tinha cumprido a minha meta, que era a de mostrar que o negro também tem capacidade.

Se ficarmos sentados, lamentando nosso passado e não avançarmos, vai repetir sempre a mesma história. Os negros nasceram predestinados a ser serviçais. Mas podemos mudar esta história. Minhas filhas, com 16 anos, também queriam ser babás. Eu não deixei.

Minha avó foi escrava, embora tenha negado este fato até o dia de sua morte. Mas ela era filha legítima de escravos. Nasceu dois anos antes da abolição, em Criciúma. Meu pai e minha avó tinham verdadeira idolatria pelos brancos. Não gostavam de negros. Acho que queriam apagar o passado de sofrimento.

Quando entrei na Maternidade, fiz concurso para me firmar. O negro concursado não tem como ser retirado do posto de trabalho. E eu já não era mais tão ingênua como em tempos atrás, que fiz dois concursos e não ingressei.

Acho que ainda encontramos muitas negras atuando na educação e na saúde porque ainda não abortamos aquela coisa de ser “ama”. Inconscientemente ainda somos ama. Quando sou professor, ainda cuido do filho do branco. Parece uma necessidade. Está

enraizado na gente. Também é a oportunidade mais digna que o negro tem para fazer o seu trabalho, porque eu só posso ser aprovada em um concurso se eu tiver capacidade. Enquanto é só um contrato, ainda sou desvalorizada.

Como todas as dificuldades que passei, mesmo assim adoro ser negra. Tenho orgulho da minha raça. Ainda sonho, um dia, fazer faculdade de Psicologia”.

A história de Aqualtune

Aqualtune tem 34 anos, é natural de Joinville, casada, tem três filhos e é moradora do bairro Petrópolis. Hoje, atua como técnica em enfermagem no Posto Municipal Floresta, mas já lecionou antes. Saiu da educação por questões financeiras. Na época a área da saúde, na função de oficial administrativo, pagava mais. Hoje é concursada pelo município de Joinville. Faz faculdade de Pedagogia, mas sonha em concluir a graduação em Enfermagem, curso que teve de desistir por não conseguir mais arcar com as mensalidades. Acredita que Joinville é uma cidade extremamente racista e preconceituosa e que o negro para galgar ocupações de maior status e mais bem remuneradas precisa estar todos os dias mostrando que tem competência, e mesmo assim, não estará imune a situações de discriminação. Sua inserção ocupacional se deu da seguinte forma:

“Eu era professora do Estado, no ano de 1986. Ganhava bem, porém era contratada como ACT. Em 1987 houve uma queda no salário dos professores. Neste período uma amiga informou-me que havia uma vaga para oficial administrativo (cargo hoje extinto) no ambulatório do bairro Fátima. Pagavam três vezes mais do que eu ganhava como professora. Aí entrei, bem novinha, com 17 anos. Neste período também ingressei na Faculdade de Enfermagem, do Colégio Bom Jesus/Ielusc. Assim, migrei para a área da saúde a princípio por questões financeiras. Depois descobri que tinha uma enorme vocação para a enfermagem. Na Faculdade eu era a única negra na sala de aula e fiquei sendo a única por muito tempo. Na época, a mensalidade correspondia a 70% do meu salário. Acabei desistindo.

Fui muito bem recebida na área da saúde. Acho que eu já era predestinada a servir. Senti mais dificuldade de aceitação na faculdade. Imagina uma negra pobre em uma faculdade luterana/evangélica? Mas um dia pretendo terminá-la. Hoje curso a faculdade de Pedagogia, que além de também gostar muito, é mais em conta.

Meu pai é economista. Doutorando pela Universidade de Lyon, na Espanha. Minha mãe é diretora escolar, pós-graduada (especialização) em Psicopedagogia. Mas começou

como empregada doméstica e foi conquistando seu espaço. É sempre assim. O negro pobre e de cabelo duro sofre mais preconceito do que aquele que não tem os traços tão evidentes. Minha mãe é paranaense e meu pai é de Florianópolis. Eu sou a ovelha negra da família, fugi de casa para casar e porque queria ter minha independência.

No posto de saúde nunca sofri preconceito por parte da comunidade, mas sim dos próprios funcionários. Existe uma diferença no tratamento dado a brancos e negros. Os primeiros possuem mais regalias. A cobrança pelo bom desempenho na função também é maior para os negros. A conduta é diferenciada. É um racismo velado. Não é aberto. Abertamente eles não fazem nada, porque sabem que dá processo.

Acho que ficam de olho em mim porque sou uma boa profissional. As serventes negras são mais bem tratadas porque não representam ameaça. Eles acham que elas são umas coitadas, ignorantes. As “tias” da limpeza.

O negro sempre tem que se “esborrachar” para mostrar que tem competência. Não pode falhar. Não pode cometer erros.

Eu acho que essa grande concentração de negras na educação e na saúde é por conta da servidão, ainda presente no inconsciente do negro. Se pensarmos no significado das palavras, veremos que, por exemplo, o significado de pedagogia é “aquele que guia”. Guia quem, no nosso caso? O filho do branco. O servo que guia as crianças.

O negro em seu passado cresceu limpando escarro e “bunda” de criança, além do cuidado com os adultos enfermos. Isso é histórico. Era o serviço que o branco não queria fazer. É cultural. Mas graças a Deus que tem a saúde e a educação, porque senão, onde estariam os negros? O que seria do negro se não fosse o concurso público?

Estou na enfermagem e gosto muito do que faço, mas quero voltar para educação. Na saúde a gente tem que competir com os médicos. Acho que a ascensão na educação é mais fácil”.

A história de Laudelina de Campos Mello

Laudelina tem 53 anos. Moradora do bairro Paranaguamirim, é casada e mãe de 3 filhos. Fez concurso, foi aprovada e atua como servente no Posto Municipal Itaum. Mas, antes desta ocupação, teve várias outras, desde empregada doméstica até o serviço na fábrica, onde foi vítima de grande discriminação. Apesar de ter concluído recentemente o Ensino Fundamental e de saber que, para concluir o Ensino Médio não vai ser fácil, porque além das dificuldades financeiras e da distância para chegar à escola, acredita que a idade

está pesando, mesmo assim, alimenta o sonho de ser juíza. Laudelina é mais uma entre tantas outras mulheres negras que não optaram por trabalhar na área da saúde. Esta foi a vaga que conseguiu e, por questão de sobrevivência e segurança, aceitou o desafio. Sua história aconteceu da seguinte forma:

“Na verdade, eu não optei pela área da saúde. Não procurei por esta área. É que eu fiz um concurso para servente e eles me colocaram aqui. As primeiras vagas que saíram foram para a saúde. A gente não teve opção. Mas eu tive outros trabalhos antes deste.

O primeiro emprego que eu tive foi numa fábrica, como auxiliar de produção. Fiquei três meses e me mandaram embora. Até hoje não sei o motivo. Fiquei mais de um ano sem trabalhar. Era bem difícil conseguir emprego em Joinville.

Acho que eu não conseguia porque eu era sem “cabeça”. Não sabia procurar, nem falar com as pessoas e nem com quem falar, bem como onde ficavam as fábricas. Achava que era um milagre eu conseguir um emprego por causa da minha cor. Às vezes nem ia procurar, de medo.

Uma vez um namorado me indicou para trabalhar em uma indústria de plásticos, como servente. Também trabalhei três meses e fui dispensada. O maior tempo que fiquei em uma empresa foi um ano e meio, como auxiliar de produção.

Trabalhei na Cònsul e lá eles só pegavam negros para trabalhar no setor de lã de vidro. Aquela lã que vai por dentro da geladeira. Diziam que só negro servia para aquele setor, porque a pele era mais resistente ao pó de vidro que a lã soltava. Dava alergia nas pessoas. Eles diziam que no branco a lã dava ferida e no negro só coçava.

Consegui ficar cinco meses neste setor. Eu não tinha ferida, mas coçava demais. A lã de vidro cortava a pele, embora eu trabalhasse com luva. Tive bronquite. Me mudaram de setor, mas logo depois fui demitida porque faltava constantemente, ora por problemas de saúde, ora pelos filhos que eram pequenos.

Sentia muita discriminação quando ia procurar emprego. Até conseguir a vaga era bem difícil. Depois que estava empregada até que não era muito. Mas até conseguir...

Aqui no posto todo mundo me trata bem. Estou há 12 anos. Mesmo assim, sinto uma certa discriminação no ar, no olhar das pessoas. Mas trabalho bem. Não tenho problemas. Em um outro posto que eu estava a coisa era pior. Tinha uma chefe que não gostava de negros. Vivia dizendo que o meu serviço não prestava. Falava abertamente: - Sua negra! Me chamava de porca e tudo mais. Ela perseguia todo mundo, até gente branca. Mas só eu que ela chamava de porca. Acho que ela tinha problemas psicológicos. O pessoal dizia que ela tinha um tumor no cérebro.

Quando eu comecei a estudar, quando era pequena, nossa casa era bem longe da escola. Minha tia é que pagava o ônibus para mim. Quando ela não quis pagar mais eu parei de estudar. Não queria ir a pé. Aí casei, tive filhos e não estudei mais. Fui terminar o 1º grau agora há pouco tempo. Fiz por módulo, no CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos).

Queria continuar mas, estou achando muito “difícil”. Também tive muita dificuldade na matemática. É muito chato estudar matemática. Eu também fico com dor de cabeça. Tenho que trabalhar aqui, trabalhar em casa e já estou com essa idade! Não tenho mais idade pra estudo. Além do mais, lá perto de casa não tem Ensino Médio. Teria que gastar com ônibus e não tenho dinheiro pra isso. Meus pais nunca estudaram. Nem meu pai nem minha mãe. Sei que eu me aposentaria melhor se voltasse a estudar. Mas se eu pudesse voltar a estudar, queria ser juíza”.

A história de Luísa Mahin

Luísa Mahin foi a única professora concursada entrevistada da área da educação. Ela trabalha nas duas redes públicas da cidade, a municipal e a estadual. De manhã, trabalha com uma segunda série do ensino fundamental em uma escola do município. À tarde, trabalha no CEI Raio de Sol, local onde nos recebeu para entrevista. Das candidatas é a que se apresenta em situação mais confortável, em termos de estabilidade. Porém, alega que começou a trabalhar bem cedo, aos 14 anos, como estagiária em uma escola. Natural de Mafra, afirma que seus pais praticamente não estudaram, fizeram apenas o curso primário. Seu pai era ferroviário e a mãe dona-de-casa. Optou pelo magistério por influência da irmã, que também era professora. Apesar de ter iniciado a faculdade aos 16 anos, trabalhava durante o dia todo para poder pagar as mensalidades do curso de Pedagogia. O curso foi todo presencial. Anos mais tarde, fez pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais. Luísa está com 39 anos já atua há 23 anos no magistério. É casada e tem 3 filhos. Seu marido atua no comércio. Sua inserção ocupacional aconteceu da seguinte forma:

“Para mim, foi meio complicado esta coisa de fazer segundo grau, sabe? A gente não sabe muito bem que formação vai ter. Meus pais não tinham muitos recursos e eu acabei imitando a minha irmã. Eu a tinha como referência na minha vida e ela era professora. Assim, fui fazer magistério. Sou de Mafra, vim com 16 anos para Joinville e já entrei na faculdade. Nesta época comecei a trabalhar na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. O trabalho nessa instituição marcou muito a minha vida. Fiquei lá por três anos, de 1984 a 1987. Até hoje eu consigo lembrar o nome dos alunos da época.

Trabalhar lá é uma lição de vida. Muda totalmente o modo de pensar, tu vê o mundo com outros olhos. Eu só saí da APAE por causa do salário. Era contratada pelo Estado e o salário era muito baixo. Resolvi fazer processo seletivo para trabalhar na Fundação Educacional de Santa Catarina – FESC, hoje extinta. Como o salário era bom e eu morava sozinha aqui em Joinville, optei pela razão e não pelo coração. A necessidade falou mais alto e lá fui eu, trabalhar na parte administrativa da instituição.

Aqui no CEI sou concursada pelo Estado. Na verdade não foi bem um concurso. Quando a FESC fechou, o estado absorveu os funcionários da instituição e nos efetivou automaticamente. Aí vim para cá, como coordenadora adjunta. Depois assumi a coordenação geral. Diretamente, nunca senti discriminação. Fui coordenadora durante muitos anos, mas nunca soube o que é ser discriminada pela minha cor. Nem na Faculdade.

Se não fosse professora, não sei o que seria. Às vezes tenho vontade de abrir um negócio próprio, galgar outras coisas, pois já estou há muito tempo no magistério. Já estou velha para educação infantil. Não tenho o mesmo pique. Queria fazer alguma coisa pra mim. Ter um negócio meu, onde eu tivesse um horário flexível e pudesse dar mais atenção a minha família. Eu acho que professor se doa muito para escola, para os alunos e sobra pouco tempo para si, para família, para o lazer.

Meus pais fizeram só o curso primário. Apesar da pouca instrução, eram pessoas muito politizadas, sábias, mas não tiveram condição de oferecer um bom estudo para seus filhos, embora sempre nos incentivassem a estudar. Eu acredito que para você ocupar melhores postos de trabalho, também precisa ter uma formação melhor. Eu comecei a trabalhar com 14 anos. Era estagiária. Aos 16 eu tinha carteira assinada. Mas era muito cedo, eu deveria estar só estudando nesta época. Só fiz faculdade porque trabalhava para pagar e porque o curso de Pedagogia era um dos mais baratos da instituição.

Acredito que o negro, atuando na educação e na saúde, tem oportunidade de estar trabalhando com o público, o que de certa forma é bom porque ele pode se mostrar e dizer: “Olha, eu estou aqui”. “Eu também tenho capacidade”. Agora para assumir cargos melhores fica um pouco difícil, por falta de oportunidade, eu acho. Vem aquela coisa desde os tempos dos avós, do trabalho braçal, do trabalho doméstico, não tiveram oportunidade de estudar, de conhecer coisas diferentes. Ficaram nesta vidinha e isto foi passando de geração em geração. No meu caso, por mais que meus pais quisessem que eu tivesse um futuro brilhante, não puderam me proporcionar isso.

Eu acho que aqui em Joinville as oportunidades não são iguais para negros e brancos. E eu, por mais que não tenha passado por uma situação de discriminação, acredito

que isso só não ocorreu diretamente, porque indiretamente a gente sempre ouve uma piadinha, com certeza.

Em um momento da minha vida, precisei sair da coordenação do CEI e passar a atuar como professora. Esta transição se deu da seguinte forma: o tempo em que atuei como professora foi na APAE. Depois já peguei a coordenação, aqui na instituição. Chegou um período da minha vida que comecei a me questionar se eu realmente tinha vocação para ser professora, porque o meu tempo de sala de aula havia sido muito curto. Aí resolvi prestar concurso para o município, em 1997. Fui aprovada e em 1998 ingressei como professora, em uma segunda série. Mas continuei na coordenação do CEI no período oposto. Só que chegou um momento que não deu mais para conciliar os horários. Precisei optar.

No município, trabalhava no período matutino e o coordenador precisa estar presente em período integral, ou seja, no mínimo 40 horas semanais. Então optei em continuar no CEI, mas como professora, porque os professores trabalham 30 horas semanais, das 13h às 18h. As outras 10h são para estudo e aí a gente faz à noite, duas vezes por semana.

Aqui no CEI me sinto como um patrimônio. Isso aqui é o meu xodó. Já no município acho que a gente se obriga a ter uma dupla personalidade. Nada é discutido. Tudo vem pronto, vem de cima. Aqui tudo é resolvido em conjunto. É mais democrático e o fato da maioria dos professores ser efetivos colabora muito para que a gente faça um trabalho legal. Estou muito feliz aqui”.

3.4 Aspectos comuns entre as entrevistadas

Alguns pontos analisados durante a pesquisa revelam traços semelhantes nas trajetórias das mulheres negras entrevistadas. Elencamos alguns deles:

- Todas são mulheres negras;
- Estão ocupadas em áreas da saúde e da educação;
- Possuem a mesma origem social, ou seja, são pobres;
- Seus pais possuem pouca ou nenhuma escolaridade;

- Quase todas iniciaram suas trajetórias ocupacionais como empregadas domésticas ou babás e foram galgando outras ocupações;
- Inseriram-se na área da educação e da saúde não necessariamente por opção, mas como forma de fugir de ocupações mais precárias, como a linha de produção da fábrica ou o serviço doméstico;
- São casadas e os cônjuges possuem pouca escolarização;
- Residem em Joinville.
- Todas, em algum momento de sua trajetória, sofreram discriminação racial.

Brandão alerta que, de forma geral, os negros no Brasil passam por variáveis socioeconômicas extremamente discriminatórias, que se acumulam e ocasionam um bem-estar e uma qualidade de vida inferior à dos brancos.

Trata-se aqui de uma desvantagem competitiva que é produzida e mantida pela discriminação racial. Mais especificamente os afrodescendentes em maior número proporcional que os brancos: nascem em áreas pouco desenvolvidas, se originam de famílias mais pobres, possuem dificuldade de realização escolar maiores em todos os níveis de ensino, se concentram na perspectiva ocupacional em atividades desqualificadas e de baixo rendimento (2003, p.27).

Assim, observa-se que a compreensão de questões raciais torna-se necessária para entendermos os mecanismos de produção e reprodução da pobreza e da exclusão social no Brasil. “Os níveis de segregação racial são indicadores de variáveis socioeconômicas tais como local de residência e condições de habitação, acesso ao emprego formal e informal, acesso a determinadas categorias ocupacionais, níveis educacionais, renda e mobilidade social” (BRANDÃO, 2003, p.27).

O fato de praticamente todas as mulheres entrevistadas terem iniciado no mercado de trabalho como empregadas domésticas é um aspecto analisado pelo Dieese¹⁷, em boletim publicado em novembro de 2005. De acordo com o mesmo, o número de negras com idade igual ou superior aos 10 anos de idade na PIA é muito maior do que o número de mulheres não-negras na mesma situação. Ver tabela 5.

Tabela 5 - Taxa de participação no mercado de trabalho da população negra e não-negra por sexo e cor Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 2004-2005 (em %)

¹⁷ A mulher negra no mercado metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação.

Regiões Metropolitanas	Negros			Não-negros		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	61,0%	55,0	67,7	59,2	51,6	68,1
Dist. Federal	65,0%	59,3	71,4	63,3	57,3	71,1
Porto Alegre	58,1%	52,3	64,9	57,6	49,2	66,9
Recife	51,8%	43,1	61,9	50,8	42,1	61,8
Salvador	61,5%	55,3	68,7	61,0	53,5	70,1
São Paulo	64,6%	57,6	72,3	63,0	54,0	73,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

OBS: a) Cor negra= pretos + pardos. Cor não-negra=brancos + amarelos.

b) Taxa de Participação Específica = $100 \times (\text{PEA com os atributos específicos}) / (\text{PIA correspondente})$.

c) Dados apurados entre janeiro de 2004 e setembro de 2005.

Se compararmos estes dados com a pesquisa realizada pelo Dieese referente ao biênio 2001-2002, poderemos observar que, com exceção de Recife e Salvador, a taxa de participação das mulheres negras aumentou em todas as regiões, porém não de forma significativa. Ainda assim, a questão do gênero continua persistindo quando nos referimos à maior necessidade de participação no mercado de trabalho. A participação masculina continua apresentando maiores taxas que a feminina, de maneira geral, aumentando a diferença na inserção produtiva. Tanto as mulheres brancas quanto as negras apresentam uma participação menor no mercado de trabalho, quando comparadas aos homens.

Num contexto em que o país vem enfrentando um baixo crescimento econômico, a falta de oportunidade de trabalho é sentida com mais intensidade pelas trabalhadoras negras. Mesmo na Grande Salvador, onde a maioria dos trabalhadores é negro, foi encontrada uma diferença de 14,0 pontos percentuais (p.p.) entre as taxas de desemprego, sendo 29,2% para as mulheres negras e 15,2% para os homens não-negros. Essa diferença também apareceu nas demais regiões analisadas, sendo 11,6 p.p. em São Paulo, 11,0 p.p. no Distrito Federal, 10,2 p.p. em Belo Horizonte e 9,1 p.p. em Recife.

Nas seis regiões pesquisadas, mais de um terço dos trabalhadores encontram-se em situações vulneráveis, ou seja, sem carteira assinada, trabalhadores familiares não-remunerados ou empregados domésticos. No entanto, verificamos por meio da pesquisa do Dieese que a proporção de trabalhadores negros que se encontra nesta situação é maior que a de trabalhadores não negros.

No caso das mulheres negras, é maior sua presença em ocupações vulneráveis, sendo que em Salvador, Recife e São Paulo o percentual passou os 50% das ocupações preenchidas por mulheres negras. Ressaltamos que, de acordo com o Dieese, os maiores percentuais de vulnerabilidade da mulher negra no universo dos trabalhadores ocupados é

explicado pela intensidade da presença das negras no emprego doméstico. Por ser esta uma atividade tipicamente feminina e desvalorizada, caracteriza-se por baixos salários, elevadas jornadas de trabalho e contratações ilegais, sem contribuições à previdência.

Além das situações levantadas, em todas as regiões pesquisadas os rendimentos por hora, das mulheres de forma geral, são sempre menores que o recebido pelos homens. No caso das mulheres negras, quando seus rendimentos são comparados aos dos homens não negros, fica evidente a dupla discriminação, ou seja, de raça e gênero. Em todo o universo pesquisado o rendimento hora da mulher negra corresponde a 61,2% do recebido pelos homens não-negros.

Esses índices, quando confrontados com os apurados pelo Dieese no biênio 2001-2002, revelam que praticamente não houve mudança nos últimos 3 anos no que diz respeito à situação da mulher negra no mercado de trabalho, pelo contrário, a diferença entre os rendimentos de mulheres negras e homens não-negros até aumentou. No conjunto das regiões analisadas no período 2001-2002, o ganho das negras ficou, em média, 60% mais baixo que o dos homens não-negros. Quando comparamos com os rendimentos das mulheres não-negras verificamos que as negras ganham 41,1% menos.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT, em relatório¹⁸ publicado em 2005, analisa o quanto o trabalho doméstico tem um peso quantitativo em termos do total da ocupação feminina no país. De acordo com a PNAD, 2001, ele representa 18,2% do total da ocupação feminina no Brasil. Desagregando este dado por raça ou cor, verifica-se que 23,9% das mulheres negras no Brasil são empregadas domésticas. O número de mulheres não-negras na mesma função é de 14,1%.

De acordo com resultado do estudo realizado pela OIT (2005), o trabalho doméstico tem sido a principal forma de inserção de mulheres negras no mercado de trabalho e em todas as regiões da pesquisa (Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Brasília, Porto Alegre e Recife) o peso do emprego doméstico na ocupação total das mulheres negras é pelo menos o dobro que o seu peso no total da ocupação das mulheres não-negras. No caso de Salvador, é mais que o triplo (22,1% de negras e 6,2% de não-negras). Ver tabela 6 e 7.

¹⁸ Trabalho doméstico e igualdade de gênero e raça: desafios para promover o trabalho decente no Brasil.

Tabela 6 - Distribuição das mulheres negras e não-negras segundo posição na ocupação
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – Biênio 2003-2004

Posição na Ocupação	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre	
	Negra	Não-negra	Negra	Não-negra	Negra	Não-negra
Assalariados (sem empregados domésticos)	55,3	62,7	58,5	70,6	54,7	63,5
Empregado Doméstico	24,7	12,3	24,3	12,3	32,1	13,3
Autônomo	16,1	17,4	12,5	9,9	10,9	14,1
Outros (1)	4,0	7,6	4,6	7,2	(2)	9,1
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEAD, MTE/FAT e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) empregador, trabalhador familiar e outras ocupações.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos.

Tabela 7 - Distribuição das mulheres negras e não-negras segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas – Biênio 2003-2004

Posição na Ocupação	Recife		Salvador		São Paulo	
	Negra	Não-negra	Negra	Não-negra	Negra	Não-negra
Assalariados (sem empregados domésticos)	48,9	57,7	51,0	67,1	49,8	61,1
Empregado Doméstico	22,3	1,6	22,1	6,2	29,5	13,1
Autônomo	22,8	21,7	22,4	16,9	17,8	17,7
Outros (1)	6,1	9,0	4,5	9,8	2,9	8,1
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEAD, MTE/FAT e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) empregador, trabalhador familiar e outras ocupações.

Obs.: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos.

Em relação à escolaridade, de forma geral, a maioria das trabalhadoras domésticas possui o ensino fundamental incompleto. Porém, nas regiões de Porto Alegre, Recife e São Paulo a parcela de domésticas não-negras que não terminou o ensino fundamental foi superior a de negras. No entanto, são as negras que mais se concentram nesta atividade.

Na tentativa de fugir dos índices até então apresentados é que as negras de Joinville vêm criando estratégias de inserção ocupacional, sendo que o aumento da escolaridade foi

uma das estratégias observadas em praticamente todas as mulheres entrevistadas, seguida da participação em concursos públicos, tanto para a área da educação quanto para a área da saúde.

A discriminação racial

“Trabalhei na Cônsul e lá eles só pegavam negros para trabalhar no setor de lã de vidro... Diziam que só negro servia para aquele setor, porque a pele era mais resistente ao pó de vidro que a lã soltava”.

O parágrafo acima é um trecho da trajetória ocupacional de Laudelina de Campos Mello, que na sua busca por um posto de trabalho, constantemente foi vítima de preconceito e discriminação. Situação semelhante também viveu Dandara que foi aprovada em dois concursos e nunca assumiu a vaga.

Ao longo da pesquisa verificamos que esta é uma prática comum em Joinville, uma cidade que vem ao longo dos anos tentando invisibilizar a presença dos negros e sua participação no processo de desenvolvimento do município, alegando constantemente que a quantidade de negros e negras existentes na cidade é muito pequena, justificando a ausência de um período escravista.

No entanto, as dificuldades de inserção ocupacional apresentadas por algumas mulheres negras negam tal afirmação, evidenciando que tais dificuldades são ocasionadas por problemas econômicos e sociais, comuns a diversos segmentos populacionais do país e que há também a discriminação por questões raciais.

De acordo com a pesquisa do Dieese, mesmo no setor público e com concurso, as mulheres negras apresentam-se em condições desfavoráveis quanto às possibilidades de crescimento profissional. Isto nos alerta que, além da dificuldade de inserção, também há dificuldade em galgar espaços mais bem remunerados e de maior prestígio social. No biênio 2001-2002, em Salvador, apenas 8,9% das ocupadas chegaram a postos de chefia, enquanto no caso das não-negras, o percentual foi de 26,2%. Em São Paulo essa diferença foi de 11,5%.

Como disse Dandara, a dificuldade de aceitação de negras em cargos de chefia ainda é grande. *“Não aceitavam negra em cargo de chefia. Esse preconceito era aberto. Diziam que eu não passava de uma “tecnicazinha”.*

O Dieese enfatiza que mesmo quando apresentam a mesma escolaridade das mulheres não-negras, as negras encontram-se em situação de desvantagem, revelando que a

discriminação, além do cunho social e de gênero, também é racial.

Assim, torna-se ínfima a possibilidade de uma negra galgar cargos mais elevados. Das regiões analisadas, a maior proporção de negras em cargos de chefia é o Distrito Federal (11,9%), que ironicamente também é o lugar onde há uma pequena quantidade de negras no setor público.

Praticamente todas as mulheres entrevistadas, em algum momento de sua trajetória ocupacional sofreram alguma espécie de discriminação. Estes dados refletem bem a cultura da cidade que insiste em cultivar suas “tradições” germânicas e trata os negros de forma desigual, com ocupações selecionadas, como no caso da empresa que contratava negros para trabalhar em um setor específico, por conta da suposta resistência da pele a um determinado produto.

Como afirma Brandão (2003), “há um solapamento das expectativas e anseios dos afrodescendentes, na medida em que é construído um estereótipo racial que aponta “o local adequado” para estes na sociedade” (p.27).

A alternativa encontrada por estas mulheres para tentar ter uma ocupação um pouco melhor foi a entrada no magistério ou na saúde. Como afirmou uma delas “*era o magistério ou a fábrica*”. Essa escolha não se deu por opção ou vocação, mas sim por ser uma das alternativas menos sofridas, na maioria dos casos.

Tal fato fez com que as mesmas, muitas vezes, internalizassem essas ocupações como sendo “naturais”, como herança do passado escravista. “*É a questão da servidão*”. “*O negro nasceu para servir*”. “*Ainda não abortamos aquela coisa de ser ama. Inconscientemente ainda somos ama*”. Há um certo conformismo presente na fala das entrevistadas, que parecem absorver características culturais, fortes na cidade e no país, de forma geral, como sendo naturais, apesar de lutarem constantemente contra a discriminação. Neste sentido, Brandão alerta que:

A cumulação de desigualdades socioeconômicas numa sociedade que se afirma como uma “democracia racial” tem como efeito promover uma aceitação do estereótipo por parte dos próprios afrodescendentes. Trata-se portanto de um processo no qual este grupo racial, além do enfrentamento cotidiano das práticas discriminatórias, precisa encontrar caminhos de operação frente à violência simbólica que esconde tais práticas (2003, p.27-28).

Fica evidente um reforço na imagem desfavorável dos negros na sociedade, podendo fazer com que seja construída uma imagem negativa em relação a si mesmo, impondo-se limites quanto às aspirações socioeconômicas. Também é comum que alguns

negros desconsiderem algumas situações onde a discriminação se faz presente, dando um outro tom à discriminação sofrida, mostrando o quanto é difícil aceitar que foram vítimas de racismo.

Nas entrevistas realizadas, quando questionadas se haviam ou não sofrido alguma tipo de discriminação em suas trajetórias ocupacionais, a resposta imediata era sempre negativa. Depois, iam pensando, trazendo à memória fatos marcantes de suas histórias e aos poucos as situações apareciam. Havia certo cuidado em falar destas questões. Estava notório o quanto era sofrido admitir tal realidade. Algumas precisaram passar por diversas situações de discriminação, até perceberem que não estavam conseguindo ocupação por causa da cor, como no caso de Dandara que passou em primeiro lugar em dois concursos, e nunca foi admitida. Somente depois de algum tempo, quando foi dar aula em uma cidade próxima a Joinville e acabou sendo substituída por uma pessoa com menos qualificação que ela é que percebeu que estava sendo preterida por causa de sua cor. A desculpa que haviam dado era que ela não tinha experiência. *“E o pior é que eu acreditei! Depois descobri que a pessoa que havia assumido a turma não tinha nem o antigo ginásio, porém, era branca. Aí eu comecei a entender que tudo isso estava acontecendo comigo porque eu era negra”*.

O momento deste relato foi constrangedor para a entrevistada pois toda esta situação de discriminação fazia parte da sua história, da sua vida. Era uma parte dela, um momento que ela queria apagar para sempre da sua memória.

Há também casos em que o próprio negro passa a negar que tenha passado por situações de discriminação. Não quer admitir que em algum momento da vida ele foi diminuído como pessoa por conta da sua cor. No caso da professora Luísa Mahin, que no início da entrevista afirmou nunca ter sofrido discriminação, acabou reconhecendo que sempre acontece uma piadinha ou outra, ou seja, a discriminação de forma dissimulada.

3.5 As estratégias

Algumas categorias de análise puderam ser isoladas ao apreciarmos as entrevistas realizadas. As mesmas dizem respeito à busca incessante pelo concurso público, a uma

maior e melhor escolaridade, à dificuldade de inserção ocupacional intimamente ligada a longos períodos de desemprego e quando ocupadas, à precarização dos postos de trabalho onde se inserem, além da internalização e do conformismo no que diz respeito às funções que desempenham. Este último ponto é bem nítido na fala das mesmas, que acreditam que a situação poderia ser pior, não fosse a possibilidade de inserção ocupacional via concurso público. A busca por maiores graus de escolaridade também é uma característica comum entre as mulheres entrevistadas, sendo esta vista como uma forma de ascensão ocupacional. Ressaltamos ainda as questões referentes à discriminação racial e de gênero. Assim, isolamos três estratégias utilizadas pelas mesmas para garantirem sua inserção ocupacional: o concurso público, o aumento da escolaridade e a inserção na área da saúde e da educação.

3.5.1 O concurso

Quando entrei na Maternidade, fiz concurso para me firmar. “O negro concursado não tem como ser retirado do posto de trabalho”.

A fala de Dandara expressa claramente o quanto o concurso público representa uma garantia de estabilidade no posto de trabalho ocupado. É a segurança, a certeza de que não poderão ser demitidas a qualquer momento, o que não quer dizer que por isso, terão maiores chances de conseguir posições melhores dentro da empresa em que se encontram.

Este dado vem confirmar a pesquisa do Dieese, citada em capítulos anteriores, onde fica evidente que a carreira pública se destaca como alternativa de inserção ocupacional, principalmente pelo fato do ingresso se dar por meio de concurso.

Como diz Aqualtune, técnica em enfermagem: “O que seria do negro se não fosse o concurso público?”.

Esta parece ser a alternativa perseguida por todas as entrevistadas, tanto as que atuam na área da saúde, quanto na educação. As que ainda não conseguiram aprovação nas provas revelam todo o desconforto que os contratos por tempo determinado, a dita admissão por caráter temporário (ACT) proporciona. Todas, incondicionalmente, revelam o desejo de estabilidade. O risco de não conseguir vaga no próximo ano, de não voltar pra a mesma

escola (no caso das trabalhadoras da educação), a distância da casa até o emprego, a demora no pagamento dos salários, que acontece geralmente em abril de cada ano, são alguns dos fatores mais considerados no momento de se prestar um concurso. Porém há uma outra agravante em meio a essas todas citadas: nem sempre o fato de fazer a prova é garantia de aprovação. Muitas já tentaram diversas vezes e não foram aprovadas, com exceção de Luísa, que entre as entrevistadas é a que aparece em situação mais estabilizada, justamente pelo fato de ser concursada tanto pela rede municipal, quanto pela estadual.

Interessante também é o caso de Anastácia, 40 anos, professora de educação infantil. A mesma arrepende-se de, após ter sido aprovada em um concurso da Rede Municipal de Ensino, não ter aceitado a vaga para trabalhar em uma escola da cidade. Achou que não iria atender às exigências da profissão, não iria se adaptar ao novo ambiente. A insegurança e o medo de mudar da rede estadual para a municipal pesaram naquele momento. Mas hoje, a dita “estabilidade” está fazendo falta. Revela que, apesar de trabalhar há 12 anos na mesma instituição, não tem garantia de permanência na unidade escolar. Como revela Chica: *“A gente nunca sabe se vai ter vaga no ano seguinte. Não dá para fazer plano nem assumir compromissos. Esta insegurança deixa a gente depressiva”*.

A depressão e a insegurança são resultados da falta de estabilidade e da precariedade das condições de trabalho. Todas as que trabalham como ACT não possuem registro em carteira, não têm garantia de vagas, têm o contrato interrompido em dezembro e irão receber seus salários novamente, se conseguirem aula, somente em abril, por conta da burocracia no processo de admissão dos professores estaduais.

As trabalhadoras da área da saúde, apesar de não passarem pelos mesmos problemas das que atuam na educação sob o regime de contrato temporário, também vêm o concurso como uma segurança.

Apesar disso, a pesquisa do Dieese revela que a presença de negras no serviço público ainda é pequena, quando comparada a mulheres não-negras, nas cinco regiões analisadas (São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte). Até mesmo no Distrito Federal, local que concentra a alta hierarquia da União e onde as mulheres negras absorviam, no período de 2001-2002, 22,9 % dos postos de trabalho, enquanto a proporção de não-negras era de 32,4%, a presença de negras é considerada baixa.

3.5.2 Aumento da escolaridade

Quando comecei a estudar, quando era pequena, nossa casa era bem longe da escola. Minha tia é que pagava o ônibus para mim. Quando ela não quis pagar mais eu parei de estudar. Não queria ir a pé. Aí casei, tive filhos e não estudei mais. Fui terminar o 1º grau agora, há pouco tempo. Fiz por módulo, no CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos).

O depoimento de Laudelina revela o quanto tem sido difícil buscar um grau de escolaridade mais elevado. Problemas financeiros, distância da residência à escola, entre outros aspectos, muitas vezes impedem que as mesmas prossigam seus estudos, ou faz com que muitas optem por cursos mais baratos, mesmo que estes não correspondam aos seus anseios profissionais e nem apresentem qualidade. Para todas, o aumento da escolaridade é visto como forma de galgar melhores condições de trabalho. Neste sentido, a qualidade do curso não importa, nem mesmo a área. Para elas, o que é relevante é fazer um curso superior.

Todas as mulheres entrevistadas, além de perceberem a escolaridade como forma de ascensão e possibilidade de maior segurança no emprego, tiveram ou estão tendo dificuldades financeiras para concluírem o ensino superior. Como afirma Santana, há um:

Enorme fosso existente entre os anos de escolaridade de pretos e pardos comparados com o da população branca e que, apesar de todas as mudanças ocorridas na educação ao longo dos anos, inclusive com a ampliação de vagas nas escolas públicas do ensino fundamental, para os negros chegarem a universidade eles têm de romper inúmeras barreiras que vão desde as discriminações sofridas no interior da escola, até as dificuldades materiais e financeiras para se manterem nos estudos (2004, p. 22-23).

Aqualtune precisou interromper a faculdade de enfermagem devido ao alto valor das mensalidades, além do curso ser em período integral, inviabilizando a prática de qualquer outro tipo de atividade. Como acredita na importância de um curso superior, migrou para a Pedagogia, por ser um curso mais acessível economicamente. Porém, ainda alimenta o sonho de concluir a graduação em enfermagem.

Anastácia e Clementina só estão cursando o ensino superior porque o mesmo é financiado pelo estado de Santa Catarina e porque o curso é semi-presencial, possibilitando desta forma que as mesmas conciliem atividades profissionais, acadêmicas e os afazeres do lar.

Chica, também por questões financeiras, não pode optar por um curso presencial.

Optou por uma faculdade semi-presencial que, conseqüentemente, possui mensalidades economicamente mais vantajosas, porém sem garantia de qualidade nos processos de ensino-aprendizagem.

Dandara, atuando na área da saúde, nunca conseguiu ingressar numa faculdade de enfermagem. Na cidade, só uma instituição oferece este tipo de curso. Trata-se de uma instituição particular, luterana, com um custo alto e a presença de pouquíssimos estudantes negros em todos os cursos, de forma geral. Mesmo assim tem o sonho de fazer um curso superior. Vai tentar Psicologia, curso oferecido em uma instituição também particular, mas com mensalidades mais acessíveis. Já Laudelina, apesar de só agora ter concluído o ensino fundamental, na modalidade 'Educação de Jovens e Adultos – EJA', ainda alimenta a esperança de ser juíza, mesmo sabendo que suas chances são pequenas.

A pesquisa do Dieese vem corroborar com esses dados, expondo que dificuldades no acesso à escola, bem como o ingresso precoce no mercado de trabalho, são algumas das razões do distanciamento do nível de escolaridade entre as mulheres negras e as não-negras. Essa situação acontece em praticamente todas as regiões pesquisadas, sendo que em São Paulo a diferença entre negras e não-negras ocupadas e com ensino superior é de 20,4%.

Outro dado relevante é que hoje, cada vez mais a escolaridade vem deixando de ser condição para ascensão social. As entrevistadas vem buscando por este aumento, porém, a qualidade dos cursos que correspondem as suas expectativas financeiras deixa a desejar. São geralmente cursos à distância ou semi-presenciais, com carga horária e conteúdos reduzidos e que dificilmente proporcionam uma progressão social e profissional. Como a qualidade é precária, as dificuldades encontradas no meio ocupacional as impedem muitas vezes de alcançar melhores postos de trabalho. Neste sentido, o curso superior só traz a possibilidade de concorrer a um cargo melhor no caso de participação em um concurso público, mas não consegue garantir a aprovação das mesmas, como é o caso de Clementina e Chica, que já tentaram várias vezes, mas não conseguiram aprovação. O mesmo não aconteceu com Luísa, que conseguiu fazer uma faculdade com um pouco mais de qualidade e conseqüentemente conseguiu aprovação em um concurso do município.

3.5.3 O ingresso no magistério e na saúde

Eu não queria ser professora. Como não tive outras oportunidades, fui fazer magistério. Era isso ou a fábrica.

Das entrevistas realizadas, pode-se observar que as mulheres que não ingressaram na área da saúde, optaram pelo magistério e mesmo as que estão atuando na saúde, tiveram uma passagem, mesmo que breve, na educação. Dandara deu aulas em Curitiba e Itapocu. Aqualtune era professora e só migrou para área da saúde por questões financeiras, mas ainda assim, pretende um dia voltar a dar aula.

De acordo do Gomes (1995), as mulheres negras, ao tornarem-se professoras, rompem com um espaço de subalternidade destinado aos negros no Brasil, pois passam a ocupar um lugar que embora não tenha status social, ainda é um local onde a população negra está presente em pequena quantidade. Para a autora, a “escolha” pelo magistério expressa um rompimento com a história de exclusão previamente estabelecida.

A chegada do magistério para a jovem negra é a culminação de múltiplas rupturas e afirmações: a luta pela continuidade dos estudos – um fato que até hoje se coloca como complicador na história das mulheres-; a busca por uma profissão que lhe garanta um espaço no mercado de trabalho; a perspectiva de atuar em uma profissão que lhe possibilite um outro espaço de tempo para se dedicar a outro emprego ou conciliar as atividades domésticas (GOMES, 1995, p.152).

Gomes (1995) indica que a entrada das mulheres negras no magistério culminou com um processo de democratização da educação, processo que é fruto das lutas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora no sentido de busca de uma maior inserção social, na busca pela educação e pela escola. Se analisarmos todo esse processo sócio-histórico, verificaremos que os negros estão inseridos neste movimento e que mulheres negras que até então eram analfabetas, por conta de situações sociais, políticas, econômicas e raciais, visualizam uma oportunidade de acesso à escola pública. A expansão da escola oportunizou o aumento de vagas nos cursos noturnos e profissionalizantes, onde o magistério está incluído.

Porém, a entrada da mulher negra no magistério não significou a democratização da escola e da educação para as classes populares. Quando a mulher negra entra neste campo, o magistério que antes era tido como ocupação de mulheres brancas, já está bastante

desvalorizado, com remunerações baixas. O aumento do nível de escolarização de mulheres brancas, de classe média faz com que as mesmas passassem a ocupar atividades melhores remuneradas, o que ocasionou a abertura de um espaço para quem não possuía outra perspectiva, como no caso das negras.

Assim, nota-se na fala das entrevistadas, que além do magistério propiciar certo reconhecimento social e uma melhora na condição de vida, esta trajetória geralmente é marcada por dificuldades muitas vezes decorrentes do pertencimento racial de cada uma. A fala da professora Anastácia expressa bem este problema, quando diz que as crianças riam porque ela era gorda e negra. Ou então o caso de Clementina, que sentia um tratamento diferente na escola em que lecionava, por causa de sua cor. A discriminação ainda é muito presente dentro das escolas e na maioria das vezes os professores não sabem lidar com a situação.

Outra questão bem nítida nas entrevistas é que, na maioria das vezes, a entrada no magistério não se deu por opção e sim como uma forma de fugir do emprego doméstico ou do serviço fabril. O depoimento que abre este item deixa bem claro esta condição. Chica não queria ser professora, mas não teve alternativa. Era o magistério ou a fábrica.

Neste sentido nos chama atenção o trabalho realizado por Silva (2000). A autora em sua tese de doutorado fez uma análise das trajetórias escolares de mulheres negras na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, no sentido de perceber as representações sobre os negros na escola. Em uma das entrevistas realizadas, uma das mulheres afirmou que: *“É melhor ser professora do que passar o resto da vida na vassoura”*.

A entrevistada afirmava que, mesmo que atualmente o magistério não seja muito valorizado, que os salários sejam baixos e as condições de trabalho sejam precárias, ainda é melhor do que passar o resto da vida como empregada doméstica. Esta afirmação também esteve presente nos relatos das outras sete mulheres que foram selecionadas para a pesquisa. Para todas, ser professora era uma forma de melhorar de vida.

Para Silva (2000), as professoras negras de Pelotas acreditam que o magistério é uma das formas de sair do local historicamente designado às mulheres negras e representa também um esforço para superar a discriminação de gênero e de raça da qual constantemente são vítimas.

Santana (2004) também evidencia em sua pesquisa que para algumas mulheres negras o magistério é a única possibilidade de não vir a ser doméstica ou ainda, uma possibilidade de concluir o ensino médio, além de em alguns casos, ter aparecido como uma escolha não pensada, feita por impulso ou por pressão da família.

Silva (2003), que analisa trajetórias de professoras negras em Araraquara, afirma que a entrada das negras no magistério não fez com que essas mulheres saíssem da condição social atribuída ao negro no Brasil. A autora acredita que as mesmas continuam expostas aos estereótipos que colocam a raça como um estigma, como algo que está fixo no corpo e que fica bem evidente por conta da cor da pele, tida como sinônimo de inferioridade.

A autora não nega que o magistério representa uma possibilidade de fugir do serviço doméstico, da possibilidade de uma melhora nas condições sociais e econômicas dessas mulheres. Porém alerta que mesmo ocupando um novo lugar, que não o doméstico, continuam sendo vítima de preconceito e discriminação.

Este dado ficou bem evidente em nossa pesquisa. Praticamente todas as entrevistadas passaram, em algum momento de sua trajetória ocupacional, por situações em que foram discriminadas devido à sua cor. Como afirma Aqualtune, *“o negro sempre tem que se esborrachar para mostrar que tem competência. Não pode falhar, não pode cometer erros”*. As negras precisam primar pela qualidade do trabalho para não serem repreendidas ou alvo de chacotas, de expressões como: *“Só podia ser negro!”* E ainda assim não estão livres de discriminação. Desta forma, a “competência”, a qualidade do serviço prestado também aparece como uma estratégia para não serem discriminadas.

O ingresso na área da saúde também aparece como oportunidade de ter uma ocupação que as faça fugir do serviço doméstico. Aqualtune afirma que *“é por conta da servidão, ainda presente no inconsciente do negro”*, que estar relacionada ao passado escravista. *“O negro cresceu limpando escarro e “bunda” de criança, além do cuidado com os adultos enfermos”*.

Como expõe Cruz (1994), mesmo que os escravos ou escravas que cuidavam dos enfermos não recebessem a denominação de enfermeiros, as atividades desenvolvidas tinham íntima relação com o que convencionalmente se entende por enfermagem.

Um olhar informal sobre a profissão nos mostra que há um contingente significativo de pessoas negras atuando como auxiliares, técnicos e enfermeiros, assim como relacionamentos tensos devido a uma estrutura de poder calcada em ideologias discriminatórias. Ainda assim, em algumas escolas de enfermagem, encontramos mulheres negras, doutoras, professoras titulares (CRUZ, 1994, p.2-3).

É certo que o número de professoras doutoras nas escolas de enfermagem é bem pequeno. Tendo em vista que a porcentagem de negros cursando o ensino superior no Brasil é de apenas 2%, podemos verificar o quanto ainda é irrisório o número de negras doutoras e

atuando em escolas de enfermagem.

Como ficou explícito na pesquisa, hoje encontramos uma concentração de negras na saúde, atuando como auxiliares de enfermagem e técnicas. Em se tratando de enfermeiras graduadas esse número cai consideravelmente. O alto custo do curso e o fato do mesmo acontecer em período integral impossibilitam a entrada do segmento negro da população. O mesmo pode ser dito sobre os cursos de medicina e odontologia, que pelos mesmos motivos da graduação em enfermagem, fazem com que a entrada dos negros fique cada vez mais difícil.

A falta de materiais que divulguem o número de negras atuando nestes setores também é um agravante. São raras as pesquisas que se dedicam à temática. Cruz (1994) ressalta que “desconhecemos as pessoas negras que abriram as trilhas da profissão e como isto foi feito. Desconhecemos também a história de vida de mulheres e homens negros no que se refere à vocação, à ascensão social (ou não) e às relações étnicas no âmbito da profissão e do sistema de saúde (p.3)”.

Os dados levantados por Cruz (1994) indicam que ainda há muito a se caminhar no sentido de identificar a história de vida das enfermeiras negras, análises das representações sociais referentes à profissão, bem como as situações de discriminação enfrentadas pelas mesmas. O número de pesquisas referentes à temática ainda é ínfimo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após adentrar em alguns aspectos deste universo pouco explorado, que é o universo dos negros (as) em Joinville, foi possível verificar o quanto é rica a história deste povo e o quanto ainda há para ser desvendado.

O contato com as mulheres entrevistadas e a análise das trajetórias e estratégias utilizadas em busca de ocupação nos fazem refletir sobre o quanto é difícil para as negras da cidade (assim como do Brasil, de forma geral) fugirem de um destino que parece estar “marcado” já no momento do nascimento: o trabalho doméstico.

Estar ocupada em postos de trabalho da área da educação e da saúde pode até significar uma conquista para muitas delas, porém não representa uma mudança muito significativa na representação que a cidade tem sobre o papel do negro (a). A discriminação ainda é grande. O tratamento despendido a elas nos setores de trabalho ocupados é diferenciado e o espanto de algumas pessoas, quando encontram uma negra em cargos de chefia, é notório.

Atuar na saúde e na educação em Joinville também significou a estas mulheres abrir mão de muitas coisas, muitos sonhos, como por exemplo, fazer um bom curso de graduação, falar um outro idioma ou atuar em outra área. Todas estas aspirações são abandonadas por vários motivos, entre eles o racial, porque a cidade delimita o campo de atuação de negros, assim como o espaço geográfico que os mesmos devem ocupar. Há também a questão econômica, porque quando estão empregadas, suas ocupações não possibilitam acesso a cursos de maior prestígio social. Conseqüentemente, o acesso a determinadas informações também é limitado. Não há um aprofundamento intelectual, uma maior leitura de mundo e da realidade da qual fazem parte.

A cultura da “ordem e do progresso” enraizada na cidade durante os 155 anos de “fundação” ainda está bem presente no imaginário popular e acaba contagiando também o contingente negro, que faz de tudo para incorporar os costumes “germânicos” e desta forma ser aceito pela sociedade joinvilense.

Apesar da luta constante e das dificuldades encontradas, é bem presente na fala das

entrevistadas certo conformismo em relação à situação do negro (a) na cidade, assim como acreditam que os postos de trabalho que ocupam são realmente os que os negros “devem” estar ocupando, que é o melhor para eles e o que eles sabem fazer, como se não fossem capazes de desenvolverem outras habilidades, de construir outros conhecimentos e assim galgarem postos melhores remunerados e de maior status.

Expressões como: “*Ainda bem que existe a saúde e a educação para o negro trabalhar*”. Ou “*O negro estando na saúde e na educação trabalha com o público... isto é bom*”, revelam uma baixa auto-estima, como se fosse “natural” o negro se concentrar nestas áreas. O discurso é: “*melhor isso do que nada...*”

Nas entrevistas ficou visível um certo receio, por parte de algumas, em falar sobre os negros, sua cultura, usos, costumes e tradições. Chica afirma que tinha vergonha de falar das coisas da raça, do que gostava ou deixava de gostar. Parece que na cidade é “pecado” tocar nestes assuntos. São tópicos que não devem ser trazidos à tona. A baixa auto-estima fica expressa na vergonha que algumas sentem em falar das singularidades do segmento negro. A questão do cabelo, dos trajés, da dança, folclore, religião. Preferem não tocar no assunto porque acreditam que as pessoas não gostam de algumas destas tradições, não entendem. Também é muito forte entre os próprios negros o sentimento de que “tudo que vem do negro não presta”. Assim, melhor nem comentar com as pessoas. Vão se fechando em um mundo próprio, sem expressar seus sentimentos e angústias. Sem denunciar o preconceito e a discriminação dos quais muitas vezes são vítimas. Adotam essa postura na maioria das vezes para não se expor ou por não saberem como lidar com a situação. Há também a dificuldade em admitir que foram vítimas dessas agressões.

No entanto, durante o período de entrevistas, em praticamente todos os locais houve uma grande mobilização das mulheres negras. Todas queriam participar, contribuir de alguma forma, mesmo as que não foram selecionadas para a pesquisa. Foi possível verificar uma ânsia em falar, em contar um pouco da sua vida, da sua história, sem ter medo de falar “das coisas de negro”.

Durante o período de pesquisa, observamos que algumas ações vêm sendo implantadas e implementadas no Brasil em prol da população negra. O ano de 2005 foi instituído o Ano da Promoção da Igualdade Social. O atual governo sancionou em março de 2003 a Lei 10639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e desta forma institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo do ensino fundamental e médio. A intenção é resgatar historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.

Em 21 de março de 2003 também foi criada pelo Governo Federal a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, além da instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Em 10 de março de 2003 o Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e cultura da Afro-Brasileira e Africana, documento este que visa nortear e estabelecer os conteúdos a serem trabalhados nas escolas, no sentido de resgatar a contribuição do negro na formação da sociedade brasileira.

Em se tratando de mulheres negras, há diversas Organizações Não Governamentais – ONG's. Em São Paulo há o Instituto da Mulher Negra – Geledés e a associação Fala Preta. Em Santos há a Casa de Cultura da Mulher Negra. São todas instituições engajadas em dar visibilidade à mulher negra e sua participação social, assim como do negro de forma geral. São ONG's que contribuem na organização de eventos que abordem a temática do negro na sociedade, publicações, denúncias de caso de racismo, de discriminação, de violência contra a mulher, entre outros assuntos.

Em Florianópolis, contamos com a contribuição do Núcleo de Estudos Negros – NEN, suas publicações e seu engajamento com algumas universidades no sentido de estar promovendo discussões sobre a situação do negro no país, atuando na formação de professores, articulando contatos com secretarias estaduais e municipais de educação, etc.

Há o Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, intitulado GT Afro-Brasileiros e Educação, que vem promovendo vários trabalhos de pesquisadores de diversas universidades do país.

Medeiros (2004) enfatiza que o Brasil é signatário de convenções internacionais como a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da ONU, a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata da discriminação no mercado de trabalho, e a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, da ONU. Todas estas ações prevêm a adoção de medidas que revertam as desigualdades das quais são vítimas determinados grupos sociais.

Em termos de políticas públicas, há ainda a questão das cotas para os negros nas universidades brasileiras, medidas esta que vem causando polêmica nos mais diversos setores da sociedade.

No entanto, quando analisamos a situação do negro (a) no país, percebemos que os indicadores sociais continuam desfavoráveis a este segmento da população. Sua inserção no mercado de trabalho, condições de moradia, escolaridade, continua se dando de forma

desigual, quando comparados com os grupos de pessoas não-negras.

Paixão (2003), que vem trabalhando com pesquisas¹⁹ a respeito do desenvolvimento humano da população negra, ao analisar o IDH desta, nas diferentes regiões do país, enfatiza que nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a população branca usufrui de um elevado Índice de Desenvolvimento Humano e nas áreas urbanas da região Norte, a população branca apresenta um IDH quase alto. Apenas no Nordeste a população branca apresenta um IDH médio. Porém, no caso dos negros, não há nenhuma região do país que eles apresentem um IDH elevado. Nas regiões sudeste, Sul e Centro-Oeste e nas áreas urbanas da região Norte, o IDH da população negra é médio, sendo que para os brancos esta classificação só é encontrada no Nordeste, região onde os negros apresentam IDH médio-baixo. No Maranhão, Piauí e Alagoas o IDH dos negros é de nível quase baixo.

O autor alerta que, no que diz respeito à ocupação, os negros se concentram em funções manuais e de menor prestígio social. Em São Paulo, no ano de 1998: “a inserção dos ocupados negros nos diferentes setores e ramos de atividades econômicas é relativamente maior nos serviços domésticos, na construção civil, na indústria têxtil, nos serviços de limpeza, reformas e transportes, e menor em alguns ramos de atividades, como indústria química e serviços especializados, creditícios, educação, saúde, administração e utilidade pública” (Paixão, 2003, p.107).

Corroborando com Paixão, Henriques (2001) também deixou claro que pobreza no Brasil tem cor. Em 1999, os negros representavam 45% da população pobre e 69% da população indigente.

Analisando o Boletim Mulher e Trabalho²⁰, publicado pelo IBGE em 2005, a partir da pesquisa mensal de emprego do IBGE, concordamos com Henriques (2001) quando alerta que o excesso de pobreza concentrado entre os negros vem se mantendo estável ao longo dos anos, pois sete anos após os dados analisados por Paixão (2003) e seis anos após os dados analisados por Henriques (2001), a situação do negro no país praticamente continua a mesma, ou seja, não houve evolução.

A publicação reforça que a inserção da população no mercado de trabalho vem ocorrendo de forma diferencial e desigual entre homens e mulheres e entre brancos e negros.

¹⁹ A análise que Paixão (2003) faz é do Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, documento este produzido pelo DIEESE e editado pelo INPIR, baseado em dados da PED, ao longo de 1998 em seis regiões metropolitanas brasileiras, sendo elas: Porto Alegre, São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Brasília e Salvador.

²⁰ O Boletim Mulher e Trabalho foi publicado pelo IBGE em dezembro de 2005. Faz uma análise do mercado de trabalho nos meses de julho, agosto e setembro de 2005, nas regiões de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Mesmo com maior escolaridade, as mulheres, de forma geral, continuam se concentrando em ocupações de baixa remuneração, com pouca exigência de qualificação e sem garantias sociais, a exemplo do trabalho doméstico. As mulheres negras são as que estão em situação mais precária no mercado de trabalho. O rendimento médio das mulheres pretas ou pardas é de 1,8 salário mínimo, menos da metade do rendimento das mulheres brancas. Este dado é reflexo da elevada proporção de mulheres pretas ou pardas no trabalho doméstico sem carteira.

Em relação à escolaridade, Henriques (2001) já alertava que apenas 2% da população negra no país freqüentava o ensino superior e que na ocupação de postos de trabalho, mesmo com o mesmo grau de escolaridade, mulheres negras recebiam menos que homens brancos e mulheres brancas, dado este que se conserva até hoje.

Pensando na questão das relações raciais e educação, das dificuldades encontradas pelos professores em lidar com a história dos negros na sala de aula e na implantação da lei 10639/03, enfatizamos que, apesar da referida lei alterar a LDB, pouca coisa tem sido feita em Joinville, principalmente no que diz respeito à rede municipal de ensino. Apesar de ter promovido cursos aos professores da disciplina de História, do ensino fundamental e a alguns professores da Educação de Jovens e Adultos, cursos financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, não há um acompanhamento efetivo do trabalho realizado pelos professores. A maioria das escolas continua trabalhando a temática do negro no aspecto folclórico, limitando-se à comemoração do dia da consciência negra (20 de novembro) e alguns aspectos referentes à culinária, dança e religião.

Alguns professores, inclusive, acharam desnecessária uma capacitação com esta temática. Alegavam que não “se deve falar dessas coisas” de escravidão, racismo, cotas, porque isso poderia aumentar o preconceito.

A rede estadual de ensino parece estar mais mobilizada frente à implantação e implementação da lei 10639/03. Em um dos CEI's onde realizamos uma entrevista houve um trabalho bem interessante sobre situações de racismo no interior do ambiente escolar. O trabalho da professora foi publicado em alguns jornais de grande circulação da cidade e a mesma recebeu vários convites para participar de fóruns e seminários sobre a implantação da lei.

No entanto, este trabalho aconteceu há dois anos atrás e é o único que continua sendo divulgado pela rede Estadual. Será que mais nada foi feito, desde então? E o trabalho dos outros professores? Será que um trabalho é suficiente para dizer que a lei está sendo implantada? Parece-nos que nas escolas este assunto ainda não é tratado com a importância

que merece. E no entanto, as situações de discriminação continuam acontecendo, interferindo no desenvolvimento da auto-estima e valorização de crianças, professores, pais, entre outras pessoas do segmento negro, que estão ligadas às instituições educacionais, direta ou indiretamente. O negro (a) em Joinville ainda não encontra referência.

Assim, percebe-se que apesar de termos várias ações em andamento no país, de forma geral, o que é muito positivo, as mudanças são bem morosas, quase imperceptíveis. O negro continua com dificuldades de inserção ocupacional, de galgar maiores graus de escolaridade e melhores condições de vida, enfim, há muito a se caminhar no sentido de pagamento da dívida histórica que o país possui com este segmento da população, assim como com os indígenas, com as mulheres, entre outros que sofreram ou ainda sofrem discriminação.

Isto nos revela um quadro social caótico, de um país que construiu seus alicerces em bases discriminatórias e preconceituosas que hoje atingem grande parte da população. Além dos negros, outros grupos sociais menos favorecidos continuam sendo os que mais sofrem com as desigualdades promovidas no país.

Parece-nos inadmissível, num país em que 45% da população é negra, não haver nenhuma região onde os negros apresentem um IDH alto, que tenham apenas 2 % de negros no ensino superior, que mulheres negras ainda tenham sua imagem associada à promiscuidade, etc.

Se em grandes centros essas situações estão presentes e são difíceis de serem dizimadas, em Joinville este quadro não se apresenta de forma diferente. Uma cidade que faz parte do Estado “mais branco” do país e que insiste em afirmar que não existe negro no município. Faz tal afirmação com tanta veemência que chega a delimitar postos de trabalho e espaços geográficos para concentração dos negros.

Este “tradicionalismo fabricado” tem impedido muitas mulheres e homens negros de concorrerem de forma igualitária com o segmento não-negro da cidade, sendo que os postos de trabalho de maior prestígio, principalmente os cargos comissionados da esfera pública, ainda se concentram nas mãos dos descendentes de famílias tradicionais da cidade ou apadrinhados políticos, situação esta onde os negros estão ausentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

AUED, Bernadete Wrublewski (org.). *Educação para o (Des) Emprego: ou quando a necessidade de estar liberto da necessidade de emprego é um tormento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BITENCOURT, João Batista. *Cidades em Movimento*. In. BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1999.

BRANDÃO, André Augusto P. (org.). *Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.

_____. *Raça, demografia e indicadores sociais*. In. OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações Raciais e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: 2000.

BRASIL. IBGE. *Boletim eletrônico trimestral sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE*. Rio de Janeiro: 2005.

COLIN, Regina. *Mulheres em Joinville*. Joinville, SC: Letradágua, 2002.

CUNHA, Dilney. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville, SC: Editora Letradágua, 2003.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca. SOBRAL, Vera Regina Salles. *Nem Ladies, nem Nurses: sinhazinhas e mucamas. Por uma re-visão da história da enfermagem brasileira (e do sistema de saúde)*. IV Semana Científica de Enfermagem, EE-UFF. Niterói, 1994.

DIEESE. *Mulher negra: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos*. Edição Especial. São Paulo: Dieese, 2002.

_____. *A população negra em mercados de trabalho metropolitanos*. São Paulo: Dieese, 2004.

_____. *A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação*. São Paulo: Dieese, 2005.

DINIZ, Margareth. VASCONCELOS, Renata Nunes (orgs.). *Pluralidade Cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Adélia Doraci de Oliveira. *A batalha pela sobrevivência no mundo do trabalho: trajetórias ocupacionais de egressos do ensino fundamental*. (Dissertação). Florianópolis: UFSC, 2004.

FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Ipiranga, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria da Educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

_____. MARTINS, Alves Aracy (orgs.). *Afirmando Direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (orgs.). *Experiências étnico-culturais para formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. *Histórias de (I) Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville, SC: UNIVILLE, 1998.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto nº 807. Brasília: IPEA, 2001.

HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville*. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

HIRATA, Helena. *Trabalho, família e relações homem/mulher: reflexões a partir do caso Japonês*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, São Paulo, nº 2, vol. 1, outubro, 1986.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado pra a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola*. In. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Maria Batista. *Repertórios culturais, identidades étnicas em território de maioria afro-descendente*. In. OLIVEIRA, de Iolanda. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (orgs.). *Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro. ANPED. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: DIFEL, 1984. Livro 1. Vol. 1.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: DIFEL, 1984. Livro 1. Vol. 2.

_____. *Textos sobre educação e ensino. Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscovo: Edições Progresso. Lisboa: Edições Avante, 1982.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça: Legislação e relações raciais, Brasil/Estados Unidos*. Coleção Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de souza (org.). *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social: tória, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORGA, Antônio (org.). *História das mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. Chapecó, SC: Argos, 2001.

MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. *Território Negro em Florianópolis no século XX*. In. BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento*. In. OLIVEIRA, Iolanda. *Relações Raciais e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUNANGA, Kabenguele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In. BRANDÃO, André Augusto (org.). *Programa de Educação na Sociedade Brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.

_____. GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: histórias, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NETO, Otávio Cruz. *O trabalho de campo como descoberta e criação*. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OIT. *Trabalho Doméstico e Igualdade de Gênero e Raça: desafios para promover o trabalho decente no Brasil*. Brasília: OIT, 2005.

OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Relações Raciais e Educação: novos desafios*. Coleção Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAIXÃO, Marcelo J. P. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Coleção Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Terra à vista... e ao longe*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.

PEDRO, Joana Maria (org.). *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Relações de gênero na pesquisa histórica*. Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.2, p.35-43, 1994.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POCHMANN, Marcio. *O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

PRIORI, Del Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992.

ROMÃO, Jeruse. CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. *Negros e Educação em Santa Catarina: retratos de exclusão, invisibilidade e resistência*. In. DALLABRIDA, Norberto (org.). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa*

Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

SANTANA, Patrícia. *Professores Negros: trajetórias e travessias*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SHIROMA, Eneida Oto. *O modelo japonês e o debate sobre a qualificação e controle da força de trabalho*. In. PERSPECTIVA. Florianópolis, v.14, n.26, p.173 – 186, jul./dez. 1996.

SILVA, Jacira Reis. *Mulheres Caladas: trajetórias escolares de professoras negras em Pelotas. Produção/circulação de representações sobre negros na escola*. Tese (Doutorado) - Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SILVA, Eva Aparecida da. *Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara – SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

SILVA, Janine Gomes da. *Tensões, trabalhos e sociabilidades: história das mulheres em Joinville no século XIX*. Joinville, SC: UNIVILLE, 2004.

_____ ; FONTOURA, Arselle de Andrade. *Histórias sobre a presença negra em Joinville no século XIX*. In. *Câmara de Vereadores de Joinville. Joinville ontem e hoje*. Joinville: Horizonte, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Chegou à hora de darmos luz a nós mesmas: situando-nos enquanto mulheres e negras*. Cad. CEDES, Jul. 1998. vol. 19, n° 45, p. 7-23. ISSN0101.3262.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: IPEA, 2000. Texto n° 769, ISSN 1415-4765.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: vozes, 1999.

STRAUSS, Claude Levi. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

TEIXEIRA, Francisco M. P. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Global, 2000.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução de Renato Busato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville, SC: Mayer, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WHITAKER, Dulce. *Mulher & Homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Moderna, 1988.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANEXOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Nacionalidade:

Endereço:

Filiação:

Estado Civil:

Número de filhos (se tiver):

Escolaridade:

Escolaridade dos pais:

Escolaridade do cônjuge:

Cor/raça:

Ocupação:

Ocupação dos pais:

Ocupação do cônjuge:

Tipo de contrato: concursada, contrato temporário (ACT), terceirizado.

Que motivos a levaram a procurar ocupação na área da educação/saúde?

Como se deu essa trajetória? Quais as dificuldades/facilidades encontradas?

Quais outros trabalhos já realizados antes do atual?

Como se deu sua trajetória em busca da escolaridade e ou formação?

Quais dificuldades/facilidades encontradas?

Que cursos já fez?

Teria interesse em trabalhar numa outra área ou setor?

Já sofreu algum tipo de discriminação/preconceito em seu local de trabalho? Qual?

Porque você acha que há tantas mulheres negras na área da educação e da saúde?

